



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PPGCEL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA,
EDUCAÇÃO E LINGUAGEM**

MARCELO QUEIROZ OLIVEIRA JÚNIOR

**“DIÁRIO DE UMA FAVELADA”: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA LÍNGUA NA
LITERATURA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

2026



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PPGCEL - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA,
EDUCAÇÃO E LINGUAGEM**

MARCELO QUEIROZ OLIVEIRA JÚNIOR

**“DIÁRIO DE UMA FAVELADA”: A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA LÍNGUA NA
LITERATURA DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem (PPGCEL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Profa. Dra. Zamara Araujo dos Santos.

Linha de pesquisa: Estudos transdisciplinares da linguagem

VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

2026

O48d

Oliveira Júnior, Marcelo Queiroz.

“Diário de uma favelada” : a desterritorialização da língua na literatura de Carolina Maria de Jesus / Marcelo Queiroz Oliveira Júnior, 2026.

98 f.

Orientador (a): Dr.^a Zamara Araujo dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado em Letras : Cultura, Educação e Linguagem, Vitória da Conquista, 2026.

Inclui referências F. 94 – 98

1. Língua - Desterritorialização. 2. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977 - Crítica e interpretação. 3. Literatura menor. I. Santos, Zamara Araujo dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras. III. T.

CDD 869.092



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

ATA DE DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS DA UESB.

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 2026, por meio digital/virtual, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, os membros da Banca Examinadora constituída pela Prof.^a Dr.^a Silene Torres Marques (UFSCAR), Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima (PPGCEL/UESB), e pela Prof.^a Dr.^a Zamara Araujo dos Santos (PPGCEL-UESB) orientadora, para julgar a dissertação *“Diário de uma favelada”: a desterritorialização da língua na literatura de Carolina Maria de Jesus* de autoria de Marcelo Queiroz Oliveira Júnior. Depois da apresentação pelo candidato e arguição pela banca, deliberou-se pela APROVAÇÃO, condicionando-se o efeito legal desta ata, para o fim específico de emissão de diploma de Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Linha de Pesquisa: Estudos Transdisciplinares das Linguagens, à entrega de versão definitiva da dissertação até 30 dias decorridos da data de defesa, conforme preconiza artigo 62, capítulo XXIV – Da Versão Final da Dissertação, da Resolução Consepe Nº 38/2020 – que aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens. A banca destaca a qualidade da pesquisa e da escrita e recomenda a publicação em forma de artigos científicos. Nada mais havendo a ser tratado, a comissão examinadora encerrou a sessão pública de defesa, da qual lavrei a presente ata que, após a sua leitura, será assinada por mim, pelos demais membros da banca e pelo candidato ao título de mestre.

Vitória da Conquista, 19 de fevereiro de 2026.

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8695 | ppgcel@gmail.com

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequiezinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP.: 45031 - 300
PABX.: (77) 3424 - 8600



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
CULTURA, EDUCAÇÃO E LINGUAGENS



Governo do
Estado da Bahia

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016



Documento assinado digitalmente
ZAMARA ARAUJO DOS SANTOS
Data: 20/02/2026 11:38:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora – Prof.^a Dr.^a Zamara Araujo dos Santos



Documento assinado digitalmente
MARCUS ANTONIO ASSIS LIMA
Data: 19/02/2026 17:39:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador Interno – Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima



Documento assinado digitalmente
SILENE TORRES MARQUES
Data: 19/02/2026 20:40:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinadora Externa - Prof.^a Dr.^a Silene Torres Marques



Documento assinado digitalmente
MARCELO QUEIROZ OLIVEIRA JÚNIOR
Data: 20/02/2026 09:21:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mestrando – Marcelo Queiroz Oliveira Júnior

Campus de Vitória da Conquista

(77) 3424-8695 | ppgcel@gmail.com

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX.: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequeizinho
CEP 45.200 - 000
PABX.: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP.: 45031 - 300
PABX.: (77) 3424 - 8600

DEDICATÓRIA

À minha criança que brincava de professor-pesquisador de língua portuguesa no quintal da casa da minha avó materna com os livros didáticos jogados no lixo da escola em que meu avô era porteiro.

Aos meus pais, avó materna e irmã que sempre acreditaram em mim, proporcionando-me o melhor deste mundo: amor incondicional.

Aos meus amigos que me sustentaram com amor, delicadeza e risos nos momentos tempestuosos, sendo sol em meio a tempestade da existência humana.

À minha orientadora, Profa. Dra. Zamara Araújo dos Santos, com quem aprendi a sentir, viver e superar o caos não apenas no processo de escrita, mas, sobretudo, no momento de resfriamento e esquentamento da vida.

Ao caos que habita em mim, transformando-me no homem de início-meio-início. Caos que, na filosofia de terreiro, é compreendido como Exu, o dono dos caminhos e da comunicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL) pela oportunidade da formação acadêmica e pelo espaço de amadurecimento intelectual e humano que me foi proporcionado ao longo desta jornada.

À minha orientadora, Profa. Dra. Zamara Araujo dos Santos, expresso minha profunda admiração e gratidão pela generosidade, confiança, paciência e pela orientação firme e sensível que guiou cada etapa desta pesquisa. Gostaria de ratificar o que disse em uma das nossas conversas: a senhora me deu régua e compasso na vida acadêmica e, conseqüentemente, na vida pessoal. Mais uma vez, gratidão por tudo!

Agradeço, com profunda consideração, a todos os professores do PPGCel, cujas aulas e discussões foram fundamentais para a construção deste trabalho. Cada disciplina cursada expandiu meu olhar crítico e rigor científico, contribuindo de maneira decisiva para o amadurecimento desta pesquisa e para minha formação acadêmica.

Estendo meu agradecimento às professoras Carla Lima, Rosely Costa, Isabel Silveira e Anísio Assis, cujos ensinamentos ainda na graduação foram fundamentais para minha formação crítica e afetiva no campo das Letras. Sou igualmente grato aos amigos do mestrado, Mirian Santos e Victor Lima, pela parceria intelectual, pelos diálogos, sempre regados à café, que expandiram horizontes e pelo apoio mútuo nos momentos mais desafiadores da trajetória.

Aos meus pais, Marcelo Oliveira e Evanilda Nascimento, agradeço pelo amor incondicional, pelo incentivo diário e por acreditarem em meus sonhos antes mesmo que eu os conseguisse nomear. À minha avó materna, Maria da Conceição, registro minha gratidão pelas raízes ancestrais, pela sabedoria silenciosa que sempre me sustentou e pelas rezas nos fins da tarde. À minha irmã, Andressa Nascimento, agradeço pela lealdade e por ser presença certa em todas as travessias.

Aos meus tios Admilson Nascimento, Eliana Ferreira, Evaneide Nascimento, Neuza Júlia, Valquíria Queiroz e Valneide Queiroz, agradeço a torcida constante, a confiança e os gestos de cuidado que me acompanharam em cada etapa. Aos meus primos Victor Eduardo, Davi Lucca, Bruna Nascimento e Rebeca Nascimento, agradeço pela alegria, pela leveza e por manterem acesa a chama da convivência familiar mesmo com a distância entre nós.

Agradeço com carinho aos amigos da vida, Roberta Fabiana, Laryssa Ferreira, Marcel Barbosa, Tais Oliveira, Rebeca Miranda, Isis Biondi, Fernanda Meira, Larisse Oliveira, Sávio Oliveira e Hannah Freitas, por sustentarem minha caminhada com afeto, escuta e alegria, lembrando-me constantemente da força que há nos vínculos que escolhemos cultivar. Vocês são bálsamo em meio ao caos da existência.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à espiritualidade que me sustenta e me guia, força ancestral da mata que atravessa o tempo e o corpo, mantendo viva a palavra e o sentido da caminhada. Em especial a Exu, princípio do movimento, da comunicação e das encruzilhadas, agradeço pela abertura dos caminhos, pela palavra que circula, pelo pensamento que se desloca e se reinventa. Assim, desejo que esta pesquisa seja também oferenda de saber, respeito e continuidade aos meus.

A todas essas pessoas, instituições e entidades que, de diferentes modos, colaboraram para que esta dissertação se tornasse possível, deixo aqui meu mais sincero agradecimento.

*Ô já ta quase na hora do meu bonde passar
Levando a galera que faz as loucuras
Pega no batente dessa vida dura
Que acorda bem cedo para ir trabalhar
Ô mas que nunca perde sua fé
Que samba na ponta do pé
O alimento da alma é sonhar ÊÊ*

*Favela Ê Favela
Favela eu sou Favela
Favela Ê Favela
Respeite o povo que vem dela
(Parangolé, 2010)*

RESUMO

A literatura produzida pela escritora mineira Carolina Maria de Jesus é constituída por diversas particularidades, o que a torna singular. Dentre essas particularidades, está a maneira com que escreve: rasura a língua pátria por intermédio da criação de sua própria sintaxe e estilo. Em sua literatura, a estrutura sintagmática imposta como modelo para os falantes da língua portuguesa é violada, escapando assim do sistema dominante e homogeneizante da linguagem (Nascimento, 2023). Dessa forma, a língua apresenta dois aspectos na literatura caroliniana: a decomposição da língua materna e a invenção de uma nova língua dentro da materna, o que acontece em movimento fluido e contínuo. Assim, a presente dissertação objetiva analisar o processo subversivo da língua realizado na escrita caroliniana. Para uma melhor compreensão desse processo de desterritorialização da língua, lançar-se-á luz aos pressupostos teóricos dos estudos de Gilles Deleuze e Félix Guattari, Gabriel Nascimento, Mikail Bakhtin e Regina Dalcastagnè. A metodologia deste estudo inscreve-se em uma transdisciplinar pesquisa de revisão bibliográfica, com cunho exploratório e de caráter qualitativo e documental, conforme os estudos de Weller e Pfaff (2011) e Kripka (2015). Como resultado preliminar, tem-se que a literatura produzida por Carolina Maria de Jesus é constituída por rompimento de uma língua maior, pois, ao utilizar as marcas das línguas africanas constrói uma nova sintaxe do português brasileira utilizada na “literatura menor”.

Palavras-chave: Desterritorialização da língua; Carolina Maria de Jesus; literatura menor; pretuguês.

ABSTRACT

The literature produced by Minas Gerais writer Carolina Maria de Jesus is characterized by several particularities, which make her unique. Among these particularities is her writing style: she erases the native language through the creation of her own syntax and style. In her work, the syntagmatic structure imposed as a model for Portuguese speakers is violated, thus escaping the dominant and homogenizing system of language (Nascimento, 2023). Thus, language presents two aspects in Carolinian literature: the decomposition of the mother tongue and the invention of a new language within the mother tongue, which occurs in a fluid and continuous movement. Thus, this dissertation aims to analyze the subversive process of language realized in Carolinian writing. To better understand this process of deterritorialization of language, we will shed light on the theoretical assumptions of the studies of Gilles Deleuze and Félix Guattari, Gabriel Nascimento, Mikail Bakhtin, and Regina Dalcastagnè. The methodology of this study is grounded in a transdisciplinary bibliographic review research, with an exploratory, qualitative, and documentary approach, according to the studies by Weller and Pfaff (2011) and Kripka (2015). As a preliminary result, it appears that the literature produced by Carolina Maria de Jesus constitutes a rupture with a major language, using the characteristics of African languages to construct a new syntax for Brazilian Portuguese and a "minor literature."

Keywords: Deterritorialization of language; Carolina Maria de Jesus; minor literature; pretuguese.

SUMÁRIO

“E EXPLIQUEI AO SENHOR O QUE É QUE EU ESCREVO”: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS	7
1 LITERATURA E LÍNGUA(GEM): A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA LÍNGUA .	15
1.1 TECENDO O CAMINHO: CARTOGRAFIA DO CONCEITO DE LITERATURA MENOR, A MINORAÇÃO DA LÍNGUA(GEM)	18
1.2 CARTOGRAFANDO A LITERATURA MENOR: A LINGUAGEM, O POLÍTICO E O COLETIVO	20
1.3 MAIORIA E MINORIA.....	26
1.4 A MINORAÇÃO DA LÍNGUA(GEM) NA LITERATURA MENOR.....	30
2 MINORAÇÃO DA LÍNGUA: AS LÍNGUAS AFRICANAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	35
2.1 MARCAS DE LÍNGUAS AFRICANAS NO FALAR DOS NEGROS BRASILEIROS NA ESCRITA CAROLINIANA: MINORAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	36
2.2 LITERATURA E CONTESTAÇÃO	40
2.3 VOZES DISSIDENTES NA LITERATURA: CONTESTAÇÃO E PLURALIDADE DE VOZES NO “DIÁRIO DE UMA FAVELADA”	45
2.4 A PLURALIDADE DE VOZES NO ROMANCE CAROLINIANO.....	47
2.5 O <i>PLURILINGUISMO</i> E O <i>AGENCIAMENTO SOCIAL POLÍTICO</i> NA <i>POÉTICA DE CAROLINA MARIA DE JESUS</i>	51
3 DIÁRIO DE UMA FAVELADA: LÍNGUA MAIOR, LÍNGUA MENOR E PLURALIDADE DISCURSIVA	55
3.1 LÍNGUA MAIOR E LÍNGUAS MENORES NO BRASIL E A ESCRITA CAROLINIANA	61
3.2 A DIMENSÃO POLÍTICA DA LÍNGUA(GEM): A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA MAIOR, LÍNGUAS MENORES E CAROLINA MARIA DE JESUS	64
3.3 <i>PRETUGUÊS</i>	69
3.4 CARTOGRAFANDO O <i>PRETUGUÊS</i> NO <i>DIÁRIO DE UMA FAVELADA</i> : A SINTAXE CAROLINIANA	73
3.5 A PLURALIDADE DE VOZES NO <i>PRETUGUÊS</i> NA <i>POÉTICA DE RESÍDUOS</i>	79
3.6 O <i>PRETUGUÊS</i> COMO ESTILO LITERÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS...81	
3.7 A MÃO DO JORNALISTA AUDÁLIO DANTAS NO <i>DIÁRIO DE UMA FAVELADA</i> .85	
CONCLUSÃO EM DEVIR	90

REFERÊNCIAS94

“E EXPLIQUEI AO SENHOR O QUE É QUE EU ESCREVO”: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Carolina Maria de Jesus
 Não se rendeu ao calvário e nem a cruz
 Carolina cambinda fez um tour
 Sacramento, Estação da Luz
 Fez quitute, angu e até cuscuz
 Preta velha com brilho q reluz
 Benedita a Sócrates comparou
 Na verdade foi sábia e griô
 Quarto de Despejo
 Quarto de Sonhar
 Quarto de Esperança
 Quarto de Amar
 Santa efigênia
 Paulicéia e Brás
 Peregrina caminhando
 Entre guerra e paz
 Carolina que a opressão nunca aceitou
 Escreveu e nunca se calou
 (Marcelo Amaro; Wanderson Lemos)

Com a publicação do seu primeiro livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus apresentou para sociedade sua visão política da miserabilidade vivenciada pelos moradores de uma das primeiras faveladas do Brasil, Canindé - São Paulo. Essa apresentação é carregada de toque poético, conferindo, assim, ao seu escrito o caráter literário, pois, consoante assevera Antonio Candido (1995, p. 174),

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.

Essa visão de literatura criada pelo crítico literário brasileiro supracitado evidencia uma visão ampla para conferir ao texto o caráter literário, como também desconstrói a padronização da forma. Dessa maneira, o que confere ao texto o caráter literário não é a forma no processo de escrita, mas, sim, o toque poético, ficcional e/ou dramático nos diferentes níveis de qualquer sociedade e cultura (Candido, 1995).

Todavia, além dos referidos toques, há outras características que evidenciam o caráter literário de determinadas narrativas. Neste trabalho, pensando no conceito deleuze-guattarriano

de *literatura menor*, que é a possibilidade de escrever com outra língua dentro de seu idioma nacional (Deleuze; Guattari, 2020, p. 33), lança-se outras características na constituição do texto literário: a desterritorialização da língua, que se refere a traçar novos caminhos e novas fugas por meio da subversão da língua territorializada; a ramificação política, considerando o próprio ato de existir como ato político e revolucionário, sendo assim uma ruptura ao sistema instituído; e o valor coletivo, tendo em vista que a literatura deixa de pertencer e influenciar apenas ao seu criador, tornando-se de toda uma comunidade.

Nesse viés, a escrita da literatura menor é constituída mediante três características imanentes. Todavia, no presente projeto, objetiva-se discorrer especialmente sobre a desterritorialização da língua, pois, para a produção da literatura menor ocorrer, é fundamental “ser em sua própria língua um estrangeiro” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 52). Com isso, compreende-se que escrever é praticar um plurilinguismo em sua língua pátria mediante a utilização dela de forma menor e intensiva, proporcionando escapes no território pré-definido da língua.

Ao propor pesquisar a desterritorialização da língua na produção literária, tem-se como objeto o livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, concebendo-o como importante obra da literatura brasileira. Essa importância advém, de acordo com Dalcastagnè (2023), sobretudo, da força impressa na escrita, a qual atravessa os leitores e os possibilitam olhar uma realidade que comumente alguns grupos sociais tentam apagar da literatura, da memória e da história do Brasil. Essa força é constituída de um caráter político, desterritorializante e coletivo, o que torna a literatura caroliniana um diálogo com múltiplas conexões, e não um simples desabafo doméstico escreviente (Duarte; Nunes, 2020).

A partir das possibilidades de conexões múltiplas, a escrita de Carolina torna-se rizomática, possuindo assim muitas entradas. Com isso, surge a relevância de continuar estudando e pesquisando os textos literários produzidos pela literata. Nesse sentido, na presente proposta de pesquisa, optou-se por pensar o conceito de desterritorialização da língua presente na literatura menor. Outrossim, de maneira mais específica, analisar os manuscritos da escritora mineira e, posteriormente, analisar a língua presente neles como desterritorializada a partir da criação de novas estruturas sintagmáticas e novos estilos.

Ao pensar o conceito de desterritorialização da língua na poética caroliniana, lança-se à luz a primeira característica presente na literatura menor, conforme os teóricos Deleuze e Guattari (2022), é a desterritorialização da língua, pois “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua menor” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 35). Ao explicar sobre essa questão, os estudiosos apresentam uma ideia de

movimento, uma vez que ela está vinculada ao deixar o território existente numa língua maior, materializada pelas regras homogeneizantes da sintaxe e da semântica na língua pátria.

Nesse sentido, a língua desterritorializada se apresenta como um escape à ideia que se tem de determinada palavra e à estruturação sintagmática presente na gramática normativa, pois, não se desejando e/ou sabendo escrever como os outros escritores, cria-se uma nova forma de expressão, a qual opera numa desterritorialização da escrita tradicional e canonizada, como também a libera de um território linguístico imposto pelas forças que constituem o presente. Afinal,

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido (Benveniste, 1989, p. 82).

Ao pensar a desterritorialização da língua, apreende-se o disposto no pensamento benvenistiano: o emprego da língua é diferente das normas instituídas nela, uma vez que o “funcionamento da língua é um ato individual de utilização”. Todavia, esse individual é atravessado e, portanto, constituído por um coletivo, mesmo que o sujeito, consoante Benveniste (1989), mobilize a língua por sua conta. Essa questão é possível devido ao emprego das formas nas produções enunciativas, as quais não reduzem a diversidade das estruturas linguísticas.

Essa quebra na linearidade da língua é percebida na escrita literária é um ato político e de resistência, pois “um escritor não é um homem escritor, é um homem político, e é um homem máquina, e é um homem experimental” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 17). Nessa perspectiva, o literato, no processo de escrita, deixa de ser homem para devir-outro, uma vez que é por um estilo que se torna uma outra coisa.

Todavia, a desterritorialização não constitui por si só um conceito, mas se refere sobretudo a três outros elementos: território, terra e territorialização, sendo esses processos concomitantes e fundamentais para compreensão do processo de (re)construção de dimensões políticas e novas posturas estéticas na língua. Ao trabalhar o conceito de território, Deleuze e Guattari apresenta-o em diversos níveis, em especial, o linguístico. Dessa maneira,

A noção de território é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e

representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (Guattari; Rolnik, 1986, p. 323).

A partir dessa concepção, destaca-se que a noção de território envolve um movimento de desterritorialização. Esse processo de deixar o território é constituído por *devires*, os quais são apresentados por Deleuze e Guattari (2022, p. 29) como “uma captura, uma possessão, uma mais-valia, jamais uma reprodução ou uma imitação”. Na concepção de literatura anunciada pelos estudiosos franceses, o *devenir* se manifesta de diversas maneiras. Na linguagem, está atrelada ao *devenir* menor da língua, o que possibilita ao escritor construir um novo estilo, uma língua estrangeira a partir das brechas encontradas na linguagem, o que permite ao literata criar sua própria forma agramatical.

É possível vislumbrar esses conceitos na escrita de Carolina Maria de Jesus a partir do movimento realizando para/na escrita da sua literatura através de uma estrutura sintática que escapa, desvia e rompe com a tradição literária da época. Consoante Dalcastagnè (2023), Carolina mostrou que não estava ingressando no jogo literário na posição de uma ingênua que desconhecia suas regras, mas, pelo contrário, na condição de uma conhecedora e desviante dessas regras mediante à inteligente busca pela autenticidade da sua escrita.

No processo de subversão do português brasileiro, sua língua pátria, Carolina recorre à sua ancestralidade negra ao escrever utilizando das marcas das línguas africanas, as quais atravessam o campo sintático, semântico e morfológico, consoante apontado pelo linguista baiano Gabriel Nascimento (2023). A partir dessa ancestralidade, o discurso caroliniano é atravessado por uma multiplicidade discursiva, construindo, assim, encontros de vozes que se interpelam e, juntas, produzem novos enunciados linguísticos.

Esses enunciados linguísticos formam um emaranhado de vozes coexistentes em seus textos literários, desconstruindo, com isso, a ideia de autoria única. Essas vozes, na produção caroliniana, ocupam espaços iguais, mesmo que, às vezes, apresentam diferentes pontos de vista sobre as questões sociais, culturais e econômicas na sociedade brasileira da época. A multiplicidade de vozes constitui um mecanismo político utilizado pela literata mineira para denunciar as miserabilidades destinadas aos favelados, aos negros e às mães solas.

Nessa perspectiva, a escritora mineira constrói uma literatura com seu próprio estilo. Para esse propósito, proporciona uma desterritorialização da língua marcada pelos seguintes aspectos destacados por Dalcastagnè (2023): o emprego corriqueiro de palavras e expressões distantes da sua realidade e inseridas na norma culta da língua portuguesa (a título de exemplo: proletários, indolentes, soezes, companheiros de infortúnio, contingências da vida resoluta,

ósculos e amplexos (Jesus, 2020)); o excessivo emprego dos pronomes oblíquos divergente do que dispõe a Gramática Normativa da Língua Portuguesa (Rocha Lima, 2018) (“Despedi-me e retornei-me” (Jesus, 2020, p. 25)); a inversão de frases em alguns momentos (“Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama em que dormimos. Dura é a vida dos favelados” (Jesus, 2020, p. 44)).

Outrossim, ressalta-se que a literatura produzida pela escritora mineira Carolina Maria de Jesus é constituída por diversas particularidades, o que a torna singular. Dentre essas particularidades, está a maneira com que escreve: rasura a língua pátria por intermédio da criação de sua própria sintaxe e estilo. Em sua literatura, a estrutura sintagmática imposta como modelo para os falantes da língua portuguesa é violada, escapando assim do sistema dominante e homogeneizante da linguagem (Nascimento, 2023). Dessa forma, a língua apresenta dois aspectos na literatura caroliniana: a decomposição da língua materna e a invenção de uma nova língua dentro da materna, o que acontece em movimento fluido e contínuo.

Esse movimento de decomposição e invenção da língua realizado pela literata mineira estão presentes em sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicada pela primeira vez em 1960, a partir de uma mesclagem na sua escrita, que é composta pelo uso das normas padrões da língua e rasura dessas normas. Esse processo de continuidade e quebra na nomenclatura gramatical brasileira ocorre de forma contínua, como também está entrelaçado em toda escrita.

Eu estava tonta de fome devido ter levantado muito cedo. Fiz mais café. Depois fui lavar as roupas na lagoa, pensando no departamento Estadual de Saude que publicou no jornal que aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo. Mas não deu remedio para os favelados. A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remédios (Jesus, 2020, p. 94).

Nesse trecho, identifica-se o uso das normas estabelecidas pela gramática normativa da língua portuguesa ao seguir o definido no que diz respeito à estrutura oracional (sujeito, verbo e predicado), bem como uma fissura nessas normas ao não realizar a acentuação gráfica nas palavras e o equívoco na colocação do pronome oblíquo “se” na sexta linha. Ao operar esse movimento dentro da língua pátria, Carolina de Jesus cria um novo território a partir do processo de desterritorialização da linguagem.

Para uma melhor compreensão desse processo de desterritorialização da língua, lançar-se-á luz aos pressupostos teóricos dos estudos de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Sendo assim, ressalta-se a importância dos conceitos cunhados pelos referidos teóricos para o

desenvolvimento desta pesquisa, como também a relevância desta investigação para uma compreensão consistente desses conceitos na produção literária de Carolina Maria de Jesus.

Tal questão surge a partir das leituras e dos escritos realizados sobre a produção literária de Carolina Maria de Jesus e a literatura menor na minha formação acadêmica em Letras, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Jequié. Essas leituras e escritos encontram espaço no curso de Extensão: Filosofia, linguagem e literatura: diferença e devir menor (2022), e estende-se no Grupo de Pesquisa CNPq/UESB: Geofilosofia, nomadismo e diferença, ambos coordenados pela Profa. Dra. Zamara Araujo dos Santos. Dessas leituras e escritos, emergiram trabalhos acadêmicos apresentados em importantes eventos da área de Letras, a título de exemplo o XVIII Congresso Internacional da ABRALIC e 37º ENANPOL, como também importantes contribuições no Projeto de Extensão Carolina Vai às Escolas.

Sob esse viés, esta pesquisa objetiva, de modo geral, compreender e demonstrar em que sentido a escrita de Carolina Maria de Jesus, em sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, é desterritorializada. Para atingir o referido objetivo, traçou-se mais três específicos: a) refletir sobre o conceito de desterritorialização da língua presente na literatura menor consoante aos teóricos Deleuze e Guattari (2022); b) analisar a sintaxe da escritora mineira na sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”; c) apresentar as marcas das línguas africanas na escrita caroliniana como estratégia de subversão do português brasileiro.

Ante o exposto, a presente dissertação é dividida em três capítulos. No segundo primeiro, intitulado de Literatura e Língua(gem): desterritorialização da língua, discorre-se sobre o conceito de literatura menor, consoante os estudos de Deleuze e Guattari, destacando a tríade conceitual que o constitui: a linguagem, o político e o coletivo, bem como explana sobre a perspectiva de maioria e minoria na visão deleuze-guattariana e a minoração da língua(gem) na literatura menor. No segundo momento, nomeado de Minoração da língua: as línguas africanas no português brasileiro, disserta-se acerca das marcas das línguas africanas no português brasileiro, enfatizando esse fator como um movimento de minoração da língua pátria brasileira, como também apresenta a literatura como um território contestável, consoante assevera os estudos de Regina Dalcastagné (2012), evidencia as vozes dissidentes na literatura indicando esse processo como um *plurilinguismo* (Bakhtin) e um *agenciamento coletivo de enunciação* (Deleuze e Guattari). No terceiro momento, intitulado Diário de uma favelada: língua maior, língua menor e pluralidade discursiva, objetiva-se apresentar a língua maior e língua menor na poética caroliniana, evidenciando sua dimensão política, cartografar as marcas das línguas africanas na escrita de Carolina Maria de Jesus, a pluralidade de vozes ancestrais a partir da escrita atravessada pelas línguas africanas, as marcas linguísticas ancestral negra como

estilo da literatura de Carolina e, por fim, a mão do jornalista Audálio Dantas no processo editorial.

CAMINHO METODOLÓGICO

Em termos metodológicos, a presente proposta de pesquisa inscreve-se em uma transdisciplinar pesquisa de revisão bibliográfica, uma vez que traz autores de diferentes épocas e áreas do conhecimento, os quais discutem em suas pesquisas, especificamente, dispositivos conceituais no campo da literatura, linguística e filosofia da diferença. Ademais, destaca-se que essa pesquisa é de cunho exploratório e de caráter qualitativo, pois permite “a interpretação no lugar da mensuração e a descoberta no lugar da constatação” (Weller; Pfaff, 2011, p. 30).

Para além da pesquisa de revisão bibliográfica, esta proposta possui caráter metodológico da pesquisa documental, uma vez que “consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos” (Kripka, 2015, p. 244). Assim, intenciona-se, a partir do mapeamento dos diferentes estudos sobre a desterritorialização da língua na literatura das minorias, compreender e demonstrar em que sentido a escrita de Carolina Maria de Jesus, em sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, é subversiva para a criação literária brasileira.

Nessa perspectiva, tem-se como método central o interpretativo-descrito, tendo em vista que realizar-se-á descrição e interpretação do uso linguístico, especificamente o sintático, da poética de Carolina Maria de Jesus. Dessa maneira, busca-se-á identificar a influência das línguas africanas no processo de insubmissão da língua realizado pela referida escritora, considerando-o político.

Para atingir os objetivos da presente pesquisa, a saber: refletir sobre o conceito de *desterritorialização da língua* presente na literatura menor consoante aos teóricos Deleuze e Guattari (2022); analisar a sintaxe da escritora mineira na sua obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”; apresentar as marcas das línguas africanas na escrita caroliniana como estratégia de subversão do português brasileiro, ela divide-se nas seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico e teórico
 - Mapeamento dos teóricos que versam sobre a temática pesquisada;

- Revisão crítica dos estudos sobre *desterritorialização da língua*, a língua na poética caroliniana e a influência das línguas africanas na construção sintática da obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”.
2. Constituição e delimitação do *corpus*
 - Seleção dos trechos da obra literária analisada na pesquisa que evidenciam o processo de desterritorialização da língua e as marcas das línguas africanas na escrita;
 - Organização dos materiais textuais selecionados para análise.
 3. Análise linguístico-literária
 - Identificação de construções sintáticas subversivas da escritora, sobretudo a inversão locativa e focalização;
 - Interpretação da função política do processo de desterritorialização da línguas na poética caroliniana.
 4. Síntese e sistematização dos resultados
 - Articulação entre os resultados encontrados e a retomada dos pressupostos teóricos levados no mapeamento bibliográfico;
 - Construção das conclusões sobre o movimento de subversão da língua na escrita de Carolina de Jesus, compreendendo-a como instrumento político e de resistência às normas hegemônicas da língua no campo literário.

1 LITERATURA E LÍNGUA(GEM): A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA LÍNGUA

Fere a sintaxe. Tanto engenho
Em sua arte mas livro após livro
insistem em falar sobre o lixo
e a coragem de uma estranha
que escreve, apesar do cânone.
Apesar da fome e dos bichos
que servem ao escritor-pose
para dizer - “é o caos”.
Apesar da entrada de serviço,
do país e da sífilis. Apesar de
a mão contestar o esquecimento.
Quem a ler, leia sob o impacto
dos nervos, leia-se: preparado
para o desvio que faz os vivos.
- A mão que suporta o verbo
não deveria ceder ao comércio.
Espera-se dela, ontem e agora,
algo mais que receber prêmios.
A mão carolina
Escreve em acusação sem volta.
(Pereira, 2017, p. 45)

A escrita de Carolina Maria de Jesus é uma subversão das estruturas rígidas estabelecidas. Diante das adversidades, havia, na escritora da Favela do Canindé - SP, uma força transformadora que a inscreve no lugar de contestação do esquecimento (intencional) dos favelados por parte dos poderes públicos e da sociedade. Nesse movimento, ao escrever, ela desafiou as limitações impostas pela sociedade e pelo sistema literário vigente à época.

Assim, Carolina Maria de Jesus faz literatura desafiando o cânone literário brasileiro. Esse desafio acontece, consoante Miranda (2016), a partir do momento que a referida autora se infiltra na literatura correndo as paredes dos edifícios da tradição literária.

O itinerário de Carolina começa pela deflagração de sua condição de “infiltrada” na literatura. Infiltrar, no sentido de dicionário, diz respeito a algo que se faz entrar ou penetrar, como através de um filtro. Em sua forma substantiva – infiltração – denomina a “passagem de um líquido através dos interstícios” (Aurélio). Uma infiltração inesperada pode corroer as paredes de um edifício, do literário, por exemplo (Miranda, 2016, p. 95).

Carolina corrói as estruturas da tradição de literária sobretudo ao romper com as normas convencionais do fazer literário, especialmente através da língua. Sua língua, marcada pelas marcas de africanização do português brasileiro, contrasta com os estilos mais tradicionais da poética brasileira. Essas marcas são entendidas como os elementos linguísticos de línguas africanas na língua portuguesa, como destaca os estudos de Baxter e Lucchesi (1997), o que

inclui a construção oracional e frasal do português brasileiro, a título de exemplo a dupla negação.

Nesse processo, a escritora “escreve em acusação sem volta” (Pereira, 2017, p. 47), o que proporciona o caráter definitivo e transformador de sua obra. Sua escrita não é apenas uma documentação da realidade, mas um grito contra a desigualdade e a exclusão das minorias, um corte das ideias preestabelecidas.

A escrita de Carolina de Jesus subverte a língua portuguesa, deslocando-a de um padrão normativo e elitista para um uso marcado por uma sintaxe interpelada pela influência das línguas africanas. Essas influências são compreendidas como um processo dinâmico de incorporação de elementos linguísticos (como estruturas oracionais, fonética-fonológica e semântica) das línguas africanas na língua portuguesa.

Essa subversão das normas da língua, segundo Deleuze e Guattari (2022), é o processo de desterritorialização da língua.

Rica ou pobre, uma linguagem qualquer implica sempre uma desterritorialização da boca, da língua e dos dentes. A boca, a língua e os dentes encontram sua territorialidade primitiva nos alimentos. Consagrando-se à articulação dos sons, a boca, a língua e os dentes se desterritorializam. Há, então, uma certa disjunção entre comer e falar – e, mais ainda, malgrado as aparências, entre comer e escrever: sem dúvida pode-se escrever comendo, mais facilmente que falar comendo, mas a escrita transforma antes as palavras em coisas capazes de rivalizar com os alimentos. Disjunção entre conteúdo e expressão. Falar, e sobretudo escrever, é jejuar (Deleuze; Guattari, 2020, p. 34).

De acordo com Deleuze e Guattari (2020), escrever é construir novas maneiras de usar o idioma oficial do autor, desterritorializar as articulações da língua(gem) a partir de formas sintáticas, fonética-fonológicas e morfológicas diferentes das prescritas pela gramática normativa. Essa subversão é um movimento essencial para criar mundos possíveis e múltiplos significados. Para realizar esse movimento, Carolina de Jesus utiliza as línguas africanas, e como esclarece Nascimento (2023, p. 9336): “a língua dos nossos ancestrais também permanece na escrita negra, como a da senhora e a de tantos escritores e escritoras negras como Carolina Maria de Jesus”.

Dito isso, vislumbra-se a força criadora de Carolina, que rompe com os estratos do poder e da exclusão, conforme expressa Pereira (2007, p. 47), “apesar do cânone”, “apesar da fome e dos bichos”. A escrita para Carolina de Jesus é uma forma de escapar do aprisionamento da ordem social e literária dominante, criando outras formas de existência, pois, de acordo com Nascimento (2023), a poética negra escapa do limite tipográfico imposto aos textos.

Nessa perspectiva, vislumbra-se a produção caroliniana como uma *literatura menor*, que emerge do *devir minoritário*. Carolina, enquanto mulher negra, pobre, mãe solo e favelada, permite-se imergir no *devir*, com isso usa as suas palavras como um meio de denúncia e transformação social. Sob essa perspectiva, “escreve em acusação sem volta” (Pereira, 2021, p. 47), proporcionando mudanças na maneira de perceber o mundo de determinados sujeitos sociais.

O diário da favelada é marcado pela relação entre literatura e vida, duas áreas profundamente interligadas, pois “escrever é uma questão de devir, sempre inacabado, sempre a fazer-se, que extravasa toda a matéria vivível ou vivida. É um processo, quer dizer, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido” (Deleuze, 1997, p. 47). A literatura é vida na medida em que cria, transforma e intensifica. Ela ajuda a escapar das fixações e das normas, abrindo novas possibilidades de existir. A poética não apenas narra, mas inventa a vida continuamente, rompendo fronteiras e propondo novas formas de ser.

Dessa maneira, a literatura não se limita a um campo representacional (narrar ou descrever algo existente, como comumente se ouve/lê em alguns espaços da sociedade), mas opera como uma força criativa que modifica as relações entre os seres humanos e o mundo. Com isso, a escrita opera livre das estruturas rígidas da língua nacional do autor, representando, a partir disso, uma existência desterritorializada, fluida, em que as relações não seguem padrões fixos e estáveis imposto socialmente. Assim, a literatura desafia as formas estabelecidas de poder e abre espaço para uma vida mais inventiva e plural.

Nesse movimento, criam-se mundos possíveis, pois a obra literária é uma maneira de subverter o mundo existente, originando territórios de pensamento, sensibilidade e existência aos sujeitos. O escritor não (re)apresenta, mas inventa formas de viver e sentir os acontecimentos da existência. A literatura, nesse sentido, é um espaço de invenção que desafia as formas de vida normativas e constrói possibilidades.

Sob essa perspectiva, escritores como Franz Kafka (2009), Samuel Beckett (2012) e Marcel Proust (2012), por exemplo, não apenas narram histórias, mas criam linhas de fuga que ajudam a perceber e escapar dos condicionamentos impostos pela sociedade, pelas linguagens dominantes e pelas estruturas de poder. Pensando nos escritores brasileiros, destaca-se Carolina Maria de Jesus, que, com a força impressa em sua poética, rompe com as condições impostas aos favelados na sociedade e adquire legitimidade discursiva no livro *Quarto de Despejo* (2020).

Dentro desse processo, o escritor traça possíveis caminhos para novas formas de existência. O romance tem o poder de fazer emergir narrativas que carregam forças da vida e

do pensamento. Carolina trabalha com a memória e a temporalidade para criar um território literário onde as experiências são multiplicadas, compartilhadas por todos os favelados do Canindé, na capital paulista.

Ante o exposto, o presente capítulo tem o objetivo discutir a relação entre literatura e língua(gem), com ênfase no processo de desterritorialização da língua na produção literária. Para tanto, ele está dividido em três seções: *cartografando a literatura menor: a linguagem, o político e o coletivo, maioria e minoria e a minoração da língua(gem) na literatura menor*. Na primeira, discorre-se sobre os três conceitos que constituem a literatura menor: a linguagem, o político e o coletivo. Na segunda, disserta-se sobre a dimensão de maioria e minoria no pensamento deleuze-guattariane, a qual norteará a presente pesquisa. Na terceira, escreve-se sobre o processo de subversão da língua pátria no fazer literário.

1.1 TECENDO O CAMINHO: CARTOGRAFIA DO CONCEITO DE LITERATURA MENOR, A MINORAÇÃO DA LÍNGUA(GEM)

Esta língua é como um elástico
que espicharam pelo mundo.

No início era tensa,
de tão clássica.

Com o tempo, se foi amaciando,
foi-se tornando romântica,
incorporando os termos nativos
e amolecendo nas folhas de bananeira
as expressões mais sisudas.

Um elástico que já não se pode
mais trocar, de tão gasto;
nem se arrebenta mais, de tão forte.

Um elástico assim como é a vida
que nunca volta ao ponto de partida.
(Gilberto Gonçalves Teles, 2003, p. 319).

Gilberto Gonçalves (2003), em seu poema *língua*, realiza uma análise da língua portuguesa, especificamente de sua construção histórica. Nesta análise, percebe-se o dinamismo do idioma mediante seu contato com outros países, por isso o referido crítico literário afirma: “esta língua é como um elástico que espicharam pelo mundo” (Teles, 2003, p. 319). Esse dinamismo é promovido, ainda, pela flexibilidade da normatividade, uma vez que

“no início era densa / de tão clássica” (Teles, 2003, p. 319), mas, com o tempo, foi moldada pelos falantes, isto é, “com o tempo foi amaciada” (Teles, 2003, p. 319).

Esse processo de amaciamento da língua portuguesa é uma estratégia política das minorias brasileiras, neste trabalho evidenciado pelos homens e mulheres racializados. Dessa maneira, no contexto do Brasil, surgem novas maneiras de usar a língua(gem) a partir das contribuições das línguas africanas ao português brasileiro, promovendo, assim, o que Deleuze e Guattari (2020) conceituam como *desterritorialização da língua* ao analisar a literatura produzida por Franz Kafka.

Kafka vai muito rapidamente optar pela outra maneira, ou melhor, inventá-la-á. Optar pela língua alemã de Praga, tal como ela é, dentro da sua própria penúria. Ir cada vez mais longe na desterritorialização... à força de sobriedade. E dado a aridez do léxico, fazê-lo vibrar em intensidade. Opor um uso puramente intensivo da língua a qualquer utilização simbólica ou mesmo significativa, ou simplesmente significante (Deleuze; Guattari, 2020, p. 43).

A *desterritorialização da língua* é uma das três características da literatura produzida pelos minoritários, consoante os pressupostos deleuze-guattarianos. A desterritorialização está vinculada ao processo de inventar modos possíveis de utilização da língua por meio de novas formas sintáticas, semânticas e morfológicas e, a partir disso, aprofundar-se cada vez mais na subversão do idioma nacional. Assim, com a aridez da língua advinda das normas, produzir outras possibilidades de usá-la.

Sob esse viés de desterritorialização da língua e, portanto, a minoração dela, surge a literatura menor, como apontam os pensadores Deleuze e Guattari (2020, p. 38): “uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior”. Dessa maneira, a literatura menor é o que os minoritários fazem como a língua nacional do seu país ao subvertê-la e, com isso, proporcionam novas maneiras de utilizá-la, diferente dos padrões homogeneizantes.

Nessa perspectiva, a presente seção objetiva discorrer sobre o conceito de literatura menor, a minoração da língua(gem) e as línguas africanas no português brasileiro. Para tanto, ela é dividida em quatro momentos, a contar com essa breve introdução. No segundo momento, apresenta-se o conceito de literatura menor e suas características: a linguagem, o político e o coletivo. No terceiro momento discorre-se sobre a concepção de maioria e minoria no pensamento deleuze-guattariano. Por fim, no quarto momento, dialoga-se sobre o processo de minoração do português brasileiro a partir das marcas das línguas africanas.

1.2 CARTOGRAFANDO A LITERATURA MENOR: A LINGUAGEM, O POLÍTICO E O COLETIVO

Deleuze e Guattari, ao examinarem a literatura produzida por Franz Kafka, concebem o conceito de *literatura menor*. Esse conceito é composto por três características imanentes: a *desterritorialização da língua*, a *ramificação do indivíduo no imediato político* e o *agenciamento político de enunciação*, consoante apresentado pelos referidos teóricos em sua obra *Kafka: por uma literatura menor*.

As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do indivíduo no imediato-político, o agenciamento político de enunciação. Vale dizer que “menor” não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que chamamos de grande (ou estabelecida). Mesmo aquele que tem a infelicidade de nascer em um país de uma grande literatura, deve escrever em sua língua, como um judeu tcheco escreve em alemão, ou como um usbeque escreve em russo (Deleuze; Guattari, 2020, p. 28).

Como elucidado no fragmento acima pelos estudiosos, o adjetivo *menor* não é posto no conceito com o intuito de quantificar, mas, sim, qualificar. Essa qualificação diz respeito às condições revolucionárias das literaturas produzidas pelos indivíduos imersos no seio daquelas estabelecidas como grande. Dentre essas condições revolucionárias está a maneira com que a língua é empregada nos escritos, pois os sujeitos, ao produzirem literatura menor, não escrevem a partir dos padrões rígidos e engessados da língua imposta no território nacional que integram, todavia, sim, a partir da subversão daquela prescrita.

Esse processo de subversão da língua oficial do respectivo país de origem da literatura menor é, segundo os pensamentos deleuze-guattarianos, uma *desterritorialização*. Assim, compreende-se a *desterritorialização da língua* como a maneira que o escritor usa o idioma instituído como obrigatória em seu território pátrio, isto é, acessar e aplicar as múltiplas possibilidades nas construções sintáticas, semânticas, morfológicas e fonética-fonológicas dentro da língua oficial. Dessa maneira, o literata escreve “como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca” (Deleuze; Guattari, 2020, p. 39), ou seja, ele está sempre escavando a língua, buscando incessantemente novas maneiras de utilizá-la. À vista disso, Deleuze e Guattari (2020, p. 39) apontam:

Mesmo aqueles que tem a infelicidade de nascer no país de uma grande literatura deve escrever em sua língua como um judeu tcheco escreve em alemão, ou como um uzbeque escreve em russo. (...) E, para isso, encontrar seu próprio ponto de

subdesenvolvimento, seu próprio dialeto, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto.

Consoante o trecho acima, o escritor, ao buscar – mediante escavação como o cão e o rato ao construir seu lar – as probabilidades de uso da língua do país em que está inserido, constrói seu ponto de desenvolvimento minoritário, sua própria maneira de usar o idioma. Esse processo lento e progressivo realizado pelos literatas conduz a língua à intensidade, construindo, com isso, viabilidades de novas construções gramaticais, na qual a sintaxe, a semântica e a morfologia ganham significantes¹ diferentes dos vigentes.

Nesse sentido, a primeira característica presente na *literatura menor* é a *desterritorialização da língua*, pois “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua menor” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 35). Ao explicar sobre essa questão, os estudiosos apresentam uma ideia de movimento, pois *desterritorializar* e *reterritorializar* é um movimento *contínuo*. Sob essa perspectiva, Zourabichvili (2004, p. 24) elucida que

Distingue-se uma desterritorialização relativa, que consiste em se reterritorializar de outra forma, em mudar de território (ora, devir não é mudar, já que não há término ou fim para o devir - haveria talvez nesse ponto certa diferença com relação a Foucault); e uma desterritorialização absoluta, que equivale a viver sobre uma linha abstrata ou de fuga (se devir não é mudar, em contrapartida toda mudança envolve um devir que, apreendido como tal, nos subtrai à influência da reterritorialização: cf. o conceito de "contra-efetuação" do acontecimento, LS, 21ª série, e a questão "o que se passou?", MP, platô 8). Tal é o esquema aproximado que prevalece no Anti-Édipo, onde "desterritorialização" é sinônimo de "decodificação". Entretanto, já se coloca o problema da "reterritorialização", que leva ao tema polêmico da "nova terra", sempre por vir e a ser construída, contra toda terra prometida ou ancestral, reterritorialização arcaica de tipo fascista.

No fragmento acima, vislumbra-se que há dois movimentos de desterritorialização: relativa e absoluta. O primeiro diz respeito à mudança de território, enquanto o segundo corresponde ao viver sobre uma linha abstrata ou de fuga. Nesses dois processos, o sujeito se reterritorializa, construindo, para ele, um espaço de subjetividades. Assim, os escritores menores imergem no processo de deixar o território fixo da língua, a título de exemplo, no Brasil, subverter a gramática normativa do português brasileiro que tem a função de prescrever as normas linguísticas e, posteriormente, construir os discursos através da padronização da forma no campo sintático, morfológico e semântico. Ao abordar sobre o território no idioma,

¹ Nesta pesquisa, compreende-se o significante consoante os pensamentos deleuze-guattarianos, que diverge do pressuposto pela linguística estruturalista. Com isso, tem-se o significante como um processo de produção de sentido relacionado com o conteúdo e a expressão, não como mero elemento representativo.

compreende-o, consoante às palavras de Zourabichvili (2004, p. 24), como “a dimensão subjetivante do agenciamento”.

Nesse sentido, a língua desterritorializada se configura como um movimento de escape dos significados e significantes fixos que se têm de determinadas palavras, como também da subversão da estrutura rígida no campo sintático, morfológico e semântico da gramática normativa. Não se desejando e/ou sabendo escrever como os outros escritores, cria-se uma nova forma de expressão, a qual opera em uma desterritorialização da escrita tradicional e canonizada e também a libera de um território linguístico imposto pelas forças que constituem o presente. Por isso,

Kafka define nesse sentido o impasse que barra aos judeus de Praga o acesso à escrita, e faz de sua literatura algo do impossível: impossibilidade de não escrever, impossibilidade de escrever em alemão, impossibilidade de escrever de outro modo. Impossibilidade de não escrever, porque a consciência nacional, incerta ou oprimida, passa necessariamente pela literatura (“A batalha literária adquire uma justificativa real na maior escala possível”). A impossibilidade de escrever de outro modo que não em alemão é para os judeus de Praga o sentimento de uma irreduzível distância como a territorialidade primitiva tcheca. E a impossibilidade de escrever em alemão, minoria opressiva que fala uma língua cortada das massas, como uma “linguagem de papel” ou de artifício; com mais forte razão os judeus que, a um só tempo, fazem parte dessa minoria e são dela excluídos, tais como “ciganos tendo roubado a criança alemã no berço”. Em suma, o alemão de Praga é uma língua desterritorializada, própria a estranhos usos menores (cf., em outro contexto hoje, o que os negros podem fazer com o inglês norte-americano) (Deleuze; Guattari, 2020, p. 36).

A partir da análise das obras kafkianas, os pensadores Deleuze e Guattari apresentam um panorama das impossibilidades impostas às minorias no processo de escrita literária, as quais estão relacionadas à língua. Dessa maneira, a desterritorialização é um corte às impossibilidades colocadas aos escritores menores, pois subverte-se as formas instituídas como corretas mediante à criação de novas maneiras, que surgem dos empecilhos no processo de escrita. Com isso, os grupos minoritários rompem com as tradições normativas do idioma oficial do país, realizando, assim, um novo modelo de expressão.

Dessa nova maneira de expressão, surge a insurgência nos padrões normativos da língua em que escreve. Dessa maneira, coloca-se a língua em constante modificação, em uma insistência de deslocamento das estruturas e de lançá-la em novos territórios, sem esgotá-la, contudo, explorando o máximo da sua potência. Parafraseando os pensadores mencionados anteriormente, no contexto brasileiro, tal processo realizado no idioma é o que os negros fazem com o português brasileiro através de sua ancestralidade linguística advinda dos escravizados

nos primórdios do país. Essa questão possibilita aos literatas menores a criação de linhas de fuga para escapar da servidão, como fez Carolina Maria de Jesus.

Esse processo de decomposição e invenção da língua realizado pela literata mineira está presente em sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* de diversas formas. Publicada pela primeira vez em 1960, a título de exemplo, consoante aos estudos da Professora Regina Dalcastagnè (2012), a obra contém: mesclagem na sua escrita, composta do emprego corriqueiro de palavras e expressões distantes da sua realidade e inseridas na norma culta da língua portuguesa (proletários, indolentes, soezes, companheiros de infortúnio, contingências da vida resoluta, ósculos e amplexos (Jesus, 2020); o excessivo emprego dos pronomes oblíquos diverge do que dispõe a Gramática Normativa da Língua Portuguesa (Rocha Lima, 2018) (“Despedi-me e retornei-me” (Jesus, 2020, p. 25); a inversão de frases em alguns momentos (“Duro é o pão que nós comemos. Dura é a cama em que dormimos. Dura é a vida dos favelados” (Jesus, 2020, p. 44).

Essa quebra na linearidade da língua na escrita literária é um ato político e de resistência de Carolina Maria de Jesus, pois “um escritor não é um homem escritor, é um homem político, e é um homem máquina, e é um homem experimental” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 17). Dessa maneira, ao escrever, Carolina é uma mulher política, na medida em que transgride os padrões estabelecidos e constrói uma nova forma de expressão, e uma mulher máquina, a partir do momento em que se constitui através das relações entre ela e o meio e cria maneiras diferentes de fazer literatura; com isso, resiste aos aparelhos imposto pelas forças que constituem o presente que lhe impede de escrever. Nessa perspectiva, a literata, no processo de escrita, deixa de ser mulher para devir-outro, uma vez que é por um estilo que se torna outra coisa.

Diante da transgressão da escrita e, conseqüentemente, da construção de novas formas de expressão, o escritor se inscreve na segunda característica da literatura menor: *a ligação do indivíduo no imediato político*. Segundo, Deleuze e Guattari (2020, p. 36, *grifo do autor*),

A segunda característica das literaturas menores é que tudo nela é político. Nas “grandes” literaturas, ao contrário, o *caso individual* (familiar, conjugal, etc.) tende a juntar-se a outros casos não menos individuais, o meio social servindo de meio ambiente e de pano de fundo de maneira que nenhum desses casos edipianos é indispensável em particular, absolutamente necessário, mas que todos “fazem bloco” em espaço largo.

Como afirmado no fragmento acima, tudo é político na literatura menor. As questões presentes na escrita passam a ser políticas, contrapondo as “grandes” literaturas em que os casos individuais (familiar, conjugal e trabalhista) juntam-se aos outros casos não menos

individuais. Logo, o campo social exerce a função de ambiente e de pano de fundo para os acontecimentos expressos na poética, tornando-se fundamentais na construção literária.

Contrapondo essa necessidade das literaturas maiores em compreender os casos individuais pelo viés edipiano, Deleuze e Guattari (2020) propõem compreender o caso mais individual possível como uma questão política. Sob essa perspectiva, tem-se que as narrativas vinculadas aos acontecimentos cotidianos do narrador não estão restritas à maneira com que os indivíduos lidam e solucionam com/os seus complexos familiares. Sendo assim, o individual liga-se imediatamente às questões políticas envolvidas nas relações dos sujeitos.

A literatura menor é totalmente diferente: seu espaço exíguo faz com que cada caso individual seja imediatamente ligado à política. O caso individual se torna então mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele. É nesse sentido que o triângulo familiar se conecta com outros triângulos, comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, os quais determinam os valores do primeiro (Deleuze; Guattari, 2022, p. 36).

Na literatura menor, os casos individuais se unem a outras histórias e agitam-se construindo conexões coletivas e fluxos intensos de sensações. Dito isso, vislumbra-se que a esfera pessoal constrói múltiplas conexões com outras esferas (econômica, social, burocrática), determinando assim os valores delas. Logo, as questões individuais possuem fortes relações com o coletivo e com o político. Sob essa ótica, quando Carolina Maria de Jesus indica que “não casou e não está descontente” (Jesus, 2021, p. 16), não se trata de um fantasma edipiano, mas de uma postura política.

Quarto de Despejo é uma literatura política em sua gênese. A narrativa está vinculada às questões coletivas de todos ao redor de Carolina de Jesus. A poetisa negra é uma favelada política que interroga as condições desumanas destinadas aos moradores do Canindé e, neste movimento, busca mudá-las. *O diário de uma favelada* constrói muitas ligações, encontra pontos e diversas conexões, e, mesmo com as marcas de singularidade no discurso, detém uma escrita coletiva.

A terceira característica da literatura menor é o *agenciamento coletivo da enunciação*, consoante os estudos deleuze-guattarrianos.

A terceira característica é que tudo toma um valor coletivo. Com efeito, precisamente porque os talentos não abundam numa literatura menor, as condições de uma *enunciação individualizada* não são dadas, que seria a de um tal ou qual “mestre”, e poderia ser separada da *enunciação coletiva*. De maneira que esse concebe outra coisa que uma literatura de mestres: o que o escritor sozinho diz já constitui uma ação

comum, e o que ele diz ou faz é necessariamente político, mesmo que os outros não estejam de acordo (Deleuze; Guattari, 2020, p. 37, grifo dos autores).

Nessa perspectiva, a narrativa presente na literatura menor esvazia-se do individual e torna-se coletiva. Dessa maneira, o discurso da poética advinda dos minoritários é constantemente atravessado por outros discursos, outras vozes e *devires* diversos. Corroborando com essa tese, o pensador Mikhail Bakhtin (2010a) afirma que todo enunciado é carregado de muitas vozes e perspectivas, até mesmo na ordem classificada como direta na língua portuguesa, “em que o sujeito vem no rosto da oração” (Rocha Lima, 2018, p. 290).

Desse modo, os discursos são interpelados e constituídos por outros, os quais são formados mediante relações dos sujeitos com o mundo à sua volta. Essa concepção também está presente no campo literário, por isso apreende-se que o discurso literário possui a presença de diferentes vozes e pontos de vista, como também é desconstituído de uma voz dominante e/ou unificadora que sobressai às demais. Essa desnaturalização de uma voz dominante e única promove a despersonificação dos discursos individuais dos sujeitos a partir do momento em que esses são criados por outros, possibilitando, com isso, compreender a voz do escritor como uma das múltiplas vozes presentes na obra (Bakhtin, 2010a).

A partir dessa noção de vários discursos dentro de um único discurso, apreende-se o caráter coletivo dos enunciados linguísticos, conceituado nos pensamentos deleuze-guattarianos de *enunciação coletiva*.

O campo político contaminou todo o enunciado. Mas sobretudo, ainda mais, porque a consciência coletiva ou nacional está —sempre inativa na vida exterior e sempre em vias de desagregação, é a literatura que se encontra encarregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva, e mesmo revolucionária: é a literatura que produz uma solidariedade ativa, apesar do ceticismo; e se o escritor está à margem ou afastado de sua frágil comunidade, esta situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade (Deleuze; Guattari, 2022, p. 37).

Ao abordar o caráter coletivo dos enunciados, Deleuze e Guattari (2022), na mesma perspectiva de Bakhtin (2010a) - que advoga que no gênero romanesco há a incorporação de múltiplas vozes dentro de uma única obra -, apresentam uma nova maneira de vislumbrar a enunciação das narrativas literárias englobando os diversos sujeitos e suas interações com o meio, surgindo, assim, a *enunciação coletiva*. Nessa perspectiva, toda enunciação se torna plural, não sendo exclusiva do enunciador, mas, sim, da multiplicidade que o atravessa. Na linguagem transparecem características de subjetividade, como ocorre em *O diário de uma*

favelada, de Carolina Maria de Jesus, onde há discursos e perspectivas decorrentes de suas relações com as pessoas, o espaço e as coisas.

escritor menor, a título de exemplo Carolina de Jesus, ao trazer para a sua literatura diferentes vozes e perspectiva, torna-a revolucionário, pois renuncia o princípio da unificação das vozes narrativas. Na literatura caroliniana, a poetisa narra não apenas suas penúrias individuais, mas funde-se na enunciação coletiva dos diversos favelados em situação de miserabilidade no país, mesmo que essa coletividade não esteja explícita em todas as linhas do seu *diário de uma favelada*. Desse ponto de vista, Deleuze e Guattari assevera ainda que

Não há sujeito que emite o enunciado, nem um sujeito cujo enunciado seria emitido. É verdade que os linguistas que se servem dessa complementaridade a definem de uma maneira mais complexa e consideram “a marca do processo de enunciação no enunciado” (cf. os termos do tipo *eu, tu, aqui, agora*) (Deleuze; Guattari, 2020, p. 150-151, grifo do autor).

A partir dessa concepção deleuze-guattariana, reafirma-se a tese exposta nos parágrafos anteriores: a destituição da individualidade personificada em um sujeito único no processo enunciativo, mesmo aqueles em que o sujeito esteja na primeira pessoa. Assim, vislumbra-se a impossibilidade de reportar um enunciado a um sujeito único, pois compreende-o como decorrente da relação entre as pessoas e o mundo.

Ante o exposto, evidencia-se que o conceito de *literatura menor*, cunhado pelos pesquisadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, possui três características intrínsecas. A primeira diz respeito ao processo de construção de novas estruturas linguísticas a partir da subversão das normas instituídas como padrão no idioma de origem do literata. A segunda vincula-se ao caráter político dos escritores menores, pois a narrativa da obra é política em sua essência. A terceira concerne ao valor coletivo da obra a partir da concepção do enunciado como de todo um grupo social, não apenas do autor da obra.

1.3 MAIORIA E MINORIA

De acordo com Muniz Sodré (2005), a palavra minoria na cultura ocidental tem, em seu ponto de partida, o sentido de inferioridade, sendo contrária à maioria. Em contrapartida, o termo maioria ganha o sentido oposto: superior em grandeza, intensidade e importância. A partir disso, vislumbra-se que tais palavras são antagônicas e carregam a noção quantitativa. Contudo, os estudiosos franceses Deleuze e Guattari (2010) reformulam o sentido dos termos

supracitados, rompendo com a noção exclusivamente quantitativa. Dessa maneira, “maioria não designa uma quantidade maior, mas, antes de tudo, o padrão em relação ao qual as outras quantidades, sejam elas quais forem, serão consideradas menores” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 59). Esse padrão, que serve como medida, é atravessado pelas ideologias dominantes, por isso proporciona a manutenção de privilégios entre as categorias majoritárias da sociedade.

Com isso, atribui-se ao termo maioria o sentido de estado de poder e dominação de grupos sociais, pois “antes, porém, de ser caracterizada por uma expressão numérica, uma maioria é um padrão, um “Alguém” onde o senso comum aprisionou determinadas singularidades/acontecimentos e no qual os indivíduos devem-se enquadrar através da exclusão ou submissão de outras singularidades” (Cardoso Jr., 1999, p. 23). O poder do grupo dominante, compreendido nesta dissertação como maioria, sustenta-se pelo senso comum.

Nesse sentido, ao recorrer aos pensamentos deleuze-guattarianos encontramos uma nova compreensão acerca das noções de minoria e maioria. O primeiro diz respeito à situação dos grupos marginalizados e subalternizados socialmente. Tem-se como minoria, na perspectiva deleuze-guattariana, as mulheres, os negros, os indígenas e a comunidade LGBTQQICAAPF2K+, pois são opostos ao padrão estabelecido aos cidadãos. As categorias majoritárias são concebidas mediante o parâmetro ocidental de cidadão: homem cis-gênero, branco, cristão, classe média, adulto e urbano. Ressalta-se que, conforme os pressupostos deleuze-guattarianos, esses parâmetros são cumulativos, ou seja, um único sujeito se inscreve em dois ou mais deles, constituindo, assim, o que Viana (2022) conceitua de *interseções majoritárias*. Sob essa perspectiva, o que define a maioria é “um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo, o europeu médio adulto macho habitante das cidades...” (Deleuze, 2013, p. 218).

Minoria designa, primeiro, um estado de fato, isto é, a situação de um grupo que, seja qual for o seu número, está excluído da maioria, ou está incluído, mas como uma fração subordinada em relação a um padrão de medida que estabelece a lei e fixa a maioria. Pode-se dizer, neste sentido, que as mulheres, as crianças, o Sul, o terceiro mundo etc. são ainda minorias, por mais numerosos que sejam. Esse é um primeiro sentido do termo. Mas há, imediatamente, um segundo sentido: minoria não designa mais um estado de fato, mas um devir no qual a pessoa se engaja [...] Minoria designa aqui a potência de um devir (Deleuze, 2010, p. 63).

O segundo sentido atribuído ao termo minoria extrapola os sujeitos marginalizados e subalternizados no corpo social, pois constitui-se como um *devir*. Nele a minoria são os homens e as mulheres que, apesar de estarem sob uma imposição de padrão social, subvertem-na e

criam novas formas de experienciar a existência humana, como fez Carolina Maria de Jesus por meio de sua escrita que rasura o coeficiente linguístico do português brasileiro.

Devir-minoritário é um objetivo, e um objetivo que diz respeito a todo mundo, visto que todo mundo entra nesse objetivo e nesse devir, já que cada um constrói sua variação em torno da unidade de medida despótica e escapa, de um modo ou de outro, do sistema de poder que fazia dele uma parte da maioria (Deleuze, 2010, p. 63).

Nesse segundo sentido de minoria, não basta se inscrever nos grupos à margem socialmente, deve-se *devir-minoritário*, pois “é preciso não confundir ‘minoritário’ enquanto devir ou processo, e ‘minoria’ como conjunto ou estado” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 92). Nesse processo de vir a ser, os corpos dissidentes, revolucionários e resistentes se expressam através da arte, como fez Carolina em seu *Diário de uma favelada*, ao devir-mulher; não atende às expectativas sociais para o gênero feminino conforme descreve em 19 de julho de 1955.

Veio o peixeiro Senhor Antonio Lira e deu-me uns peixes. Vou fazer o almoço. As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetáculo. A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatórios. Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade.

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas.

Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis (Jesus, 2020, p. 23).

Ao devir-mulher, Carolina subverte o padrão predeterminado para o gênero feminino: do lar, casada e submissa ao seu esposo. Dessa maneira, ela reivindica a imposição sociocultural de feminilidade, como também apresenta outra possibilidade de tornar-se mulher na sociedade: não casar, insubmissa ao gênero masculino e mãe solo. Assim, a catadora de materiais recicláveis rompe com a homogeneidade promulgada como a única maneira de ser e existir, mostrando a multiplicidade existente entre os indivíduos, que estão em constante processo de *devir*.

Ante o exposto, evidencia-se que, à luz do referencial teórico deleuze-guattariano, o sentido de maioria e minoria são ressignificados. Os pesquisadores romperam com a concepção denotativa da língua portuguesa que restringe os termos meramente ao caráter quantitativo, ao

movimento que abre espaço ao processo de experimentação da língua(gem) mediante o *devir-minoritário*. Essa visão qualitativa de maioria e minoria tem relação intrínseca com o conceito de *desterritorialização da língua*, considerando que “a relação maior/menor acontece em relação às línguas e às implicações sociais da linguagem em uso” (Viana, 2022, p. 466).

Nesse movimento de desterritorialização da língua, as minorias criam novas formas de expressões mediante a captação dos acontecimentos ao seu redor. Essa captação é expressa através da escrita desterritorializada, que possibilita aos subalternizados e marginalizados novas maneiras de pensar, de sentir e de agir no mundo. Com isso, criam-se novos modelos minoritários. Contudo, ressalta-se que,

Quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender. O povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano (Deleuze, 2013, p. 218).

Destituir o modelo majoritário a partir da criação de novas formas de expressão é um ato legítimo, político e ideológico das minorias. Esse ato questiona e reivindica o território demarcado para os marginalizados e subalternizados na sociedade brasileira. Por isso, Carolina de Jesus, no uso extensivo da linguagem, criou sua *poética de resíduos* (Fernandez, 2006). Ela não aceitou morar no “quarto de despejo de São Paulo” (Jesus, 2020, p. 137), por isso *devem-minoritária* e insiste em escrever mesmo com tantas negativas por pertencer à minoria.

5 DE NOVEMBRO ...Passei no empório, vendi um litro para o senhor Eduardo por 3 cruzeiros para pagar o ônibus. Quando cheguei no ponto de ônibus encontrei com o Toninho da Dona Adelaide. Ele trabalha na Livraria Saraiva. Disse-lhe:

— Pois é, Toninho, os editores do Brasil não imprime o que escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. Por isso eu vou enviar o meu livro para os Estados Unidos. Ele deu-me vários endereços de editoras que eu devia procurar (Jesus, 2020, p. 123).

Pertencer à minoria é estar à margem social, por isso tem sua forma e expressão deslegitimada, inferiorizada e negada. Mas, mesmo consciente de sua posição social, Carolina cria linhas de fuga para manter o seu desejo de narrar. Assim, tem-se uma literatura marcada pelo *devir-revolucionário*. Ela revoluciona a forma de fazer literatura, quebrando os paradigmas impostos pela sociedade e encontrando um novo modelo de escrita. Ela escreve

minoritário a partir de “uma língua cortada das massas, como uma “linguagem de papel” ou de artifício” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 36). Ela cria uma língua menor com sua escrita desterritorializada, de acordo com a discussão a seguir.

Dessa maneira, apreende-se o conceito de minoria e maioria divergente do presente na construção brasileira pelo viés do quantitativo, como apresentado no dicionário Houaiss e Villar (2009). Assim, Deleuze e Guattari (2012) concebem maioria e minoria pelo viés qualitativo, isto é, esses conceitos vinculam-se à dimensão de marcadores sociais que tornam os sujeitos menores ou maiores.

1.4 A MINORAÇÃO DA LÍNGUA(GEM) NA LITERATURA MENOR

Na literatura menor, consoante evidenciado pelos pensadores Deleuze e Guattari (2020), a língua é afetada através do afastamento intenso e extensivo da territorialidade envolta dela por meio das regras linguísticas. Cria-se, assim, novas formas sintáticas, semânticas e morfológicas no idioma nacional do literata à medida em que ele desterritorializa as normas no seu processo de escrita. Dessa maneira, a língua transforma-se em

[...] uma espécie de língua estrangeira, que não é uma outra língua, nem um dialeto regional descoberto, mas um devir-outro da língua, uma minoração dessa língua maior, um delírio que a arrasta, uma linha de feitiçaria que foge ao sistema dominante. [...] opera uma decomposição ou uma destruição da língua materna, mas também [...] opera a invenção de uma nova língua (Deleuze; Guattari, 2020, p. 15).

A língua que surge do processo de desterritorialização não se configura como um dialeto, pois não é uma variedade regional e, portanto, caracterizada pelas peculiaridades de determinado espaço geográfico, mas, sim, novas formas de uso do idioma do escritor. Sob essa ótica, o movimento de decomposição e/ou destruição da língua nacional do literata promove a criação de outras línguas possíveis.

Com isso, tem-se o processo de minoração da língua, que ecoa nas literaturas produzidas a partir do processo contínuo em que os sujeitos se tornam minoritários e, deste modo, uma força criativa. Essa minoração cria dois processos na escrita: “o de desterritorialização da maioria e o de reterritorialização em um devir” (Viana, 2022, p. 471). Contudo, é preciso estar atento porque

Isso não significa se exilar da maioria, mas um movimento estratégico: reterritorializar-se em uma maioria para reivindicar direitos, reconhecer lutas de movimentos sociais, ocupar espaços públicos etc.; reterritorializar-se em um devir para reivindicar potências, minorar a linguagem, fabular novos mundos (Viana, 2022, p. 471).

Com a minoração da língua, os literatas minoritários subvertem a língua padrão a partir da desconstrução das normas linguísticas impostas como corretas, as quais estão estruturadas nas gramáticas normativas do idioma. Eles trazem à tona um idioma estrangeiro dentro de seu idioma, dessa maneira provocam uma instabilidade nas forças sociopolíticas que permeiam a língua nacional e que reforçam as exclusões e os privilégios sociais.

Ademais, os marcadores sintáticos funcionam como marcadores de poder, considerando que, por exemplo, o ato de “formar frases gramaticalmente corretas é, para o indivíduo normal, a condição prévia para qualquer submissão às leis sociais” (Deleuze; Guattari, 1995b, p. 45). A gramaticalização na fala estabelece o critério para a inserção (ou não) dos sujeitos em dado contexto social, por isso a afirmação: as normas gramaticais são políticas.

Podem-se conceber várias maneiras de uma língua se homogeneizar, se centralizar: a maneira republicana não é necessariamente a mesma que a real, e não é a menos dura. Mas o empreendimento científico de destacar constantes e relações constantes sempre se duplica no empreendimento político de impô-las àqueles que fala, e de transmitir palavras de ordem (Deleuze; Guattari, 1995b, p. 46).

Sendo assim, há, no momento de homogeneização de determinada língua, uma imposição do modelo que se alinha ao falar da classe dominante. Essa atitude é um projeto político que, consoante Deleuze e Guattari (1995b), corresponde à transmissão de palavras de ordem. As palavras de ordem são enunciados que não têm a função de descreverem ou informarem, mas prescrevem e têm um efeito performativo. Elas atuam como comandos que orientam o comportamento dos indivíduos e das massas. A palavra de ordem não é meramente comunicativa, mas, sim, operacional, um instrumento de poder.

Nesse sentido, não somos responsáveis somente pelo que enunciamos, mas, ainda, por aquilo que fazemos (Deleuze; Guattari, 1995b). Com base nesse pressuposto, afirma-se que o ato de enunciar palavras de ordem molda a realidade, seja para reforçar, seja para desconstruir as forças dominantes, ela está ligada à ideia de como a linguagem opera como uma ferramenta de controle, organização e captura no campo social.

Outrossim, a língua é moldada por *agenciamentos coletivos de enunciação* (Deleuze; Guattari, 1995b). Assim, não é compreendida como algo que se transmite de um indivíduo para outro, mas como produção coletiva em constante transformação. Por isso,

Não há sujeito, há apenas *agenciamentos coletivos de enunciação* - e a literatura exprime esses agenciamentos, nas condições em que eles não estão dados fora dela, e em que eles existem somente como potências diabólicas porvir ou como forças revolucionárias a construir (Deleuze; Guattari, 2020, p. 38, grifo dos autores).

Conforme elucidado no trecho acima, a literatura exprime os agenciamentos coletivos de enunciação à medida em que os enunciados tendem em direção à multiplicidade coletiva, mesmo que essa coletividade não esteja explícita na narrativa literária. Eles não estão no exterior das obras, mas, sim, vibrando dentro dela, servindo como forças revolucionárias do porvir. Dessa maneira, as histórias contidas nos livros configuram-se como coletiva, pois unem-se a todos os sujeitos.

Conceber a língua pelo viés de enunciação coletiva é compreender sua natureza profunda, que é essencialmente política. Trata-se de um campo de intensidades, potências e fluxos afetados por diferentes contextos e experiências dos sujeitos. Toda língua surge em um território específico e, portanto, é atravessada pela cultura e tradição dos grupos de prestígio social da época.

Por isso, subverter a língua na produção literária é um ato político, que rompe com a impossibilidade de determinados sujeitos manterem contato com a escrita, tendo em vista que há, socialmente, uma forma de escrever literatura. A impossibilidade de escrever conforme as normas preestabelecidas é a possibilidade de desterritorialização das minorias oprimidas que falam uma língua desviante das normas padrões.

Quantas pessoas hoje vivem em uma língua que não é a sua? Ou então não conhecem mesmo a mais a sua, ou não ainda, e conhecem mal a língua maior de que são forçados a se servir? Problemas dos emigrados, e sobretudo de seus filhos. Problema das minorias. Problema de uma literatura menor, mas também para nós todos: como arrancar de sua própria língua uma literatura menor, capaz de escavar a linguagem, e de fazê-la escoar seguindo uma linha revolucionária sóbria? Como devir o nômade e o imigrante e o cigano de sua própria língua? Kafka diz: roubar a criança no berço, dançar sobre a corda bamba (Deleuze; Guattari, 2022, p. 40-41).

Há milhares de pessoas vivendo em uma língua que não é sua, utilizando-a de maneira desterritorializada por não dominarem as normas prescritas nas gramáticas normativas. Essa

realidade está presente na produção literária, o que ocasiona uma impossibilidade de escrever de maneira pura a língua de determinado país.

Todavia, essa impossibilidade de produzir literatura por meio da homogeneização da língua nacional do país não deve inibir os sujeitos. Devem-se seguir o dito por Kafka: “roubar a criança no berço” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 41), isto é, remover a ideia e a cultura ainda em formação do contexto opressivo em que foi colocado no fazer literário, antes que esse contexto possa moldá-lo completamente.

Para tanto, é necessário “dançar sobre a corda bamba” (Deleuze; Guattari, 2022, p. 41), ou seja, agir dentro das limitações impostas, manter-se em equilíbrio e evitar ser absorvido pelo sistema, mantendo-se equilibrado e evitando ser absorvido por ele. É um movimento perigoso, mas necessário para criar algo sem se sucumbir ao controle dos grupos dominantes.

Escrever de forma desvinculada da gramática normativa do português brasileiro é uma estratégia de minoração da língua pátria. Essa estratégia é implícita na poética de Carolina Maria de Jesus que, parafraseando Deleuze e Guattari (2020), faz da sua literatura uma ação impossível: impossibilidade de não escrever; impossibilidade de escrever consoante a norma-padrão da língua portuguesa; impossibilidade de escrever de outra maneira diferente da canonizada no fazer literário. A partir dessas impossibilidades impostas, a poetisa produz seu *diário de uma favelada*.

Carolina escrevia com base no que captava dos acontecimentos ao seu redor, no que sentia devido a eles. *O diário* foi escrito, na maioria das vezes, com palavras simples, mas carregadas de uma potência revolucionária. A poetisa gostava de literatura, por isso, afirmou, em 21 de julho de 1955, “li um pouco. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem” (Jesus, 2020, p. 30). Enquanto escrevia, esquecia a fome, a sede. A miséria para favelada é como se fosse uma ventania que a sacudia, mas ela resistia.

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) E preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2020, p. 59).

Nesse trecho, Carolina reconhece o ato de escrever como algo central para a própria existência, uma forma de expressar a existência e resistência diante das dificuldades que enfrentava. Ela é alguém que utiliza a escrita não apenas como registro edipiano, mas, sim,

uma afirmação de sua humanidade, voz no mundo e arma política na luta contra as forças hegemônicas.

O ato de escrever, para a autora de *Quarto de Despejo*, era fonte de ruptura ao caos presente em seu dia a dia, uma subversão, sobretudo da língua. Ela politicamente não seguia rigidamente as normas gramaticais da língua portuguesa, mas, conforme Nascimento (2023), preservava elementos morfológico, fonológico e sintático da ancestralidade africana no português brasileiro. Essa estratégia de escrita carrega e marca a multiplicidade de vozes dissidentes que a atravessava, tornando sua escrita um enunciado coletivo e fonte de legitimidade discursiva dos marginalizados socialmente.

Perante o exposto, vislumbra-se o processo de desterritorialização da língua na literatura menor como uma estratégia política dos escritores minoritários. Esse processo acontece mediante à ruptura das normas sintáticas, morfológicas, semânticas e fonética-fonológicas instituídas como padrões no fazer literário. A ruptura surge devido ao movimento de minoração dos sujeitos, como também a partir dos enunciados coletivos que dão legitimidade às narrativas dos subalternizados socialmente.

2 MINORAÇÃO DA LÍNGUA: AS LÍNGUAS AFRICANAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Por que o povo da favela fala gíria? Preenchem a língua portuguesa com palavras potentes que o próprio colonizador não entende. Enchem a língua como quem enche uma linguiça. E, assim, falam português na frente do inimigo sem que ele entenda. A favela adestrou a língua, a enfeitiçou. Temos que enfeitiçar a língua. Posso dizer que sou feitiçeiro, qual é o problema? Mas sou feitiçeiro e milagreiro, porque sou politeísta e sei fazer o efeito tanto pelo milagre como pelo feitiço (Nego Bispo, 2023, p. 4).

O pensador brasileiro Nego Bispo (2023) advoga que no processo de contracolônização é necessário utilizar a língua do inimigo de maneira subversiva. Para tanto, precisa-se potencializar as palavras enfraquecidas no processo de colonização, no movimento intitulado por ele de *semear palavras*, isto é, trazer para a língua palavras herdadas da ancestralidade e/ou novas. A esse respeito, o referido autor declara que

Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos. A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las (Bispo, 2023, p. 3).

A partir dessa perspectiva, o processo de contracolônização atravessa fortemente o campo da língua(gem), como também elucidou os estudos de Nascimento (2019). À vista disso, tem-se, no campo de resistência da colonialidade da língua, o movimento de subversão do idioma imposto pelo grupo dominante, a título de exemplo o que os negros fizeram no Brasil no período da escravidão.

Nesse véis, percebe-se, consoante indicado por Cerqueira (2020), que a realidade linguística brasileira é interpelada pelo contato multilíngue acontecido no período colonial do país entre o português europeu, línguas indígenas e línguas africanas. Acrescido a esse pensamento, destaca-se as ideias de Aboh (2020) de que, com esse contato de muitas línguas no mesmo território geográfico, iniciou-se, a partir de meados do século XIX, um movimento de recombinação gramatical.

Esse processo de recombinação gramatical, ainda segundo Aboh (2020), gerou uma gramática híbrida: regras gramaticais do português europeu e das línguas indígenas e africanas. Essa questão é perceptível até nos dias atuais, especialmente as regras que desrespeitam o

hibridismo entre o português europeu e as línguas africanas, as quais, nos estudos atuais da linguística (Nascimento, 2019; Cerqueira, 2020), são denominadas de marcas das línguas africanas no português brasileiro.

Nessa perspectiva, o presente capítulo objetiva discorrer sobre a minoração do português brasileiro mediante o uso das marcas das línguas africanas. Desse modo, divide-o em seis partes, a contar com esta breve introdução. Em seguida, aborda-se as marcas de línguas africanas no falar dos negros no Brasil, apresentando como esse processo promove a minoração da língua pátria do país. Posteriormente, discorre-se sobre essas marcas linguísticas na produção literária dos sujeitos brasileiros racializados, advogando que a literatura é um território contestável. Depois, apresenta-se a pluralidade de vozes dissidentes na literatura, sobretudo na poética caroliniana. Adiante, destaca-se a pluralidade de vozes no gênero romanesco, consoante os pressupostos bakhtianos. Por fim, disserta-se acerca de dois conceitos importantes para entender a pluralidade de vozes na poética negra: plurilinguismo, Bakhtin, e agenciamento social político, Deleuze e Guattari.

2.1 MARCAS DE LÍNGUAS AFRICANAS NO FALAR DOS NEGROS BRASILEIROS NA ESCRITA CAROLINIANA: MINORAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A vinda forçada dos africanos ao território brasileiro, datada entre o século XVI a aproximadamente o século XIX, para desenvolverem trabalhos em condições desumanas, contribuiu significativamente para a formação da nacionalidade brasileira. Ao abordar sobre a formação nacional do Brasil, destaca-se, neste trabalho, especialmente a constituição de uma língua vernácula no território. Em relação aos dados desse processo de imigração violenta dos africanos ao Brasil, Petter e Cunha (2016, p. 222), a partir dos estudos de Mattoso (2001), Eltis (2000) e Miller (1986), evidenciam que

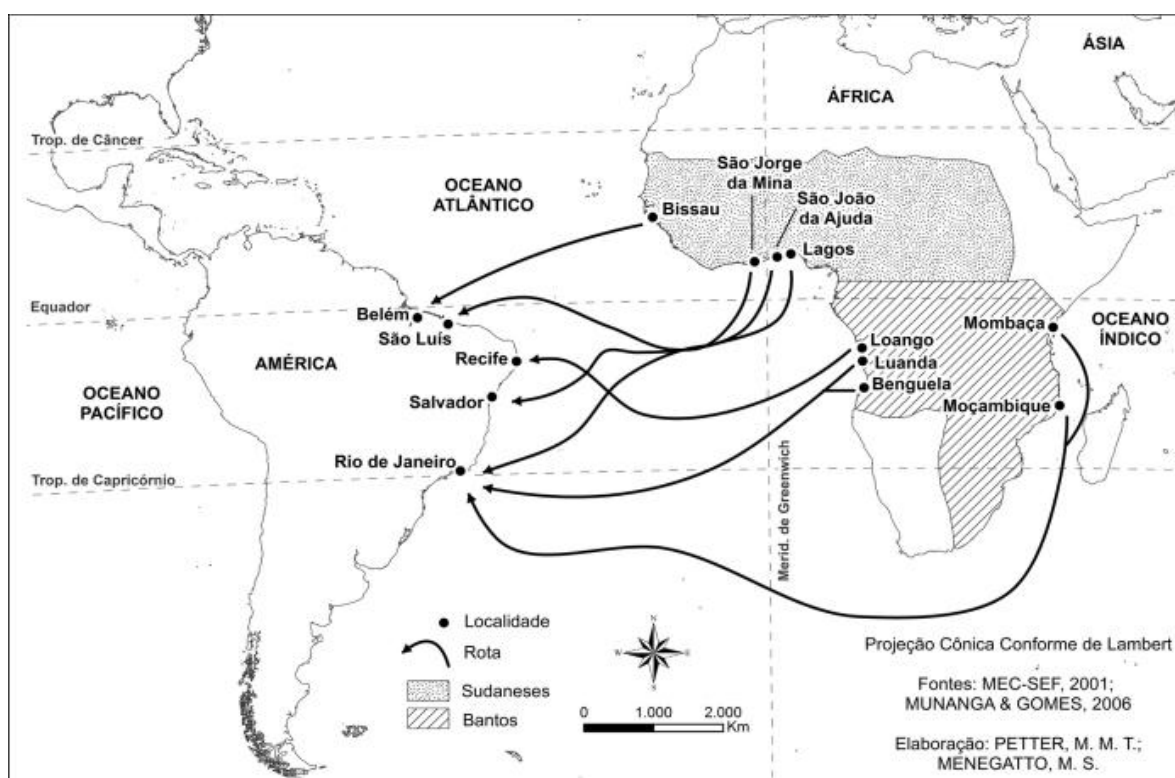
O tráfico negreiro teve início, no Brasil, em 1502 e foi extinto em 1860. Ao longo desse tempo teriam sido importados 3.500.000/3.600.000 africanos, distribuídos em quatro grandes ciclos de importação (Mattoso, 2001; Eltis, 2000; Miller, 1986), que podem, segundo os estudiosos, ser divididos do seguinte modo:

- no século XVI, o ciclo da Guiné, trazendo escravos sudaneses,¹ originários da África situada ao norte do equador;
- no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe para o Brasil os negros bantos;

- no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que trouxe novamente os sudaneses. A partir de meados do século XVIII, esse ciclo se desdobra para dar origem a um ciclo propriamente “baiano”: o ciclo da baía do Benim;
- no século XIX, são trazidos africanos de todas as regiões, com uma predominância de negros provenientes de Angola e de Moçambique (Petter; Cunha, 2016, p. 222).

Esse processo está vinculado às razões econômicas do país, como o cultivo da cana de açúcar e café, exploração das minas de ouro e diamantes e colheita de especiarias (Petter; Cunha, 2016). Consoante aos estudos de Petter e Cunha (2016), Bonvini (2008) e Munanga (2009), essas informações históricas proporcionam uma associação das grandes áreas linguísticas das línguas transplantadas, sendo elas: oeste-africana e área austral. Essa associação é consolidada mediante às principais rotas do tráfico transatlântico apresentado por Munanga (2009).

Mapa 1 - Principais rotas do tráfico transatlântico



Fonte: Munanga, 2009.

Ao realizar essa rota do tráfico transatlântico, o longo período de concentração dos africanos escravizados oriundos da área banta, que falavam idiomas diferentes, mas tipologicamente próximos, proporcionou a adoção de uma língua veicular: o quimbundo, conforme evidenciado nas pesquisas de Bonvini (2008). Todavia, no trajeto transatlântico, a

realidade linguística era de plurilinguismo, pois o repertório das línguas africanas era acrescentado pelo idioma dos senhores – a língua portuguesa, assim como o repertório da língua portuguesa era acrescido pelas línguas africanas, sobretudo o quimbundo.

Esse intenso contato entre as línguas africanas e a língua portuguesa não gerou línguas mistas no território brasileiro, mas, sim, proporcionou a fala de algumas línguas africanas no Brasil Colonial. Dessa maneira, vislumbra-se que a presença das línguas dos africanos vindos ao território brasileiro forçadamente esteve sempre presente no idioma dos residentes no país (Petter; Cunha, 2016).

Contudo, ao tratar da presença das marcas das línguas africanas no idioma dos brasileiros, destaca-se essa presença, mais necessariamente, na fala dos homens e das mulheres de cor, dado seus atravessamentos raciais. Eles, consoante os pressupostos teóricos de Nascimento (2023), utilizaram/utilizam a língua do colonizador através de uma prática linguística minoritária, uma vez que

Das línguas que conhecemos, e que foram aqui disciplinadas, mas não completamente vitoriosas em seu predomínio, o português é uma boa metáfora. Como toda abstração, essa língua colonial foi durante séculos uma prática linguística minoritária entre nós. Dessa forma, o português se dava como uma abstração europeia que buscava inculcar nos indivíduos uma desidentificação sobre sua ancestralidade linguística. Ou seja, a língua sempre foi uma forma de dominar ao desidentificar ancestralmente os povos dominados. Mas há um outro português, que passa a surgir da resistência a esse processo, e que me remete a esta carta. Trata-se do português dos nossos ancestrais invadidos e escravizados, sequestrados e roubados, que temos chamado de pretuguês (Nascimento, 2020, p. 9333).

À vista dessa afirmação de Nascimento (2023), na carta que escreveu para literata Conceição Evaristo, compreende-se que há um outro português que surge mediante à resistência do processo de dominação dos corpos negros na sociedade brasileira, constituído a partir da ancestralidade. Esse outro português é chamado, a partir dos pressupostos de Lélia González (1984), pelo pesquisador baiano de *pretuguês*, que, para ele, são saberes longevos que afetaram a língua dos colonizadores e se transformaram em “frutos predominantes no português falado no Brasil” (Nascimento, 2023, p. 9333).

Essas marcas linguísticas estão presentes na fala oral e escrita dos negros e negras brasileiros/as. Contudo, apesar das marcas sintáticas e morfológicas padrões, a título de exemplo a marcação do plural apenas no artigo definido da oração, considerando que, consoantes os estudos de Bagno (2012), às línguas africanas que integram o tronco linguístico bantu, um dos maiores responsáveis pela variação linguística no Português Brasileiro, as

línguas africanas do tronco bantu não utilizam terminações para marcar o plural, todavia utilizam prefixos e partículas postas antes dos substantivos, a escrita negra se apresenta de maneira heterogênea, especialmente a escrita literária. Como evidencia Nascimento (2023, p. 9336),

Não existe uma só modalidade para a escrita negra porque a escrita negra não parece se conter ou caber no texto fonográfico colonizado. Posso ler Fanon (2008) ou Carolina Maria de Jesus (2014), Conceição Evaristo (2016), Livia Natália (SOUZA, 2016), Thaíse Santana (2021), Eliana Alves Cruz (2018), as cartas das greves ou os manifestos, ou Quobna Ottobah Cugoano (CUGOANO; CARRETA, 1999). Não há homogeneidade nessas escritas, senão a ausência total de homogeneidade. O texto negro parece fugir do próprio limite tipográfico do texto, como se a narrativa fosse maior, e o é, do que o formato pré-estabelecido, generificado, racializado, aprisionado.

A partir do trecho acima, afirma-se a heterogeneidade na escrita negra, pois o homem e a mulher de cor “parece[m] fugir do próprio limite tipográfico do texto” (Nascimento, 2023, p. 9336). Essa fuga acontece devido à grandeza narrativa sucumbir às formas preestabelecidas, generalizadas, racializadas e aprisionadas da escrita impostas na perspectiva eurocêntrica. Por isso, concebe-se, de acordo com Nascimento (2023), a língua escrita no Brasil como a mais aprisionada pelas formas.

Esse aprisionamento é rompido pela subversão das normas linguísticas. Na escrita negra, essa subversão acontece por meio da presença da ancestralidade na língua dos brasileiros negros, conhecida como pretuguês. Para Nascimento (2023, p. 9336), o termo pretuguês “(...) não é apenas uma abstração sem corpo, uma invenção racista, mas uma metáfora anticolonial de como africanos e seus descendentes usam as formas de linguagem para sobreviver, para confundir o inimigo colonizador e para entregar a grandeza que este país é”.

Ante o exposto, compreende-se o processo de minoração da língua como uma estratégia política dos negros, a qual advém desde o processo de exportação forçada dos africanos para o Brasil devido à necessidade econômica local. Essa minoração é atravessada pela ancestralidade dos povos negros brasileiros mediante o uso subversivo das formas preestabelecidas pelo colonizador no que diz respeito às normas na utilização da língua escrita e falada. A presença das línguas africanas é constante não apenas na fala do dia a dia dos homens e mulheres de cor, mas, ainda, na sua escrita literária.

2.2 LITERATURA E CONTESTAÇÃO

“A literatura brasileira é um território contestável”, afirma Dalcastagnè (2012, p. 6). Essa contestação, segundo a referida pesquisadora brasileira, ultrapassa o estilo e/ou as escolhas repertoriais, pois o que está em jogo é a possibilidade de determinados grupos sociais estarem presentes em um mundo que tenta negar sua existência por meio da inviabilização e neutralização dos seus discursos. Afinal, consoante Foucault (1996, p. 9),

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Dessa afirmação de Foucault (1996), compreende-se que há um controle do discurso nas sociedades, que funciona como um mecanismo de negação do direito de fala aos sujeitos que não preenchem os requisitos impostos pelos grupos que detêm o poder social em determinada época, sociedade e cultura. Com isso, tem-se uma censura social, na maioria das vezes velada, com o intuito de silenciar os dominados e impedir uma revolução capaz de tirar os privilégios de alguns sujeitos sociais.

Na contemporaneidade, ao discutir sobre essa questão, não se deve restringir apenas a noção de possibilidade de falar, direito assegurado aos cidadãos nos ordenamentos jurídicos de todos os países ocidentais, mas na possibilidade de falar com reconhecimento social. Ou seja, o reconhecimento social dos discursos produzidos pela minoria (os racializados, a comunidade LGBTQQICAAPF2K+, os indígenas), instituindo valor ao que é dito por eles e, portanto, deve ser ouvido e respeitado por todos.

Esse reconhecimento social na dimensão discursiva está presente em todas as relações e expressões humanas, gerando, assim, imposição dos territórios em que os sujeitos têm suas falas autorizadas, consoante os estudos dos intelectuais Foucault (1996) e Ribeiro (2017). Mediante esse mecanismo de controle social, determinados grupos são excluídos de espaços importantes socialmente, pois consideram-se incapazes de ocupá-los e, dessa maneira, aceitam a posição subalternizada em que foram inscritos.

O processo de exclusão de alguns sujeitos também acontece no campo literário, consolidando-se por meio do discurso de que há uma forma exata de escrever literatura e que é importante segui-la rigorosamente. Logo, a “valorização sistemática de determinada forma

de expressão em detrimento de outras” (Dalcastagnè, 2011, p. 37) resulta na concepção do fazer literário como privilégio do grupo social hegemônico. Dessa maneira, apreende-se que “a exclusão das classes populares não é algo distintivo da literatura, mas um fenômeno comum a todos os espaços de produção de sentido na sociedade” (Dalcastagnè, 2011, p. 37).

Ao deslegitimar determinados discursos na literatura, perde-se a diversidade e ganha-se o fortalecimento da intolerância pela diferença e manutenção do poder de determinados sujeitos sociais. A literatura, firmada em códigos e tradições inflexíveis para alguns, serve como prática de exclusão dos subalternizados e uniformização dos discursos legitimados para circulação social. À vista disso, a inclusão desses discursos no campo literário é uma questão de legitimidade.

Essa legitimidade é compreendida, a partir dos estudos de Foucault (1996), como o reconhecimento social dos discursos de determinados sujeitos na sociedade, uma vez que “não se tem direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 1996, p. 9). Dessa maneira, incluir os diferentes discursos na literatura é conferir reconhecimento social aos discursos produzidos pelos grupos subalternizados.

Com isso, vislumbra-se que a contestação da minoria no campo literário está alinhada à busca de poder, isto é, “o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala” (Dalcastagnè, 2012, p. 6). Nesse viés, a intelectual brasileira Lélia Gonzalez (1984), ao refletir sobre a legitimidade dos negros na sociedade brasileira a partir dos pensamentos de Miller (1976), declara

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação via psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 1984, p. 225).

Nesse trecho, Gonzalez evidencia o risco do ato de falar em uma sociedade em que os espaços sociais são bem delimitados, como também contesta essa delimitação. Esse movimento contestatório no campo literário causa desconforto e tensão entre os grupos dominantes e os grupos subalternizados, pois traz para as produções literárias novas vozes, as quais não são socialmente autorizadas a dizer. Ao trazer novas vozes, cria-se uma abertura para novas

abordagens e enquadramentos no pensar e no fazer literatura, tendo em vista a multiplicidade de estilos e temáticas vibrantes nelas.

Contudo, apesar desse processo de contestação na produção literária brasileira e, conseqüentemente, ampliação de espaços de publicação, o campo literário brasileiro ainda é extremamente hegemônico (Dalcastagnè, 2012). Tal afirmação é confirmada ao observar o perfil dos autores que constituem o cânone do país: pertencem à mesma classe social; geralmente, possuem mesma profissão; viveram da mesma região geográfica, às vezes da mesma cidade; possuem o mesmo sexo e cor.

Por isso, a entrada em cena de autores ou autoras que destoam desse perfil causa desconforto quase imediato. Pensem no senhor que conserta sua geladeira, no rapaz que corta seu cabelo, na sua empregada doméstica – pessoas que certamente têm muitas histórias para contar. Agora cole o retrato deles na orelha de um livro, coloquem seus nomes em uma bela capa, pensem neles como escritores. A imagem não combina, simplesmente porque não é esse o retrato que estamos acostumados a ver, não é esse o retrato que eles estão acostumados a ver, não é esse o retrato que muitos defensores da Língua e da Literatura (tudo com L maiúsculo, é claro) querem ver. Afinal, nos dizem eles, essas pessoas têm pouca educação formal, pouco domínio da língua portuguesa, pouca experiência de leitura, pouco tempo para se dedicar à escrita (Dalcastagnè, 2012, p. 7).

Ao utilizar do argumento da pouca educação formal, do pouco domínio das normas cultas da língua portuguesa, da pouca experiência de leitura e do pouco tempo de dedicação à escrita, há um grupo social específico que se beneficia. O uso da norma culta da língua portuguesa é um fator de exclusão social e literário, pois configura-se como um plano político e ideológico, quase sempre, muito bem disfarçado, para manutenção do poder daqueles que valorizam a si mesmos por “dominarem” e “utilizarem” as regras gramaticais da língua. À vista disso, Ribeiro (2017), embasada nos estudos de González (1984), evidencia que

(...) Os trabalhos e as obras de Gonzalez também têm como proposta a descolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica. Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora

Gonzalez refletiu sobre o modo pelo qual as pessoas que falavam “errado”, dentro do que entendemos por norma culta, eram tratadas com desdém e condescendência e nomeou como “pretuguês” a valorização da linguagem falada pelos povos negros africanos escravizados no Brasil (Ribeiro, 2017, p. 17).

Sob essa ótica, concebe-se a língua(gem), dependendo da forma de utilização, como um marcador de exclusão social, inclusive no campo literário. Por isso, é comum ler ou ouvir questionamentos sobre a veracidade da produção literária de Carolina Maria de Jesus sob o argumento que ela é semianalfabeta, “como se alguém capaz de escrever livros com a força e a beleza de *Quarto de despejo* ou *Diário de Bitita* fosse ser analfabeto só por escapar, vez ou outra, daquilo que é determinado pelo Vocabulário ortográfico, da Academia Brasileira de Letras” (Dalcastagnè, 2012, p. 8).

Nesta perspectiva, tem-se um tensionamento entre grupos sociais desde o surgimento das literaturas menores. Essa tensão constitui-se, sobretudo, pela necessidade de subverter os modelos pré-determinados na tradição literária brasileira na busca pela legitimidade de novas maneiras de escrever, ao compreender que o processo do fazer literário é múltiplo, ou seja, não há uma forma específica, mas, sim, meios que estão relacionados com os movimentos experienciados pelos sujeitos. Tais movimentos não estão vinculados a uma pessoa específica e singular, mas à pluralidade de pessoas que atravessa (Bakhtin, 2010).

Com isso, surge um *agenciamento coletivo de enunciação* (Deleuze e Guattari, 2020). Essas questões são peças centrais para compreender a estratégia utilizada por Carolina Maria de Jesus na busca pela autenticidade da sua literatura. Ao se referir a essas marcas presentes na produção literária caroliniana como estratégia, busca-se evidenciar que sua forma de escrever não é ingênua, como muitos acreditam, mas uma ação política que permite superar a interpretação da sua poética a partir da imagem de uma personagem exótica, por ser negra, pobre e catadora de materiais recicláveis, construída propositalmente para apagar sua autoridade enquanto autora.

Esse descrédito geral do interesse tradicional pelo autor como pessoa real (interesse suspeito de estar fatalmente preso à ilusão referencial) não foi mero grito polêmico ou uma passagem obrigatória para se obter um brevê de modernidade. Ele liberou a leitura das obras, prisioneiras de uma insensatez biográfica que, por demasiado tempo, havia condenado a inteligência (Bonnet, 1985, p. 259).

Sendo assim, evidenciar, em primeiro plano, a biografia destacando as dificuldades e escassez dos direitos fundamentais inerentes aos seres humanos da escritora de *Quarto de Despejo* é, sutilmente, esconder a sua potência literária, que é carregada dos processos advindos de sua relação com o mundo, com a escrita, com as pessoas e com a vida. Além disso, reforça a imagem de uma personagem exótica que escrevia exclusivamente sobre seu dia a dia de

precariedades materiais (falta de alimentação, moradia, vestuários) e sentimentais (falta de felicidade, de vontade de viver).

A escrita de Carolina é constituída pela pluralidade discursiva que advém de seus *devires* ao se relacionar com a vida, os vizinhos, os moradores da casa de alvenaria e os livros encontrados nas lixeiras. Ao destacar a diversidade de vozes presentes na sua obra, intenciona-se evidenciá-la como uma importante ferramenta política no processo de subversão do fazer literário, que é marcado pela legitimidade discursiva de determinados grupos sociais.

Fiquei nervosa ouvindo a mulher lamentar-se porque é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer. Pelo que observo, Deus é o rei dos sábios. Ele pois os homens e os animais no mundo. Mas os animais quem lhes alimenta é a Natureza porque se os animais fossem alimentados igual aos homens, havia de sofrer muito. Eu penso isto, porque quando eu não tenho nada para comer, invejo os animais (Jesus, 2021, p. 56).

Neste trecho, observa-se que a marcação discursiva do sujeito que vem ao mundo e passa fome está evidenciado pela locução pronominal que se refere a um grupo de pessoas, constituindo-se como um sinônimo de nós (3ª pessoa do plural): *a gente*, evidenciando uma narrativa que não se inicia e nem se encerra na escritora, mas em vários sujeitos uniformizados na mesma posição social. Afinal, consoante a Bourdieu (1979, p. 41), “falar é apropriar-se de um ou outro dentre os estilos expressivos já constituídos no e pelo uso, objetivamente marcados por sua posição numa hierarquia de estilos que exprime por meio de sua ordem a hierarquia dos grupos correspondentes”.

Carolina, ao trazer a multiplicidade de vozes que a atravessam, costura uma narrativa coletiva. Assim, a escritora abre espaço para a pluralidade presente em sua existência, construída mediante suas relações interpessoais, que criam conexões múltiplas e abrem espaço para *devires* constantes. Dessa maneira, sua literatura é marcada pela

(...) Imensa galeria de personagens – algumas melhor caracterizadas, outras apenas esboços – que abrange, especialmente, os moradores da favela, mas que se estende ainda pelas vias que levam à cidade, incorporando mendigos, vendedores ambulantes, donos de lojas do comércio, mulheres de classe média em suas casas bem montadas, atendentes de hospitais e delegacias (Dalcastagnè, 2012, p. 42).

Nesse mosaico de personagens, vislumbra-se o constante processo de ruptura das formas estabelecidas na criação literária a partir de uma ação política: trazer para a literatura as vozes subalternizadas na sociedade brasileira, as quais a constituem enquanto sujeito em

processo de vir a ser. A partir disso, a autora de *Quarto de Despejo* cria novas formas de fazer literatura e apresenta aos leitores uma estética subversiva, política e própria.

Em face do exposto, evidencia-se a literatura como um espaço de contestação dos grupos minoritários, neste trabalho com recorte nos racializados. Essa contestação acontece a partir da renovação dos padrões estéticos, que rompe, de determinada maneira, com os estilos preestabelecidos pelos sujeitos que detêm o poder. Essa ruptura acontece mediante narrativas descentralizadas do sujeito único e subversão da língua(gem), assunto que será abordado no próximo tópico.

2.3 VOZES DISSIDENTES NA LITERATURA: CONTESTAÇÃO E PLURALIDADE DE VOZES NO “DIÁRIO DE UMA FAVELADA”

As vozes das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos trabalhadores pobres e da comunidade LGBTQIQAAPF2K+ ganharam espaço na literatura brasileira nos últimos anos. Essas vozes, consideradas dissidentes, surgem de contextos de marginalização e opressão social e questionam, ao mesmo tempo que reivindicam, os discursos normativos tradicionais (Dalcastagné, 2012).

O gênero romance vai trazer contrastivamente pessoas de diferentes classes sociais dialogando, mas é fundamentalmente alinhada a entender que o romance trouxe as forças periféricas (Bakhtin, 2010b). O gênero romance trouxe para a arte o feio e o pobre e deu a eles a palavra. Na epopeia não se tinha isso, havia a percepção de que o mundo era perfeito, de que a Grécia era perfeita, era aquela a perspectiva. Os personagens, como Aquiles, eram o apogeu de representação. O lirismo e a epopeia tiram o efeito contrastivo, as diferenças sociais. O romance é a estética do contraste. Enquanto Bakhtin (2010b) traz o romance como fala, como voz. O romance está na genealogia da oralidade. O romance é o estatuto da voz, da palavra, do discurso. Se o romance tem várias personagens, então ele não pode ter uma só voz.

A partir dos pressupostos bakhtinianos, os pesquisadores supracitados evidenciam a pluralidade de vozes presente no romance, como também afirma que o referido gênero literário “trouxe as forças periféricas” (Araújo; Silva, 2021, p. 36) para a literatura. Esse movimento desempenha importante papel na ampliação da legitimidade discursiva dos subalternizados e também promove a visibilidade e o reconhecimento da pluralidade de vozes presente no país.

Nesta dissertação, por vozes dissidentes compreendem-se as narrativas desviantes das normas impostas pelos grupos sociais dominantes, as quais atravessam as esferas culturais,

políticas, sociais e/ou literárias. São, habitualmente, vinculadas aos grupos historicamente marginalizados. Ao ganharem espaço nos romances, essas vozes indagam o domínio dos discursos atribuído às elites econômicas e culturais do Brasil, tendo em vista que “muito além de estilos ou escolhas repertoriais, o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele” (Dalcastagnè, 2011, p. 6).

Ao questionar e reivindicar o domínio discursivo das elites, as minorias buscam legitimidade de suas narrativas, no campo literário ou não. No campo literário, destacam-se as narrativas presentes no romance, um espaço de expressões e vozes subalternizadas, uma vez que evidenciam três importantes características da subversão literária: a centralização do sujeito marginalizado, a partir de sua subjetivação; a reivindicação da língua(gem), subvertendo suas funções normativas e hierárquicas; a probabilidade de construção de mundos, em que as experiências das minorias ganham visibilidade (Bakhtin, 2010).

Nesse sentido, tem-se, no romance, uma pluralidade de vozes que se manifesta de maneira *polifônica* (Bakhtin, 2010). Há coexistência de múltiplas vozes e perspectivas em um texto literário romanescos, de acordo com os pressupostos bakhtinianos. No romance brasileiro produzido pelas minorias nas últimas décadas, a polifonia apresenta-se de diferentes formas. Tal questão é perceptível nos escritos carolinianos, marcados pelo atravessamento de diversas vozes.

Assim como Carolina vai à procura de resíduos para sobreviver, por meio de seu ofício de catadora, seu estilo de escrita também é residual. Como Fernandez salienta, trata-se de uma espécie de ‘reciclagem literária’, por intermédio da qual a escritora cata e agrupa ‘pedaços de discursos alheios’. Nesse processo de catação, ‘ela vai colando retalhos ou restos de ideias e de formas em seus experimentos de escrita’ (Fernandez, 2018 p. 38) (Gomes; Branco, 2023, p. 84).

Esse emaranhado de vozes é fundamental para a construção do romance na contemporaneidade (Bakhtin, 2010). Tais vozes ecoam nas linhas literárias como insubmissas, políticas e reivindicatórias. Assim, com base nas pesquisas de Dalcastagnè (2012), questionam o instituído canônico na literatura brasileira que, na maioria das vezes, contém produções de homens brancos e de classe alta, ao trazer para narrativa as vozes dos sujeitos marginalizados, que possibilita debates sobre a inferiorização e, conseqüentemente, o espaço de subalternização destinados a estes. Além disso, essa literatura é marcada pela pluralidade vibrante no país.

Dessa maneira, a presença das vozes dissidentes na literatura brasileira é fundamental não só para a renovação do romance enquanto gênero, mas para a ampliação da legitimidade discursiva delas no campo literário e social. A partir dessa pluralidade de vozes, há a

(des)construção das hierarquias no fazer literário, bem como há a promoção de debates e a afirmação da complexidade das experiências das minorias em uma sociedade marcada pelas injustiças sociais. Com isso, observa-se que elas expandem os horizontes da literatura, reafirmando-a como um espaço de resistência, pluralidade e transformação social.

2.4 A PLURALIDADE DE VOZES NO ROMANCE CAROLINIANO

O romance moderno é apresentado pelo estudioso Mikhail Bakhtin (2010) como um gênero detentor de *elasticidade estrutural* (Bakhtin, 2010), uma vez que abrange outros gêneros literários e extraliterários e a multiplicidade linguística e estilística, pois

O romance admite introduzir na sua composição diferentes gêneros, tanto literários (novelas intercaladas, peças líricas, poemas, sainetes dramáticos, etc.), como extraliterários (de costumes, retóricos, científicos, religiosos e outros). Em princípio, qualquer gênero pode ser introduzido na estrutura do romance [...] (Bakhtin, 2010, p. 124).

Essa *elasticidade estrutural* é umas das maneiras mais importantes e substanciais de inserção e organização da multiplicidade linguística e estilística nos textos romanescos, tendo em vista que os novos gêneros literários e extraliterários introduzidos carregam sua própria língua(gem) e estilo. Essa maneira de introdução de novos gêneros constitui uma característica singular do romance, pois

O caráter aberto do gênero, que permite trocas recíprocas, a sua aptidão para integrar, segundo dosagens diversas, os elementos mais díspares – documentos em bruto, fábulas, reflexões filosóficas, preceitos morais, canto poético, descrições –, a sua ausência de fronteiras, numa palavra, contribui para fazer o seu sucesso – cada um acaba por nele encontrar o que procura – e para lhe assegurar longa vida: a extrema maleabilidade permitiu-lhe sair triunfante de todas as crises (Bournef; Ouellet, 1976, p. 27).

Além disso, identifica-se o texto romanesco como inacabado, considerando o seu caráter de evolução e reflexão “[...] mais profundamente, mais substancialmente, mais sensivelmente e mais rapidamente a evolução da própria realidade [...]” (Bakhtin, 2010, p. 400). Com isso, tem-se como desdobramento uma contínua modificação do gênero, assim como a realidade que o constitui. A partir disso, apreende-se, consoante a Bakhtin (2010), duas questões fundamentais sobre o romance: a dificuldade de sua definição e, conseqüentemente,

estudo; a multiplicidade de obras denominadas romances, mas que pouco têm a ver umas com as outras.

Constituindo-se como gênero aberto, formado por outros gêneros e sempre capaz de absorver procedimentos que lhe enriquecessem a capacidade de imitação, manteve-se como um gênero flexível, pouco convencionalizado (sem etapas, normas e regras estabelecidas a serem cumpridas, nem exigências de pureza e homogeneidade quanto à métrica e à composição), e por isso muito mais adaptável às diferentes situações. Enquanto os “gêneros nobres”, aqueles com regras definidas, tinham seus assuntos e temas reservados (por exemplo, à epopeia, os grandes feitos nacionais; à lírica, o canto amoroso; à tragédia, a sorte funesta que o destino reservava a alguns), o romance ficou livre para atravessar a todos, além de incluir no seu repertório o tratamento de certas dimensões da vida consideradas até então impróprias para a representação (Roncari, 1995, p. 482).

Entretanto, apesar da dificuldade de definição desse gênero, pode-se vislumbrar algumas de suas características, como: os diversos planos narrativos, apresentação de enredo dinâmico e utilização de personagem mais próximos à humanidade. Todavia, tais características não costuram uma teoria do romance, mas contribuem para a “[...] tomada de consciência do romance [...]” (Bakhtin, 2010, p. 403).

Bakhtin, no seu processo de investigação das particularidades estruturais e fundamentais dos gêneros, estabelece uma comparação entre o romance e a epopeia, chegando à conclusão que o primeiro gênero literário não surgiu do segundo. Com isso, o estudioso russo aponta, como uma das principais condições para o surgimento do romance, a abertura da cultura europeia para os outros povos.

Com essa abertura na cultura europeia, há um rompimento no “[...] estado socialmente fechado, surdo e semipatriarcal, em direção às novas condições de relações internacionais e de ligações interlinguísticas [...]” (Bakhtin, 2010, p. 404). Nesse ponto de vista, tem-se outras importantes características do romance: o plurilinguismo, a orientação para o tempo presente e a apropriação de outros gêneros.

A partir desses três traços característicos do gênero romanesco, observa-se que o “[...] romance encabeçou o processo de desenvolvimento e renovação da literatura no plano linguístico e estilístico” (Bakhtin, 2010, p. 405). Essa renovação aconteceu tendo em vista que as obras de romances “[...] parodia[m] os outros gêneros (justamente como gêneros), revela[m] o convencionalismo das suas formas e da linguagem, elimina[m] alguns gêneros, e integra[m] outros à sua construção particular, reinterpretando-os e dando-lhes um outro tom” (Bakhtin, 2010, p. 399).

Com a inclusão e exclusão de diferentes gêneros literários e a abertura para classes sociais não presentes em obras anteriormente, o romance traz, em seu bojo, uma dimensão

linguística mais diversificada, incluindo novas formas de comunicação e fala, que surge a partir das misturas da burguesia e do proletariado. Dessa maneira, os romances apresentam uma multiplicidade de língua(gem) e de percepção de mundo através da classe social dos personagens da história.

A multiplicidade de língua(gem) e de visão de mundo presente na obra romanesca a partir dos personagens formam uma “[...] pluralidade de registros discursivos [...]” (Reis; Lopes, 2011, p. 360), os quais não se justapõem uns aos outros. Essa pluralidade discursiva é marcada pelas vozes próprias, carregadas de consciência e valores dos personagens. Nesse sentido, tem-se nos textos infinidades de vozes e perspectivas, causando assim a *polifonia* (Bakhtin, 2010).

[...] a polifonia romanesca assenta no princípio de que, num universo diegético [no universo da história], as várias personagens representadas entabulam entre si relações de tipo interativo que interdita tanto a hegemonia do narrador em relação a elas, como a concentração, numa personagem, de uma função de porta-voz ideológico, corporizando artificialmente a ideologia do autor e instituindo uma linha monológica [...] (Reis; Lopes, 2011, p. 333).

Ante o exposto, percebe-se que o romance é um gênero de multiplicidade de ações e coexistência de diversas narrativas e, portanto, pluralidade de vozes. Essa marca romanesca é perceptível na produção literária de Carolina Maria de Jesus, uma vez que

Através dessa literatura podemos observar quais são as estratégias de produção de sua escrita que podem vir a expressar um tipo de conteúdo-forma particular. Para nós, a narrativa caroliniana se vale de uma reciclagem de linguagens e de idéias, que consome vorazmente em sua ânsia de escrever. Vislumbramos uma narrativa indefinida em seu procedimento: aquela que não possui uma linearidade ou um projeto bem definido, mas se constitui como uma máquina de escrita de captação do instante (por ser tratar em primeiro plano de um diário) que absorve diversas vozes para sobreviver literariamente, de modo que sua importância está mais no labor literário do que em sua finalidade. Por isso, constitui-se como um livro que, em sua superfície de produção, produz a si mesmo de acordo com o ideal de literatura e com a fala de outros que a autora manipula (Fernandez, 2006, p. 202-203).

O desejo está presente em toda produção literária de Carolina, configurando-se como uma máquina construtora de mundos possíveis através das palavras. O desejo é, na escrita caroliniana, impulsionador da criação de novas formas de enunciação que dão substâncias ao discurso coletivo e (re)constrói as estruturas fixas e normativas da produção literária brasileira. Afinal, como afirmado no trecho acima, “a narrativa caroliniana se vale de uma reciclagem de

linguagens e de idéias, que consome vorazmente em sua ânsia de escrever” (Fernandez, 2006, p. 202).

Com isso, tem-se, em *Quarto de Despejo*, uma abordagem que (re)configura a ideia tradicional de enunciação centralizada em um sujeito individual, destacando a natureza coletiva, dinâmica e relacional dos processos discursivos, intitulado pelos franceses Deleuze e Guattari (1995b) como *agenciamento coletivo de enunciação*. A partir disso, observa-se que a enunciação na escrita de Carolina de Jesus não pertence a ela isoladamente, mas emerge de suas relações e interações dentro de um coletivo.

[...] Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembleia. A sucursal do Purgatorio, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palacio do Governo. Foi lá que eu vi ranger os dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lagrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em relação ao povo (Jesus, 1960, p. 142).

No fragmento acima, constata-se que a enunciação do *poeta do lixo* (Fernandez, 2006) é atravessada por múltiplas vozes, as quais constituem Carolina a partir do seu contato com outras pessoas e discursos. Assim, apreende-se que a enunciação presente em *Quarto de Despejo* é o resultado de múltiplas forças interagindo, como contextos históricos, sociais e culturais.

À vista disso, compreende-se que o discurso presente na escrita caroliniana emerge de forças coletivas, múltiplas e heterogêneas, colocando em questão a centralidade da autora e revelando a natureza rizomática de sua criação literária. Ou seja, o texto literário da autora mineira não segue uma hierarquia rígida, mas articula seus pensamentos de maneira fragmentada e interligada.

A literatura de Carolina de Jesus não é marcada por uma “voz central” ou uma única narrativa que controle o sentido da obra, mesmo quando apresenta marcas gramaticais que instituem determinada singularidade. O escritor cria diálogos com uma pluralidade de vozes e experiências que atravessam a escritora a partir de sua vivência coletiva dentro e fora da favela do Canindé, em São Paulo. O processo literário caroliniano é movido pelo desejo, que atravessa a autora e a obra, conectando-a a outros discursos e forças sociais.

À vista disso, vislumbra-se o romance como um gênero em constante modificação, que engloba diferentes gêneros dentro dele. A partir disso, tem-se uma obra com múltiplas vozes advindas desses diversos gêneros discursivos, que proporcionam múltiplos estilos linguísticos, ocasionando, assim, um plurilinguismo na poética. Tal questão é presente na produção literária

caroliniana mediante sua relação com o coletivo ao seu redor, por isso sua enunciação é constituída pelas vozes das mulheres negras, mães solos, favelados e moradores das casas de alvenarias.

2.5 O PLURILINGUISMO E O AGENCIAMENTO SOCIAL POLÍTICO NA POÉTICA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Para Bakhtin (2010), ao se debruçar nas obras romanescas, o pesquisador se depara com unidades estilísticas heterogêneas que estão, às vezes, em planos linguísticos diferentes e submetidos a leis estilísticas distintas. Em sua obra *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*, especificamente no capítulo *O discurso do romance*, o pensador russo, após avaliar a presença de várias unidades estilísticas nas obras romanescas, caracteriza melhor o que intitulou de plurilinguismo:

1. A narrativa direta e literária do autor (em todas as suas variedades uniformes);
 2. A estilização de diversas formas da narrativa tradicional oral;
 3. Estilizações de diversas formas da narrativa (escrita) semiliterária tradicional (cartas, diários, etc.);
 4. Diversas formas literárias, mas que estão fora do discurso literário do autor: escritos morais, filosóficos, científicos, declamação retórica, descrições etnográficas, informações protocolares, etc.;
 5. Os discursos dos personagens estilisticamente individualizados
- [...]

A originalidade estilística do gênero romanesco está justamente na combinação destas unidades subordinadas, mas relativamente independentes (por vezes até mesmo plurilíngues) na unidade superior do “todo”: o estilo do romance é uma combinação de estilos; sua linguagem é um sistema de “línguas” (Bakhtin, 2010, p. 74).

Nesse sentido, apreende-se o romance como o resultado final de um emaranhado de vozes, estilos e linguagens, submetidos a um centro ordenador e unificador, que constrói um “[...] sistema literário harmônico [...]” (Bakhtin, 2010, p. 74). Assim, “o romance, tomado como um conjunto, caracteriza-se como um fenômeno, pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal” (Bakhtin, 2010, p. 73).

Nessa perspectiva, pode-se vislumbrar o romance como uma colcha de retalho, pois, no processo de escrita, o autor costura as diversas formas textuais presentes em seu repertório linguístico. Esse processo de costura textual ocorre de maneira ambígua, ora consciente e ora inconsciente. Assim, as páginas dos textos romanescos são povoadas pela variedade de estilos e formas presentes nas múltiplas linguagens humana – visual, cinematográfica, pictórica, musical, corporal, verbal (Melo, 2010).

Essa presença de variedade de estilos e formas transforma o romance em “uma combinação social de línguas e vozes organizadas artisticamente” (Melo, 2010, p. 986). Essas línguas e vozes constroem um texto de plurilinguismo social que possibilita ao “romance orquestrar todos os seus temas, todo seu mundo objetual, semântico, figurativo e expressivo” (Bakhtin, 2010, p. 74). Esse plurilinguismo é constituído pelas múltiplas vozes sociais que dialogam entre si, desdobrando-se no que Deleuze e Guattari (2002) conceituam de *agenciamento coletivo de enunciação*.

Esse atravessamento de estilos linguísticos e de vozes na produção romanesca é vibrante em *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, através de uma estética plurilingue construída mediante a mescla de, principalmente, dois diferentes níveis de fala do português brasileiro: nível culto e o nível coloquial, como em

Chegou a minha vez, pois a minha lata para encher. A Florenciana prosseguiu elogiando o Janio. A água começou diminuir na torneira. Começaram a falar da Rosa. Que ela carregava água desde as 4 horas da madrugada, que ela lavava toda roupa em casa. Que ela precisa pagar 20 cruzeiros por mês. Minha lata encheu, eu vim embora.

...Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluto. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência (Jesus, 2020, p. 15).

Observa-se, no primeiro parágrafo, desvios gramaticais da norma do português brasileiro, sobretudo a falta de acentuação gráfica nas palavras *Jânio*, *água*, bem como a falta de preposição na sentença “a *água* começou *a* diminuir na torneira”. Todavia, no segundo parágrafo, nota-se o amplo repertório linguístico da escrita (ao usar, por exemplo, a expressão vida resoluto), como também a aproximação de sua escrita das regras gramaticais com o uso da pontuação e ordem direta das orações (sujeito - verbo - complemento). Assim, a escritora produz um movimento de (des)construção da língua, entrando, assim, em um estado de modificação constante e de diferentes formas de vivenciar os acontecimentos cotidianos.

No poética caroliniana, esse estilo de escrita é interpelada pelo plurilinguismo e demonstra que a voz presente na narrativa é constituída por diversos discursos equivalentes uns

aos outros (o discurso das mulheres, dos/as favelados/as, dos/as trabalhadores, das donas de casa, dos/as jornalistas, dos/as catadores de materiais recicláveis e dos/as negros/as), uma vez que, consoante a Deleuze e Guattari (2022, p. 151), “a enunciação literária a mais individual é um caso particular de enunciação coletiva”.

6 de janeiro Deixei o leito a 4 horas, liguei o radio e fui carregar água. Que suplicio entrar na água de manha. Eu sou frienta! Mas a vida é assim mesmo. Os homens estão saindo para o trabalho. Levam as meias e os sapatos nas mãos. As mães prendem as crianças em casa. Elas ficam ansiosas para ir brincar na água. As pessoas de espírito jocoso dizem que a favela é a cidade náutica. Os outros dizem que é a Veneza Paulista (Jesus, 2020, p. 140).

No trecho em destaque, Carolina utiliza diferentes formas gramaticais, que circulam ao seu redor e constituem o seu enunciado linguístico, dentro de sua própria língua: língua culta do português brasileiro (*As pessoas de espírito jocoso dizem que a favela é a cidade náutica*) e a língua coloquial do português brasileiro (*Eu sou frienta!*). A escritora usa da diversidade linguística presente na sociedade brasileira em sua produção literária.

14 de setembro: ...Hoje é o dia da páscoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus todos são ricos. Já nós os pobres não tivemos um profeta para orar por nós (Jesus, 2020, p. 113).

Nesse fragmento, pode-se observar a diversidade linguística presente no romance produzido pela escritora da favela do Canindé. Nesse fragmento, assim como em toda a obra, é possível identificar um estilo de escrita que desvia da produção literária dos anos 1950/60. Carolina coloca em sua poética diversos estilos de escrita: “o testemunho (intervenção de Audálio), a autobiografia (diário), a oralidade (linguagem falada na favela), a imitação da forma romanesca, o preciosismo da escrita clássica, os provérbios, os ditados populares e até passagens bíblicas” (Fernandez, 2006, p. 203), de maneira a constituir um rizoma entre os gêneros textuais.

Essa singularidade presente na literatura caroliniana vincula-se à premissa bakhtiniana de que cada romance pertence, simultaneamente, a “uma língua única” e ao “plurilinguismo social e histórico” (Bakhtin, 2010, p. 82). Diante dessa pluralidade linguística e discursiva, os escritos da literata fazem, de forma contínua e fluida, o movimento de desconstrução do

território de uma língua hegemônica estabelecida socialmente e a reconstrução de território a partir de uma língua e discurso próprio.

Ao realizar essa desconstrução territorial das normas linguísticas do português brasileiro, a poetisa utiliza do atravessamento ancestral, especificamente das marcas de africanidade na língua oficial do país. Dessa maneira, ela recorre à desterritorialização da sintaxe, morfologia e fonética, mas, também, à territorialização desses campos linguísticos nas línguas dos ancestrais africanos. Tais questões serão discutidas na seção seguinte.

Diante o exposto, vislumbra-se o caráter coletivo do romance, especialmente de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. Esse caráter, no romance caroliniano, é marcado pela pluralidade de vozes de determinados grupos sociais existentes na obra da literata do Canindé - SP, que, ao analisá-la, pode-se conceituar de *plurilinguismo* (Bakhtin, 2010) e *agenciamento coletivo de enunciação* (Deleuze; Guattari, 2020).

3 DIÁRIO DE UMA FAVELADA: LÍNGUA MAIOR, LÍNGUA MENOR E PLURALIDADE DISCURSIVA

Às vezes eu temo escrever.
 A escrita adentra o medo
 Para que eu não possa escapar de tantas
 Construções coloniais
 Nesse mundo
 Eu sou vista como um corpo que
 Não pode produzir conhecimento
 Como um corpo fora do lugar
 Eu que, enquanto escrevo.
 Cada palavra escolhida por mim
 Será examinada,
 E, Provavelmente, deslegitimada.
 Então, por que eu escrevo?
 Eu tenho que fazê-lo
 Eu estou incrustada numa história
 De silêncios impostos,
 De vozes torturadas,
 De línguas interrompidas por
 Idiomas forçados e
 Interrompidas falas
 E eu estou rodeada por
 Espaços brancos
 Onde dificilmente eu posso adentrar e permanecer.
 Então, por que eu escrevo?
 Escrevo, quase como na obrigação,
 Para encontrar a mim mesma
 Enquanto eu escrevo
 Eu não sou o Outro
 Mas a própria voz
 Não o objeto,
 Mas o sujeito.
 Torno-me aquela que descreve
 E não a que é descrita
 Eu me torno autora,
 E a autoridade
 Em minha própria história
 Eu me torno a oposição absoluta
 Ao que o projeto colonial predeterminou
 Eu retorno a mim mesma
 Eu me torno.
 (Grada Kilomba – Enquanto eu escrevo)

A escrita é um ato político, afirma Deleuze e Guattari (2022). Dessa maneira, escrever é romper com paradigmas sociais, reivindicar espaços e legitimar as vozes minorizadas e subalternizadas, uma vez que os dissidentes são vislumbrados como “corpos que não podem produzir conhecimento” (Kilomba, 2015)². Por isso, consoante aponta Dalcastagnè (2011), as

² GRADA KILOMBA. While I Write. YouTube, 2015. 2min33seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w>. Acesso em: 20 jan. 2025.

vozes das mulheres, dos negros, dos indígenas e da comunidade LGBTQQICAAPF2K+ têm ocupado espaço na literatura produzida e publicada nas últimas décadas.

Esses romances, os quais possibilitam a visibilidade dos discursos silenciados pela classe dominante, constitui um movimento que questiona o monopólio dos discursos conferido à elite econômica e cultural brasileira, visto que, conforme explanado no capítulo anterior, o que está em pauta é a possibilidade de falar com autonomia sobre si e sobre o mundo e, com isso, fazer-se presente em uma sociedade que insiste em invisibilizar a diferença (Dalcastagnè, 2011).

Nessa perspectiva, apreende-se a escrita como uma maneira de reivindicar a possibilidade de falar com legitimidade, isto é, o reconhecimento social dos discursos produzidos pelos corpos dissidentes e, conseqüentemente, a obrigatoriedade de ouvi-los e respeitá-los. Esse pleito é presente em todas as relações dos sujeitos, pois busca-se desterritorializar a autoridade dada aos discursos de pessoas com marcadores sociais específicos: homem, cis-hétero, branco, classe média alta. Afinal, consoante Kilomba (2015), o silenciamento das minorias é um mecanismo colonial, o qual é instituído mediante a permissão de determinadas pessoas falarem somente nos moldes do grupo dominante.

Essa obrigatoriedade de produção por modelo definido pelo dominante também está no campo literário, que é consolidado a partir do estabelecimento de uma única forma de expressão, conforme explanado no capítulo anterior. Todavia, há sujeitos que rompem com essa predefinição, afetando fortemente a estrutura dos modelos impostos, como fez Carolina Maria de Jesus. A literata, compreendendo a escrita como um caminho para contestação do lugar social dos subalternizados (questão evidenciada no seu relato do dia 10 de junho: “— Eu escrevo porque preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês” (Jesus, 2020, p. 159), subverte o molde canônico do fazer literário, principalmente no que diz respeito à língua. Ela mescla a língua instituída socialmente como coloquial e culta, como em “...Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluta” (Jesus, 2020, p. 25).

Para subverter a forma e construir uma nova, a poetisa recorre à ancestralidade, especificamente à ancestralidade negra. Ao recorrer à ancestralidade negra, sua poética é atravessada por heranças linguísticas na forma do léxico, sintático e fonético-fonológico. Consoante aponta Gabriel Nascimento (2023, p. 9338),

A língua de Carolina é o pretuguês, uma tecnologia linguística desenvolvida pela presença africana no Brasil por séculos. O pretuguês passa a ser discutido

no país graças ao trabalho de Lélia González que, ao ver a forma como esse português era combatido, Conceição, entende-o como um falar afro-brasileiro. Pesquisas têm demonstrado que, após séculos de imersão no Brasil, os africanos, em especial os povos Bantu, nos fizeram herdar formas de léxico (samba, dengo, bunda, cachimbo, maconha, quiabo etc.), sintáticas (eu não vou não, com dupla negação marcada), fonético-fonológicas (a.di.vo.gado ao invés de advogado, com d mudo), entre diversos outros aspectos. Todos esses fatos linguísticos nos levam a diversos fatores estudados por historiadores da linguagem desde sempre, como é o caso da formação de línguas de resistência no país, entre crioulos e uso de línguas africanas em grupos específicos, como no culto ancestral aos orixás.

Como elucidado pelo linguista brasileiro supracitado, tais características presentes na língua portuguesa falada por diversos sujeitos no Brasil são herdadas dos africanos e são conceituadas pela antropóloga Lélia Gonzalez de *pretuguês*. Essas marcas, ecoam na fala de muitos brasileiros, a qual está presente no diário de Carolina, que é constituído pela interação de muitas vozes e perspectivas, pois é interpelado pela multiplicidade de sujeitos que a atravessam. Esse atravessamento ocorre mediante às trocas advindas das suas relações com aqueles ao seu redor: vizinhos da favela (“...O Senhor Ireno disse-me que esta noite houve roubo na favela” (Jesus, 2020, p. 25)), vizinhos das casas de alvenarias (“...Os visinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos politicos” (Jesus, 2020, p. 48)), atendentes em repartições públicas (“Fui conversar com um servidor municipal. Ele queixou-se que pagou 5 cruzeiros de ônibus” (Jesus, 2020, p.120)).

A natureza de várias conexões da narrativa caroliniana torna-a sem um ponto fixo de origem ou um destino final, dessa maneira é uma escrita de rede contínua entre a poetisa, a vida e os acontecimentos ao seu redor. A partir disso, tem-se a descentralidade do discurso, o *eu* discursivo é carregado de *nós*, que, no romance brasileiro contemporâneo, reivindica seu lugar social e sua legitimidade discursiva. Nesse processo, Carolina, interpelada pela pluralidade de vozes dissidentes do seu dia a dia, traz à tona a miserabilidade destinada aos marginalizados.

19 DE MAIO Deixei o leito as 5 horas. Os pardais já estão iniciando a sua sinfonia matinal. As aves deve ser mais feliz que nós. Talvez entre elas reina amizade e igualdade. (...) O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer

...O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora, o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome (Jesus, 2020, p. 38-39).

Nesse fragmento, a escritora discorre sobre a precariedade dos elementos básicos para dignidade humana, os quais estão no campo do material (“(...) O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem porque deitam-se sem comer”; “E os favelados são os gatos. Tem fome” (Jesus, 2020, p. 38) e psicológico (As aves deve ser mais feliz que nós (Jesus, 2020, p. 39)). Ela escreve estabelecendo múltiplas conexões com os movimentos ao seu redor.

Por esse motivo, o *Diário de uma favelada* é uma *enunciação coletiva*. A enunciação do escrito não pode ser atribuída a uma pessoa específica, uma vez que, consoante apontado acima, deriva de um conjunto de relações existentes entre indivíduos e os acontecimentos da existência humana. À vista disso, vislumbra-se que a enunciação na obra é um processo que ultrapassa a esfera limitada e particularizada do *eu*, mesmo nos trechos quando há marcas linguísticas nesse sentido, já que é fortemente afetada pelas ações sociais, culturais e históricas experienciadas pela autora.

Nessa lógica, o enunciado caroliniano não pode ser concebido como uma manifestação individual, e, sim, como o resultado dos movimentos de um processo coletivo, em que diversos elementos se articulam para realizá-lo. Ele não é simplesmente um espelho do cotidiano, como comumente é interpretado; pelo contrário, é uma força que produz muitas formas de sentir e agir no mundo. Assim, a narrativa não (re)apresenta a realidade, conforme evidencia os estudos de Auerbach (2021), mas constrói realidades possíveis.

A produção do discurso na literatura da favelada do Canindé é realizada mediante a *reciclagem de discurso* (Fernandez, 2006). Assim sendo, há pluralidade de vozes em sua narrativa, as quais equivalem umas às outras, tendo em vista que, na *poética de resíduos* (Fernandez, 2006), todo enunciado remete a outro. O *eu* dos enunciados desdobra-se em diversos outros *eus*, promovendo discussões, reflexões e denúncias de problemáticas coletivas, não individuais.

...Eu estava escrevendo quando o filho do cigano veio dizer-me que o seu pai estava chamando-me. Fui ver o que ele queria. Começou queixar-me. Começou queixar-se que encontra dificuldades para viver aqui em São Paulo. Sai para procurar emprego e não encontra.

Disse que vai voltar para o Rio, porque lá é melhor para viver. Eu disse-lhe que aqui ganha-se mais dinheiro.

_ No Rio ganha mais -afirmou- Lá eu benzia crianças, vendia carne e ganhava muito dinheiro.

Percebi que o cigano quando conversa com uma pessoa, fala horas e horas. Até a pessoa oferecer dinheiro. Não é vantagem ter amizade com cigano.

.... Quando eu ia sair, ele disse-me para eu ficar. Saí e fui no empório. Comprei arroz, café e sabão. Depois fui no Açougue Bom Jardim comprar carne. Cheguei no açougue, a caixa olhou-me com um olhar descontente.

_ Tem banha?

_ Não tem.

_ Tem carne?

_ Não tem.

Entrou um japonês e perguntou:

_ Tem banha?

Ela esperou eu sair para dizer-lhe:

_ Tem.

Voltei para a favela furiosa. Então o dinheiro do favelado não tem valor? Pensei:

Hoje eu vou escrever e vou chingar a caixa do Açougue Bom Jardim. Ordinária! (Jesus, 2020, p. 140).

Observa-se, na narrativa, a denúncia da forma de tratamento com os subalternizados em determinado espaço social, especialmente no trecho no empório. Atenta-se que, apesar da enunciação estar na primeira pessoa do singular: eu, ela é coletiva, o que fica translúcido no último parágrafo, “então o dinheiro do favelado não tem valor?” (Jesus, 2020, p. 140). Não é apenas uma pessoa que enfrenta o preconceito racial e social, mas um conjunto de sujeitos que residem em um mesmo espaço geográfico, o *quarto de despejo*.

Carolina escreveu de maneira política, encontrou na produção literária um caminho para a legitimidade discursiva, por essa razão tece “hoje eu vou escrever e vou chingar a caixa do Açougue Bom Jardim” (Jesus, 2020, p. 140). Neste processo, a escritora buscou pela autenticidade através de uma escrita desterritorializada, de acordo discorrido no capítulo anterior. Dessa maneira, compreende-se que a escrita na narrativa caroliniana não é ingênua, conforme muitos acreditam e propagam, todavia é um ato político e ideológico. Ela afeta o coeficiente linguístico, rompendo com a forma estabelecida como única no fazer literário.

A língua, em todos os campos da vida humana, é essencialmente política (Deleuze; Guattari, 1995b). Ela é usada como mecanismo de dominação, exclusão e manutenção de privilégios no corpo social. Por isso, instituir uma língua homogênea no processo de criação literária é invisibilizar as diferentes maneiras de expressão de grupos minoritários, bem como contribuir para o fortalecimento do poder discursivo a pessoas específicas. Logo, a imposição de regras sintáticas homogêneas na literatura é considerada, pelos intelectuais Deleuze e Guattari (1995b), como marcadores de poder.

Sob esse viés, percebe-se que a unificação da gramaticalização na língua, que atua na perspectiva dicotômica de certo e errado, estabelece na sociedade brasileira critérios rígidos

para a integração (ou não) de dados sujeitos, por esse motivo é comum ler ou ouvir questionamento acerca da autoria de *Quarto de Despejo*. A argumentação para a contestação é a pouca escolaridade da escritora, a escrita desviante da norma culta, como se apenas aqueles que dominam completamente as regras da língua tivessem a capacidade de produzir uma literatura com a força e beleza vibrante no *Diário de uma favelada*.

Ademais, essa unificação no fazer literário tem o intuito de neutralizar a diferença, como também as manifestações advindas dela. Todavia, há sujeitos que rompem com essa predefinição, afetando fortemente a estrutura dos modelos impostos, como fez Carolina Maria de Jesus. Para tanto, ela utilizou seu atravessamento ancestral, uma força presente nela e materializada em sua subversão da língua, criando assim um *hibridismo linguístico* (Bagno, 2025).

Por isso, um dos principais motivos de estranhamento da literatura caroliniana é a linguagem. É um universo lingüístico aparentemente tão distanciado da linguagem culta que choca o leitor ingênuo. Uma literatura híbrida, como a de Carolina, possui um caráter multicultural marcado pela mistura de estilos de várias épocas, por fronteiras lingüísticas que favorecem movimentos interculturais e desterritorializados, mas também incertezas geradas pelas relações biculturais: o universo culto e o universo iletrado do favelado. Desse modo, Quarto de despejo é um livro que marca uma fenda entre dois mundos: o da totalidade e o dos restos, o mundo burguês que idealizava, e a sobrevivência no universo infeliz da favela, o uso do português formal e do português falado na favela (Fernandez, 2006, p. 206).

Vale destacar que, consoante os estudos de Bagno e Carvalho (2015), o português brasileiro é heterogêneo, com isso apresenta diversidade em sua forma sintática, semântica e fonológica. Essa diversidade está vinculada aos diferentes grupos sociais, e carrega suas marcas de singularidade na pronúncia e escrita das palavras. Para manutenção do poder, a língua é padronizada de acordo com a visão política dos grupos dominantes, como evidenciado acima. Essa padronização está nos diferentes campos sociais, ditando a forma correta de manifestação. Contudo, essa homogeneização da forma é rompida pelos grupos minoritários, os quais buscam, a partir de suas múltiplas conexões, desterritorializar a maneira de fazer, constituindo, portanto, um outro caminho para a expressão.

Ante o exposto, tem-se como objetivo deste capítulo discorrer sobre a minoração da língua na literatura caroliniana, com foco nas marcas das línguas africanas nesse processo. Com a finalidade de alcançar o objetivo traçado, ele é dividido em oito partes, a contar com essas palavras iniciais. Na segunda parte, apresenta-se a linguagem e sua dimensão política, questão que interpela a produção literária. Na terceira parte, disserta-se sobre três marcas das línguas

africanas, as quais estão presentes na poética caroliniana: inversão locativa, passivização e focalização. Na quarta parte, cartografa-se as três marcas supracitadas no *Diário de uma favelada*. Na quinta parte, intenciona-se mostrar a pluralidade de vozes que interpelam o pretuguês e, portanto, os escritos de Carolina de Jesus. Na sexta parte, discorre-se sobre o pretuguês como estilo literário na literatura caroliniana. Na sétima parte, disserta-se sobre a interferência do jornalista Audálio Dantas no *Diário de uma favelada*.

3.1 LÍNGUA MAIOR E LÍNGUAS MENORES NO BRASIL E A ESCRITA CAROLINIANA

O multilinguismo é uma realidade brasileira, consoante pressupõe hipótese dos estudos da sociolinguística variacionista (Tarallo, 1985). Nesta pesquisa, destaca-se duas dimensões dessa diversidade linguística: a maior, detentora do prestígio social e ocupante do *superstrato*; e a menor, posta à margem social e ocupante do *substrato*. A primeira é normatizada através da prescrição das gramáticas normativas e é falada pelos sujeitos ocupantes de determinados status sociais. A segunda é a utilização extensiva da primeira realizada pelas minorias e é falada, de múltiplas maneiras, pelos subalternizados socialmente.

A língua de *superstrato*, intitulada como normativa, é oficialmente estabelecida no território nacional como padrão nas relações sociais e institucionais, tornando-se obrigatório seu conhecimento pleno para o exercício da cidadania. Ela é instituída para todos através de discursos valorativos e moralizantes sobre o que é concebido socialmente como boa comunicação entres os pares. Assim, é vinculada diretamente às práticas sociais, como as administrativas, econômicas, culturais e universitárias.

Assim, tem-se como línguas maiores aquelas que “são línguas de forte estrutura homogênea (standardização) e centradas em invariantes, constantes ou universais de natureza fonológica, sintática ou semântica” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 37). Nesse sentido, ratifica o território de *superstrato* ocupado pela língua portuguesa instituída pelas gramáticas normativas, em razão do seu *status* de oficial em toda comunicação no Brasil.

Todavia, há sujeitos que promovem a subversão das normas prescritas como corretas nos discursos diretos e indiretos da língua portuguesa mediante a construção de uma nova sintaxe e semântica. A título de exemplo, Carolina de Jesus ao escrever de maneira híbrida: o português brasileiro com marcas das línguas africanas (Nascimento, 2023). Para tanto, utiliza-

se, segundo Deleuze e Guattari (1995b), do uso amplo das palavras em um movimento *continuum* de desterritorialização e reterritorialização.

Nesse viés, surgem as línguas intituladas como menores, como o pretuguês, advindo da resistência e influência dos negros, sobretudo no período colonial, conforme pontua a intelectual Lélia Gonzalez,

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (2020, p. 16).

A vista disso, compreende-se que o pretuguês surge da ancestralidade, do mecanismo sintático, morfológico e fonético utilizado por ela para manter sua coletividade africana. A partir desse movimento político de afetação e modificação da língua imposta aos negros no período colonial, surge o acréscimo de sons vocálicos em palavras em que não há, a tendência de marcar o plural no artigo e de negar duas vezes, como também a omissão de consoantes nos finais das palavras (Gonzalez, 2020).

Dessa forma, em contrapartida da língua maior, “uma língua menor só comporta um mínimo de constante e de homogeneidade estruturais. Não é, contudo, uma salada, uma misturada de dialetos, visto que ela encontra suas regras na construção de um continuum” (Deleuze, 2010, p. 38). De acordo com Viana (2023), elas são construídas pelas conexões entre diferentes línguas vibrantes nos grupos minoritários, constituindo, assim, um hibridismo na fala e escrita dos sujeitos.

Ao conduzir a língua pátria para o *devir-minoritário*, há a produção de um estrangeirismo na própria língua. O uso desse estrangeirismo linguístico produz variação contínua na estabilidade da língua oficial. “A questão não é ‘bilíngüe’, ‘multilíngüe’, a questão é que toda língua é tão bilíngüe em si mesma, multilíngüe em si mesma, que se pode gaguejar em sua própria língua, ser estrangeiro em sua própria língua” (Deleuze; Parnet, 1998, p. 94). Esse bilinguismo na própria língua é a marca da literatura de Carolina Maria de Jesus, que, em movimento contínuo, realizou a *desterritorialização* e a *reterritorialização* da língua pátria (Fernandez, 2006).

Quando eu fui catar papel encontrei um preto. Estava rasgado e sujo que dava pena. Nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis. O seu olhar era um olhar angustiado como se olhasse o mundo com desprezo. Indigno para um ser humano. Estava comendo uns doces que a fábrica havia jogado na lama. Ele limpava o barro e comia os doces. Não estava embriagado, mas vacilava no andar. Cambaleava. Estava tonto de fome! (Jesus, 2020, p. 56).

Observa-se, neste fragmento, o processo de desterritorialização da língua através da mescla entre língua culta e coloquial. O que é instituído como coloquial é, na verdade, marcas da herança linguística dos seus ancestrais, como o modo de estruturação das orações: complemento - verbo - sujeito ou verbo - complemento - sujeito, questão explorada na seção seguinte. A exemplo da alteração – “nos seus trajes rotos ele podia representar-se como diretor do sindicato dos miseráveis” –, percebe-se a antecipação do adjunto adverbial que integra o complemento.

Carolina de Jesus, em sua *poética de resíduos* (Fernandez, 2006), escreve na língua portuguesa instituída como veicular, mas destoa das normas preestabelecidas, cria enunciados que, de maneira dialógica e polifônica, constrói novas formas de pensar, de sentir e de agir no mundo. O dialogismo e a polifonia na escrita caroliniana é marcada por seu atravessamento étnico-racial, inscrevendo-a no *pretuguês*, que “nada mais é do que a africana no português brasileiro” (González, 1988, 238).

Essa inscrição da literata mineira no *pretuguês* acontece mediante três características em seu *Diário de uma Favelada*. O primeiro é a pronúncia rica em vogais, isto é, o uso intensivo de sons vogais nas palavras escritas, como em “adimito” (Jesus, 2020, p. 90). A terceira é a omissão das consoantes finais das palavras, como em “compá” (Jesus, 2020, p. 29). A quarta é a dupla negação, como em “não tenho nada com estas desorganizações” (Jesus, 2020, p. 69).

Dessa maneira, as línguas menores, apesar de estarem à margem social, estão presentes nas diferentes formas de expressões dos sujeitos subalternizados. Essas expressões incluem a literatura, um território contestável, consoante assevera os estudos de Regina Dalcastagnè (2012). O processo de contestação implica o questionamento e a reivindicação das formas de fazer literatura, com o intuito de desconsiderar os modelos de valoração estética vigentes no campo literário que toma como parâmetro as obras canônicas.

Essas novas formas de fazer literatura são perceptíveis no surgimento do romance, de acordo discorrido no capítulo anterior. A língua menor caracteriza a estética romanesca, dando autenticidade ao escritor. Todavia, a desterritorialização da língua na escrita romanesca está vinculada, ainda, à possibilidade de ouvir as vozes que ecoam no discurso político da obra, as

quais determinados grupos tentam apagar da história do país. Sendo assim, a língua menor é interpelada pelo plurilinguismo discursivo, conforme veremos a seguir.

3.2 A DIMENSÃO POLÍTICA DA LÍNGUA(GEM): A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA MAIOR, LÍNGUAS MENORES E CAROLINA MARIA DE JESUS

A linguagem é caso de política antes de ser caso de linguística
(Deleuze; Guattari, 2011, p. 97).

Deleuze e Guattari (2011) concebem a língua(gem) como essencialmente política, não comunicativa e informativa consoante postulado pela linguística tradicional advinda dos pressupostos teóricos saussurianos. Nessa perspectiva, os referidos pesquisadores afirmam que a língua(gem) é um determinador de poder que possui a função de ordenar, ao exercer a função de emitir comandos, a comunicação entre os sujeitos, que acontece mediante palavras de ordem.

Nesse sentido, observa-se que “a unidade elementar da linguagem - o enunciado - é a palavra de ordem” (Deleuze e Guattari, 2011), isto é, a palavra de ordem é todo enunciado proferido pelas pessoas. Ainda sobre esse assunto, os teóricos franceses afirmam que

[Nesse sentido], chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos (por exemplo, no imperativo), mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma “obrigação social”. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente. Uma pergunta, uma promessa, são palavras de ordem. A linguagem só pode ser definida pelo conjunto das palavras de ordem, pressupostos implícitos ou atos de fala que percorrem uma língua em um dado momento (Deleuze & Guattari, 2011, p. 17).

A partir dessa concepção, entende-se que, ao emitir comandos através dos enunciados linguísticos de ordem dos agenciamentos coletivos, acontecem mudanças incorpóreas, que “decidem sobre a vida das pessoas, especialmente nos modos de pensar, de agir e de sentir” (Viana, 2022, p. 460), como exemplificou Carolina de Jesus em seu escrito dia 19 de maio de 1955, “Umas choravam, outras estavam revoltadas com a interferencia da Lei que não lhes permite agir a sua vontade. O José Carlos estava chorando” (Jesus, 2020, p. 40). Observa-se, neste trecho, a obediência dos sujeitos pelas palavras de ordem dispostas na lei, mesmo com a discordância delas.

As transformações incorpóreas possuem uma instantaneidade, afirmam Deleuze e Guattari (2011). À luz desse caráter instantâneo, as palavras de ordem geralmente são datadas em documentos reguladores da sociedade, os quais, por sua vez, ganham legitimidade legal a partir da marcação de uma data conforme os agenciamentos coletivos de enunciação. A título de exemplo, tem-se as leis, que começam a vigorar após a data de sua publicação, transformando, assim, as ações dos sujeitos sociais, como mostrou Carolina em seu escrito de 19 de maio de 1955.

Nesse sentido, vislumbra-se a relação imanente entre língua(gem) e poder nas relações humanas em todas suas esferas. Consoante aos estudos de Bourdieu (1996), a língua influencia a sociedade em vários aspectos. Essa influência ocorre mediante as raízes históricas da cultura ocidental, que molda a estrutura social e fornece à língua poderes. A manifestação de poder na língua(gem) ocorre através das normatizações verticais de seu uso engendradas por uma política da classe dominante.

Sob esse viés, há, na sociedade brasileira, a marcação social dos lugares de fala de cada pessoa, inclusive no campo literário, conforme sinalizado no primeiro capítulo desta dissertação. Essa marcação, na esfera literária, acontece pela padronização da língua (isto é, da forma). De acordo com os estudos da Professora Regina Dalcastagnè, ancorados nos pressupostos foucaultianos, essa prática firma-se na tentativa de controlar os discursos dos corpos dissidentes. Contudo, na contemporaneidade, a minoria tem lutado pelo direito, pelo poder e pela legitimidade de falar sobre si mesmo, como fez a poetisa do Canindé ao insistir em escrever, mesmo recebendo negativas por ser negra.

..Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

—É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (Jesus, 2020, p. 63-64).

Ao utilizar do argumento da cor da pele da literata para negar seus escritos, há um grupo social específico que se beneficia, continuando, portanto, com a legitimidade discursiva. Na atualidade, o discurso utilizado para deslegitimar a produção artística de Carolina é a falta de domínio da norma culta do português brasileiro, negando o fenômeno linguístico vibrante nos

enunciados dos cidadãos brasileiros: o hibridismo. Conforme aponta o linguista Marcos Bagno (2025)³,

Uma coisa que sempre me desperta a atenção quando leio é o que chamo de "normas híbridas". É um fenômeno sociolinguístico muito bacana. Praticamente ninguém (digo praticamente por que sempre existem os obsessivos-compulsivos da norma parnasiana, embora haja exemplos de normas híbridas em, vejam só, Machado de Assis), praticamente ninguém, dizia eu, consegue seguir 100% das prescrições do normativismo mais empedernido. É inevitável (e isso vem desde priscas eras) que a pessoa, ao escrever, deixe escapar usos habituais, naturais, comuns da língua de seu tempo, lugar e sociedade, pois a força da mudança é irrefreável tanto quanto o enraizamento cognitivo das formas novas.

Todavia, argumentando-se através da homogeneização da língua, determinado grupo busca invisibilizar a poética caroliniana, como apresentado nas pesquisas de Nascimento (2023) e Fernandez (2006). Dessa forma, cumpre ressaltar que a língua(gem) exerceu, desde os primórdios, a função de instrumento político ao ser utilizada pelos sujeitos como estratégia de persuasão. Essa estratégia se manifesta nas relações humanas como maneira para coordenar os processos de subjetivação dos subalternizados socialmente, docilizando-os para manutenção dos privilégios de determinados grupos. Esse mecanismo é fundamental para o processo de colonização, pois possibilita a introdução da cultura e dos valores dos dominadores, provocando, assim, uma marcação de território geográfico e subjetivo. A partir dessa perspectiva, Santos (2021, p. 6) aponta

Mas como uma minoria linguística conseguiu se impor e implantar seu idioma de modo a estratificar e cristalizar a ideia de língua portuguesa falada no Brasil? O desprezo pelas línguas faladas pelos africanos e seus descendentes reflete a ideia unitária e dicotômica de língua, que assumiria aí um papel racializador do que seria o vernáculo brasileiro, agora reestruturado e regramaticalizado pelas gerações seguintes, visando atender a todas as necessidades de interação verbal de seus falantes (BAGNO, 2012). Desse modo, o processo brasileiro de gramatização (AUROUX, 2009) da língua portuguesa segue a reboque do projeto colonial de civilização dos povos ditos "primitivos". Dessa maneira, observa-se que a criação de instrumentos linguísticos era necessária para que fosse conferida à língua uma unidade hegemônica, visto que, além de institucionalizá-la como oficial do Estado, colocava-se em cena, também, um essencialismo de língua e de povo brasileiro.

³ A presente citação foi retirada de comentário de Marcos Bagno publicado no seu Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/araujobagno/posts/pfbid0bQNodG1VrwMwz6qGmMe256JFycmpTHRyiKzFbiLkkUGDdgJPUMJcJMNT37Ddb1jWl>. Acesso em: 13 abr. 2025.

Dessa maneira, vislumbra-se que a relação entre língua e poder na realidade brasileira é marcada desde o período de colonização. Conforme aludido na pesquisa de Santos (2024), com base nos pressupostos teóricos de Nascimento (2023), Phillipson (1992) e Carneiro (2005), os colonizadores, como estratégia de dominação dos nativos do país, impuseram, de maneira truculenta e sangrenta, sua língua como oficial, o que provocou o *linguicídio* de diversas línguas, principalmente as africanas e indígenas.

O linguicídio é um fenômeno muito comum nos regimes de racialização em que, como é o caso do crioulo ou das línguas gerais no Brasil, a língua local vai sendo apagada ou substituída. Phillipson (1992), falando de imperialismo linguístico, observa que: O linguicismo envolve a representação da língua dominante, a qual são atribuídas características desejáveis, para fins de inclusão, e o oposto para as línguas dominadas, para fins de exclusão. A oposição binária língua/ dialeto e sua forma correspondente internacional idioma/língua franca/ língua vernacular são exemplos característicos do discurso linguicista (PHILLIPSON, 1992, p. 55, tradução minha). Falar de linguicídio implica falar de epistemicídio (CARNEIRO, 2005; SOUSA SANTOS, 2014), em que, à luz do termo genocídio, é usado para qualificar o assassinato do conhecimento do outro. Em nosso caso, o genocídio, epistemicídio e linguicídio do negro andam lado a lado, pois representam a morte física do corpo negro, do seu conhecimento e de sua língua (Nascimento, 2023, p. 10).

Assim, o linguicídio é compreendido como a mistura de genocídio e epistemicídio a partir do apagamento proporcional da cultura, do corpo e do território no processo de (co)produção e (re)construção da linguagem. Essa questão marca o *status quo* de determinada língua em detrimento de outras tantas. Presente até os dias atuais, a promulgação de uma língua específica provoca um tensionamento entre grupos sociais, o que explica o interesse pela negação do *Diário de uma favela*, pois a autora desterritorializa a língua pátria mediante ao uso da sua língua ancestral, o pretuguês.

Esse tensionamento promove uma desterritorialização das normas, pois os grupos minoritários questionam e reivindicam a imposição do padrão. Tal processo reivindicatório é nitidamente destacado pelo pensador brasileiro Nego Bispo, o qual declara que para os sujeitos subalternizados enfrentarem a sociedade colonizadora e capitalista precisam “transformar as armas dos inimigos em defesa”, como dizia um dos meus grandes mestres de defesa” (Bispo, 2023, p. 3). A partir dessa perspectiva, as minorias, ao reivindicarem, resolveram também nomearem, como fez Carolina de Jesus em seu diário.

Nesse movimento de nomeação realizado pelos subalternizados, utiliza-se da língua imposta para construir uma outra estrutura linguística dela mesma afetando o coeficiente do campo morfológico, semântico, sintático e fonético-fonológico. Com isso, utilizam-se das palavras existentes para construir uma nova maneira de experienciar o mundo, que foge do

modelo colonizador e capitalista, construindo, assim, uma tática de reterritorialização da língua de determinados grupos sociais. Tal questão é apontada por Bispo (2023, p. 3) ao narrar sua resposta em uma entrevista:

Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: “Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo?”. E respondi: “Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento”.

Esse tensionamento e reivindicação da língua está presente em todas as manifestações dos sujeitos, incluindo a literatura brasileira. A partir da criação literária, as minorias reivindicam seus direitos elementares, especialmente a legitimidade discursiva em espaços de prestígio social. Essa legitimidade está vinculada ao direito de falar por si mesmo sem a obrigação de seguir as regras impostas de maneira política e ideológica por aqueles que detêm os privilégios sociais e, conseqüentemente, o poder, consoante apontado anteriormente (Dalcastagné, 2012).

Desse tensionamento entre sujeitos sociais, há o *devir-minoritário*, expresso nas escritas da literatura caroliniana. A escritora ao entrar no fluxo de *devir-minoritário* afeta a língua portuguesa brasileira de um forte coeficiente, construindo, assim, uma linha de fuga das regras gramaticais que privilegiam algumas pessoas em detrimento de outras. Ela compreende a língua como instrumento essencialmente político, por isso a desterritorializa e reterritorializa constantemente.

Nesse movimento de desterritorialização e reterritorialização da língua, Carolina de Jesus cria uma nova sintaxe e semântica do português brasileiro. O surgimento dessa sintaxe e semântica está condicionado à dinâmica polifônica e dialógica que atravessa a escritora mediante suas relações contemporâneas (com os moradores da favela, das casas de tijolos e os livros) e ancestrais (com a subjetividade dos seus antepassados: mãe, avós e tias, descrito detalhadamente em sua obra *Diário de Bitita*).

Dessa maneira, Carolina, inserida no *devir-minoritário*, faz a língua também se inserir. Ela, através da *polifonia* e do *dialogismo*, escreve utilizando o hibridismo: linguagem coloquial e da linguagem formal (Fernandez, 2006). A título de exemplo, tem-se o diário do dia 19 de julho de 1955: “[...] Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias [...] Suporto

as *contingências da vida resoluta*. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência” (Jesus, 2020, p. 25, grifo meu); bem como o trecho “Eles brigam sem saber porque é que estão brigando. As *visinhas* contou-me que a Odete jogou *agua* fervendo no rosto do seu companheiro” (Jesus, 2020, p. 75, grifos meu). A literata mineira utiliza expressões fora do seu dia a dia, faz a troca do s pelo z e não acentua as palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas quando necessário.

Ao utilizar das referidas marcas linguísticas, a escritora negra recorrer à sua ancestralidade, especificamente a língua dos seus ancestrais. Ou seja, tais características presentes na literatura caroliniana são heranças das línguas africanas, contribuindo, assim, para o que os estudiosos da linguística contemporânea chamam de pretuguês, assunto abordado a seguir.

3.3 PRETUGUÊS

A língua é o que
Meu avô me contou
Mainha falou
E a que eu sei usar.

A língua
Não é da escola
Estrangeira, estranha
De lá.

A língua que falo
E que me explica
E sei explicar
Não carece
De explicação nenhuma
Para se falar.

Eu não falo aqui a minha língua
Eu falo a língua que me deram
Mas essa língua é minha agora
Da forma que eu sei falar.
(Nascimento, 2019).

A ideia de língua é perversa aos negros, afirma Gabriel Nascimento (2023). Essa perversão é fruto da recente concepção de língua advinda de estudos realizados na Europa que consideram a estrutura, não o uso. E os povos negros, em sua gênese, concebem a língua com ênfase no discurso. Por isso Nascimento (2023, p. 9333) declara em sua carta direcionada a literata Conceição Evaristo:

Mas a ideia de língua tem sido perversa por séculos para nossos povos negros, prezada professora Conceição. Primeiro porque língua é uma denominação mais ou menos recente e vem da Europa, ao contrário do seu uso. Makoni e Mashiri (2007) lembram que, antes da chegada dos invasores brancos, a língua para os africanos era mais discurso do que estrutura. Foi o europeu que, na ansiedade de justificar a invasão racista, mortífera e linguicida, passou a nomear seus falares como língua enquanto ignorava outros falares ou rasgar, como temos relato, tudo aquilo que parecesse linguagem no território de nossos ancestrais.

Nascimento (2023), substanciado nos pesquisadores Makoni e Mashini (2007), apresenta a causa que proporciona a perversidade aos racializados no que diz respeito à língua: a noção eurocêntrica fundamentada na estrutura da língua advinda dos estudos do linguista Ferdinand Saussure em sua obra póstuma *Curso de Linguística Geral*. Para além disso, é evidenciado pelo referido professor o processo colonizador da Europa no que tange o idioma no seu processo exploratório e expansivo: nomear apenas seus falares como língua, enquanto os demais são desconsiderados e neutralizados.

Nessa perspectiva, as línguas funcionam como instrumento de colonização, sendo “passíveis de nomeação, classificação, descrição e transcrição ortográfica seguindo o modelo das línguas latinas.” (Severo, 2016, p. 17). Desse processo de nomeação, classificação, descrição e transcrição ortográfica surgem as justificativas das políticas estatais no país e, ainda, a suposta necessidade de oficialização de um idioma homogêneo, o que promove a destituição da multiplicidade de línguas presentes no território. Assim, nascem novas línguas,

Esse processo de invenção das línguas no contexto colonial a partir de uma chave eurocêntrica – conforme ilustrado – pode ser tomando como um exemplo de colonização epistêmica, subjetiva e política (MIGNOLO, 2005). Contudo, o processo colonial não pode ser visto como uma chave unilateral de imposição de ideais, valores, comportamentos e crenças. Trata-se de um processo complexo que envolveu o encontro tenso entre diferentes culturas e visões de mundo. Tal encontro produziu formas refinadas de resistência e de transgressão por parte dos povos locais (...) (Severo, 2016, p. 18-19).

As formas refinadas de resistência e transgressão dos colonizados estão presentes na língua. No contexto brasileiro, os negros realizaram uma confusão da linguagem para “poder fazer prevalecer ancestralmente saberes longevos” (Nascimento, 2023, p. 9333). Ao utilizar a língua(gem) para perpetuar saberes ancestrais, os negros não tomaram o idioma dos colonizadores como bicho papão, realizando, com isso, práticas multilíngues.

Essas práticas multilíngues, realizadas no dia a dia por meio dos negócios, das tradições ancestrais e das lutas políticas, ocasionaram a afetação e, conseqüentemente, a modificação da língua imposta pelos colonizadores no território brasileiro. Tais alterações estão presentes até

os dias atuais, nomeadas pela intelectual Lélia González (1984) de *pretuguês*. À vista disso, Nascimento (2023, p. 9334) elucida que

Milhões de escravizados mudaram o português por meio dos negócios do dia a dia, das tradições ancestrais básicas, da solidariedade e da luta política. O português preto, ou pretuguês como temos chamado a partir de Lélia González (1984), tornou-se uma espécie de língua franca para vários povos que, desde África, tinham línguas distintas e, já que multilíngues, enxergavam o português como mais uma língua a se comunicar, sendo denominada franca para essa comunicação. Chamo aqui de língua franca uma língua que serve para objetivo de conexão comunicativa a sujeitos falantes de diversas outras línguas diferentes.

Atualmente, ainda há sujeitos sociais que conservam marcas da língua franca destacada por Nascimento (2023) e Santos (2024), como os caipiras e matutos que a preservam na morfologia da sua língua(gem), por exemplo, deixando o substantivo e/ou o verbo invariável no plural. Para além da morfologia, conforme aponta os estudos de Petter (2007), características da língua portuguesa falada em países africanos também estão no português brasileiro no campo fonético-fonológico, mediante a estrutura mais habitual dessas línguas CV.CV (consoante vogal. consoante vogal), e sintático, por meio de fonema por permuta, supressão ou acréscimo de sons.

Essas questões, segundo Castro (2011, p. 5 - 6) é possível pois

[...] ocorreu um movimento de africanização do português, por um lado, e, por outro, a imantação pelo português das línguas negro-africanas, em razão de semelhanças estruturais, casuais, mas notáveis, entre o português antigo e aquelas línguas do grupo banto que então foram mais faladas também em seu aspecto arcaizante. Entre essas semelhanças, o sistema de sete vogais orais (a é ê i ô ó u) e uma estrutura silábica (CV.CV), onde toda consoante é seguida de uma vogal. Logo, não há sílaba fechada por consoante (*falá por falar, *Brasiu por Brasil, *rí.ti.mo por rit.mo, *pi.neu por pneu), fazendo com que se observe a conservação do centro vocálico de cada sílaba, mesmo átona, o que proporcionou a continuidade do tipo prosódico da base vocálica do português antigo na modalidade brasileira, afastando-a do português de Portugal de pronúncia muito consonantal.

As referidas marcas linguísticas apontadas por Castro (2011) são presentes na oralidade e, portanto, na escrita de muitos brasileiros. Na escrita, os traços mais distinguíveis são os morfológicos e sintáticos. No que tange ao campo morfológico, destacam-se duas particularidades, de acordo Petter (2007): a) ausência de artigos nas frases com pronomes possessivos; b) falta das marcação de plural ao final de formas verbais. Tais características existem ainda, ao destacar a escrita, nas literaturas produzidas no país, especialmente nas advindas das minorias, como na poética de Carolina Maria de Jesus.

A literatura caroliniana é atravessada pelas marcas linguísticas destacadas anteriormente, sobretudo no que diz respeito à morfologia e à sintaxe (essa última será explanada no tópico a seguir deste capítulo). No que concerne ao campo morfológico, as duas particularidades evidenciadas nos estudos de Petter (2007) estilizam a poética caroliniana. A primeira, que correspondente à ausência de artigos nas frases com pronomes possessivos, é nítida nas páginas do *diário de uma favelada*, como na descrição do diálogo da escritora com um senhor, datado do dia 21 de julho de 1955:

(...) Passou um senhor e perguntou-me:
 —O que escreve?
 —Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana.
 Ele disse:
 —Escreve e depois dá a um critico para fazer a revisão.
 Olhou as crianças ao meu redor e perguntou:
 —*Estes filhos são seus?*
 Olhei as crianças. *Meu, era apenas dois*. Mas como todas eram da mesma cor, afirmei que sim.
 —*Seu marido onde trabalha?*
 —Não tenho marido, e nem quero!
 Uma senhora que estava me olhando escrever despediu-se.
 Pensei: talvez ela não tenha apreciado a minha resposta.
 —É muito filho para sustentar.
 Ele abriu a carteira. Pensei: agora ele vai dar dinheiro a qualquer uma destas crianças pensando que todas são meus filhos. Fui imprudente mentindo.
 Mas a minha filha Vera Eunice ergueu o braço e disse:
 —Dá, eu té. Compá papato.
 Eu disse:
 —Ela está dizendo que quer o dinheiro para comprar sapatos.
 Ele disse:
 —*Dá para sua mãe*
 (...) (Jesus, 2020, p. 29, grifos meus).

Observa-se, no trecho acima, a ausência de artigos com pronomes possessivos em alguns fragmentos (“Estes filhos são seus?”; “Meu, era apenas dois”; “Seu marido onde trabalha?”; “Dá para sua mãe” (Jesus, 2020, p.29), comuns no português falado em países do Continente Africano e no português brasileiro, mas distintos do português europeu. Essa semelhança entres as línguas evidenciam, de acordo com Petter (2007), uma hipótese explicativa para a influência das línguas africanas na construção do português brasileiro.

A falta da marcação de plural ao final de formas verbais também é presente nas páginas do diário de Carolina. Geralmente, a estrutura oracional da referida escritora no tocante ao plural é: plural - plural - singular (P.P.S.), como em “Os meninos *deu* valor ao balanço só na hora” (Jesus, 2020, p. 25, grifo meu). Nota-se, no fragmento supracitado, que a literata põe no plural o artigo definido (*os*) e o substantivo comum (*meninos*), contudo, deixa na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo o verbo (*deu*). Essa ordem oracional,

instituída pela gramática normativa brasileira como errada, também é comum no português falado em países africanos, sendo uma marca advinda de línguas africanas ancestrais.

3.4 CARTOGRAFANDO O *PRETUGUÊS NO DIÁRIO DE UMA FAVELADA*: A SINTAXE CAROLINIANA

A formação da língua portuguesa é resultado de impactos históricos, culturais, sociais e raciais, como aponta Santos (2024). Ao retornar ao processo colonial, pesquisadores do campo da linguagem, como Peter (2021), Pennycook (2002) e Nascimento (2019), substanciam que a língua portuguesa resultou na mutação de uma língua imposta socialmente de léxico do português de Portugal.

Assim, concebe-se que, mediante mudanças da língua imposta no período colonial do Brasil, ato que, conseqüentemente, gerou a inserção de marcas de milhares de línguas africanas e indígenas faladas pelos residentes do território brasileiro, tem-se a constituição do português brasileiro. Contudo, nesse processo de formação do português, aconteceu o prestígio da língua imposta de base lexical portuguesa (Santos, 2024).

A partir do *status* de prestígio de determinada língua no processo de formação do português brasileiro, tem-se uma relação hierárquica marcada pela dualidade superior e inferior. Assim, classifica-se as línguas africanas e indígenas como inferiores, ocupando o lugar de *substrato*, e a língua de base lexical portuguesa como superior, ocupando o lugar de *superstrato*. Com isso, houve-se o apagamento das línguas subalternizadas socialmente e, conseqüentemente, a imposição violenta da língua de superstrato, conforme aponta Santos (2024, p. 40):

Além da imposição da força de trabalho, a língua tornou-se um dos elementos de dominação e subjugo. Dada a impossibilidade passiva de adquirir uma língua estrangeira totalizante e unificada obedecendo todo um conjunto de regras, os falantes africanos modificaram a língua que lhes fora imposta durante mais de um século. As alterações na língua imposta puderam ser percebidas com destaque na fala, dado os comportamentos linguísticos dos colonizados que incorporaram uma nova base lexical, fonológica e semântica ao seu sistema multilinguístico. Com isso, ocorreram mudanças na pronúncia, nas formas de enunciação, na sintaxe e sobretudo no modo de significação, resultando em uma língua diferente da que lhe fora imposta e trazida a rigor de Portugal.

Essa modificação é presente até os dias atuais, conforme assevera Lélia González (1988). Para a referida pesquisadora, essas mudanças na língua imposta aos sujeitos residentes

no Brasil na era colonial é perceptível, hoje, pelas marcas de africanização do português brasileiro. Essa questão é conceituada pela antropóloga brasileira como *pretuguês*.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sabem que tão falando pretuguês. E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim (6). De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência européia, muito civilizado, etc e tal (González, 1984, p. 238).

Esse conceito tem relação, consoante Nascimento e Windle (2021), com uma construção de política corporal de escravizados e ex-escravizados com contribuições consideráveis para a formação do português atual no território brasileiro, a título de exemplo o uso de palavras do banto. Todavia, ressalta-se que o pretuguês carrega marcações ideológicas e estilísticas que interpelam a língua(gem) na sociedade, conforme evidenciado nos estudos de Santos (2024). Entretanto,

Não podemos deixar de crer que o pretuguês também é a caracterização, inclusive negada, do modo africano de empregar o português europeu, uma caracterização vista no uso fenomenológico de sujeitos localizados nas zonas rurais e urbanas que, à luz do modo como seus pais e demais antecedentes empregavam a língua e transpassaram seu sistema linguístico, herdaram camadas mais próximas das línguas africanas (Santos, 2024, p. 100).

Essas marcas advindas das línguas dos ancestrais ultrapassam a oralidade, permanecem também na escrita. Essa influência das línguas africanas no português é perceptível na literatura de Carolina de Jesus, sendo, inclusive, aspecto importante para sua estética literária, como apontado por Nascimento (2023). Das marcas presentes na poética de resíduos, destaca-se as vinculadas aos aspectos sintáticos da língua, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Quadro 1 - Pretuguês na sintaxe

- **Inversão locativa:** a inversão locativa é uma das construções construídas bastante discutidas na literatura sobre as línguas bantas.

(5) Herero (nigero-congolês, bengue-congo, banto) (R31) (Marten, 2006: 98)

a. òva-ndù v-á'hítí mó-ngándá
 2 pessoas IS2-PASD-entrar 18-9- casa
 'Os convidados entraram na casa'

b. mó-ngándá m-à-hítí òvá-ndu
 18-9-casa IS18-PASD-entrar 2-pessoa
 'Na casa entraram os convidados'

- **Passivização:** existe também uma alternativa bastante comum entre as línguas africanas que é a expressão de passivas sem nenhum agente sujeito, e o tema/paciente permanece marcado como objeto (9)b:

(9) Cuê, coissã, coissã central (Kilian-2009: 223-228)

a. +’u à +u-can-a-tà ápa-a kà.
Comida FOC comer-PASS-II-PASD cachorro-OBL por
 'A comida foi comida pelo cachorro'

b. Hèútù-hè è tc’ãã-i-tá
 Carro-3SG.F O roubar-PASS-PASD
 'O carro foi roubado'/'Roubaram o carro'

- **Focalização:** [...] uma das formas de identificar um constituinte focalizado de uma sentença se faz, geralmente, respondendo a uma pergunta [...]. Dito isso, [...] podemos fazer a seguinte pergunta:

(17) Suaíli (nigero-congolês, benue-congo, banto) (G42) (Bearth, 2003: 130)

a. Jana a-li-fika nani?

Ontem IS-PASD-chegar Ali.FOC

‘Quem chegou ontem?’

Fonte: Santos (2024, p. 101-102).

A inversão locativa, a passivização e a focalização são marcas sintáticas das línguas africanas no português brasileiro que estão presentes na escrita literária caroliniana. A inversão locativa é percebida a partir da estruturação oracional realizada pela poetisa, a qual modifica a ordem direta da colocação do sujeito na oração.

Considera-se ordem direta aquela em que o sujeito vem no rosto da oração, seguindo-se-lhe o verbo acompanhado dos seus complementos, com o primeiro lugar entre estes reservado para o objeto direto.

Exemplo: Sua presença inspira confiança aos jovens (Rocha Lima, 2018, p. 290).

Observa-se, consoante ao gramático Rocha Lima (2018), que há uma estrutura direta na colocação do sujeito: sujeito - verbo - complemento. Todavia, tal modelo é passivo de alteração, consoante o referido autor sinaliza “a língua portuguesa, entretanto, oferece grande liberdade de movimentos neste particular, permitindo-nos, com frequência, adotar a ordem inversa” (Rocha Lima, 2018, p. 290). É, a partir dessa possibilidade de alteração do padrão sintático da ordem direta, que Carolina subverte a língua, introduzindo nela marcas de africanização, como a inversão locativa: complemento - sujeito - verbo *ou* complemento - verbo - sujeito.

Os escritos carolinianos são constituídos por alterações oracionais, como em: “Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo” (Jesus, 2021, p. 12), “Enquanto o soldado discutia com o Alexandre eu fui catar pedras” (Jesus, 2021, p. 83), “Saí a noite, e fui catar papel” (Jesus, 2021, p. 12). Nesses trechos ocorreram a inversão dos advérbios de tempo e lugar, o que contradiz a ordem direta vigente nas regras gramaticais (Rocha Lima (2011); Evanildo Bechara (2015), a qual institui que os advérbios são empregados após o sujeito e/ou verbo, pois funcionam como complementos. Nessas inversões, Carolina estabelece uma nova possibilidade de ordem: complemento - sujeito - verbo.

Outra marca vibrante no *Diário de uma favelada* é a transformação da construção ativa em voz passiva, isto é, muda-se o foco da oração de quem pratica a ação (agente) para quem

sofre a ação (paciente). Tal questão é, conforme Rocha Lima (2018, p. 307), ao discorrer sobre o complemento da oração, “sintaticamente, desaceita – salvo exceções raríssimas – passagem para a função de sujeito na voz passiva. E por implicar o traço + PESSOA, não lhe é possível, evidentemente, apresentar-se sob a forma de oração subordinada”.

Carolina, em seu escrito datado em 28 de maio, narra: “...Os visinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos politicos” (Jesus, 2020, p. 48). Nesse fragmento, especificamente na segunda oração (nós somos protegidos pelos politicos), nota-se a conversão da voz ativa (*Os políticos protegem nós*) para voz passiva. Nesse processo de conversão, tem-se que o sujeito (*políticos*) passa para agente da passiva (*pelos políticos*), o objeto direto (**nos** – pronome oblíquo átono exercendo a função substitutiva do *nós*) passa para o sujeito da passiva, e, por fim, o verbo transitivo direto (*protegidos*) passa para locução verbal (*somos protegidos*).

Essa marca sintática é encontrada em outras passagens da obra, como em “A corrida é promovida pelo Rubro Negro” (Jesus, 2020, p. 71). Vislumbra-se a conversão de “O Rubro Negro promove a corrida” (voz ativa) para a voz passiva. A partir disso, identifica-se três principais características para a conversão: a mudança do sujeito *Rubro Negro* para agente da passiva *pelo Rubro Negro*; o objeto direto *a corrida* passa para o sujeito da passiva; o verbo transitivo direto *promovido* transforma-se em locução verbal *é promovido*.

Alguns gramáticos não empregam o termo *focalização* ao dissertar sobre os recursos linguísticos utilizados pelos falantes do português brasileiro para enfatizar determinado assunto dentro da oração e/ou período. Contudo, de maneira implícita, eles abordam, em suas gramáticas normativas, o tema, por exemplo, ao tratar sobre a ordem dos termos oracionais. Sob essa perspectiva, Rocha Lima (2018, p. 290) destaca que o português brasileiro tem uma inclinação natural de inverter a ordem canônica *sujeito - verbo* para *verbo - sujeito*,

c) Nas orações que contêm uma forma verbal do imperativo — sempre que, para efeito de realce, for enunciado o pronome pessoal sujeito:

Eu não cumprirei essas ordens absurdas; cumpre-as tu, se quiseres (Rocha Lima, 2018, p. 291).

Nessa passagem, o gramático, ao se referir sobre a colocação, ordem e o efeito de realce das palavras nas orações e períodos, aborda a focalização implicitamente. Nesta dissertação, concebe-se a focalização como um recurso linguístico herdado das línguas africanas para destacar e enfatizar ideias no enunciado. Essa estratégia é, nitidamente, operada por Carolina

de Jesus em sua poética de resíduos, pois, assim, ela consegue evidenciar suas denúncias sociais.

Ao escrever, a literata mineira objetiva, de maneira política, legitimar as vozes dissidentes que a interpelam e constituem sua enunciação. Com isso, a escritora intenciona denunciar as mazelas sociais experienciadas pelas minorias brasileiras. Nesse sentido, ela utiliza do recurso da focalização na perspectiva de destacar e enfatizar os problemas e, conseqüentemente, evidenciá-los. Tal questão é perceptível, a título de exemplo, no trecho do dia 7 de janeiro.

7 DE JANEIRO ...Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então o bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer. Os meus filhos nunca comeu bacalhau. Eles pedem:

—Compra, mamãe!

Mas comprar como! a 180 o quilo. Espero, se Deus ajudar-me, antes de morrer hei de comprar bacalhau para eles. (Jesus, 2020, p. 140-141).

Nesse fragmento, podemos destacar alguns temas, como: contraste entre abundância e escassez alimentar; obstáculo econômico para a existência digna; esperança de um futuro melhor, os quais são intrínsecos. Para realçar esses assuntos, a poetisa recorre à estruturação sintática herdada de sua ancestralidade, *a focalização*, rompendo com a forma prescrita na gramática normativa do português. Para tanto, ela, primeiro, seleciona as palavras-chave (preços, bacalhau, impossibilidade), posteriormente as repete para causar efeito de sentido (bacalhau), em seguida usa as estratégias discursivas (oposição e contraste, evidenciado pela locução conjuntiva adversativa *só que*) e, por último, aplica a forma verbal do imperativo: *compra, mamãe!*.

Sob esse prisma, evidencia-se, portanto, as marcas sintáticas do pretuguês presentes na poética de resíduo de Carolina Maria de Jesus, destacando três importantes aspectos: inversão locativa, passivização e focalização. Todavia, cabe destacar que na escrita caroliniana, há, também, aspectos de outros campos linguísticos do pretuguês, como a morfossintaxe, que, consoante Santos (2024, p. 81),

No caso dos verbos, conservação da flexão de tempo, mas muito raramente a de pessoa; os verbos aparecem mais frequentemente na forma da terceira pessoa: *io*

esquece; io esqueceu; tempo que nosso nasceu; no fortava; Kiriapanga nosso dansava ele; eji matava gente; mais kompayero quando trabaya recebe pagamento.

Portanto, é comum, de acordo com a herança linguística das línguas africanas, a marcação de pessoa (vinculada à flexão de gênero, número e grau) não acontecer nos verbos. Em Carolina, tal questão está evidenciada no trecho “Quando as mulheres feras invade o meu barraco, os meus filhos lhes joga pedras” (Jesus, 2020, p. 26). Em análise, constata-se a marcação de tempo ocorre, o presente, contudo não em pessoa nos verbos *invadir* e *jogar*.

Entretanto, ressalta-se que, a obra analisada, foi revisada pelo jornalista Audálio Dantas antes de sua publicação (Fernandez, 2006). Assim, houve o corte de determinados assuntos, como também uma rápida e superficial revisão linguística, por isso é comum encontrar nos escritos o sinal gráfico (...) e a adequação linguística da norma-padrão do português. Essa revisão afasta, em alguns momentos da obra, a literatura das marcas do pretuguês, mas não a apaga. Em outras obras da escritora, o pretuguês é mais vibrante, sobretudo a póstuma *Diário de Bitita*. Essas marcas linguísticas do pretuguês criam redes entres os corpos dissidentes, tornando a poética caroliniana uma pluralidade de vozes.

3.5 A PLURALIDADE DE VOZES NO PRETUGUÊS NA POÉTICA DE RESÍDUOS

As narrativas romanescas modernas são constituídas pelos atravessados discursivos dos seus autores, formando, assim, um mosaico de vozes, isto é, uma *enunciação coletiva*, para Deleuze e Guattari (2020), e uma *polifonia*, para Bakhtin (2010). A partir dessa tessitura discursiva do romance, tem-se um espaço de expressões e enunciados subalternizados, proferidos pelos sujeitos em *devir-minoritário*. Dessa forma, de acordo aos estudos de Dalcastagnè (2016), as vozes dos indígenas, negros, mulheres e comunidade LGBTQQICAAPF2K+ ganham espaço na literatura contemporânea, como também reivindica seus lugares na sociedade.

Essa estrutura narrativa (re)configura a ideia central da tradição: o discurso centrado exclusivamente no *eu*. Ao romper com essa regra, o literata evidencia a natureza coletiva, dinâmica e relacional das enunciações de sua obra. Essa construção discursiva é perceptível na escrita caroliniana, pois, apesar das marcadas de individualização dos acontecimentos descritos pela escritora em alguns trechos do seu *Diário de uma favelada*, ela surge das relações e interações entre a autora, as pessoas ao seu redor e o mundo.

15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (Jesus, 2020, p. 19).

Nesse fragmento, observa-se que o discurso rompe com a centralidade do *eu*, apresentando muitas vozes inseridas no discurso. A voz vibrante no trecho é coletiva, de todos os sujeitos sociais que são impedidos de comprar itens básicos para sobrevivência digna, como vestuários e alimentos. O enunciado da poética, a partir de sua pluralidade na formação discursiva, denuncia a precariedade de um povo, que é escravizado pelos valores exorbitantes do custo de vida.

Todavia, compreende-se que a pluralidade de vozes presentes na poética de Carolina de Jesus também é composta pelo seu atravessamento ancestral, sobretudo à sua família materna consoante ela narra no seu livro *Diário de Bitita* (2016). Leite (1995/1996, p. 110), ao discorrer sobre a ancestralidade desta, afirma:

(...) Torna-se necessário ainda indicar que esse princípio ancestral é suficientemente amplo para incluir, além dos ancestrais nascidos do homem - os ancestrais históricos - também as divindades e até mesmo o preexistente, pois que os dados da realidade indicam que todos esses seres estão indissoluvelmente ligados a explicação do mundo e a organização da realidade, não obstante as diferenças de substância.

Apesar da amplitude do conceito, consoante apresentado acima por Leite (1995/1996), nesta dissertação tem-se o interesse nos ancestrais históricos, os quais são constituídos na narrativa caroliniana pelos negros escravizados no Brasil. De maneira mais direcionada, a ancestralidade é presente na poética de resíduos mediante a sua maneira de escrever, especificamente a sua sintaxe carregada das marcas de africanidade no português brasileiro, conforme descrito na seção anterior.

Dessa forma, seu enunciado carrega as vozes silenciadas dos seus ancestrais (como, seus avós maternos, ex-escravizados), reivindicando, portanto, o reconhecimento do discurso negado a eles nos espaços sociais pela classe dominante. Por isso, em 13 de maio de 1958, ela declara,

13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.

...Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz (Jesus, 2020, p. 35).

Todavia, essa ancestralidade não é presente apenas nela, mas nos demais moradores da favela. Em sua obra é descrita, em alguns fragmentos, a descendência étnica de determinados sujeitos, a qual é variada, como mostra seu escrito de 9 de julho: “O mulato é Antonio e o branco é Nelson” (Jesus, 2020, p. 83). Entretanto, apesar da diversidade de pessoas em cor, crença e estilo de vida, a maioria era afro-brasileiro, tal como descrito em sua narrativa do dia 3 de junho:

...A favela hoje está quente. Durante o dia a Leila e o seu companheiro Arnaldo brigaram. O Arnaldo é preto. Quando veio para a favela era menino. Mas que menino! Era bom, iducado, meigo, obidiente. Era o orgulho do pai e de quem lhe conhecia.

—Este vai ser um negro, sim senhor!

E que na África os negros são classificados assim:

—Negro tú.

—Negro turututú.

—É negro sim senhor!

Negro tú é o negro mais ou menos. Negro turututú é o que não vale nada. E o negro Sim Senhor é o da alta sociedade. Mas o Arnaldo transformou-se em negro turututú depois que cresceu. Ficou estúpido, pornográfico, obsceno e alcoólatra. Não sei como é que uma pessoa pode desfazer-se assim. Ele é compadre da Dona Domingas (Jesus, 2020, p. 53).

Sob essa realidade, tem-se a formação do contexto social, histórico e político de Carolina de Jesus. Assim, a ancestralidade a interpela, materializando-se no seu processo de desterritorialização da língua pátria, mediante o hibridismo linguístico em sua escrita, que perpassa o campo sintático (Os meninos *deu* valor ao balanço só na hora (Jesus, 2020, p. 25)), morfológico (E lhe *chinguei* interiormente (Jesus, 2020, p. 21)) e fonético (nas palavras *iducção* e *purtuguês* (Jesus, 2020, p. 88)).

A linguagem contém uma visão de mundo, que determina nossa maneira de perceber e conceber a realidade, e impõe-nos essa visão. A linguagem é como um molde, que ordena o caos, que é a realidade em si. Como a linguagem dá forma a esse caos, determinando o que é uma coisa, um acontecimento etc., cria uma imagem ordenada do mundo. Cada língua ordena o mundo à sua maneira (Fiorin, 1998, p. 52).

3.6 O *PRETUGUÊS* COMO ESTILO LITERÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

A modernidade, fundamentada no projeto humanístico europeu, sustenta-se em uma ontologia (ser/não ser), epistemologia (razão/emoção), ética (justo/injusto) e estética

(belo/feio) rigidamente hierárquica, que “vão determinar as fronteiras do permitido e do não permitido, porque se esteiam em bases dicotômicas em si mesmas excludentes” (Sacramento, 2012, p. 252). Nessa perspectiva, tem-se a homogeneização e padronização do sujeito através do modelo de homem branco, cisgênero e heterossexual, instituindo ao que destoa desse perfil como “selvagem” e “primitivo”.

Através dessa genealogia, tais cadeias de dualidade relacionam a conceituação de língua e as concepções de linguagem unicamente ao mundo europeu, como sendo o ponto de partida para o outro, isto é, a epistemologia branca cisheteropatriarcal cria, através de seu lócus enunciativo, o pedestal do ser universal. Desse modo, nota-se que o homem branco heterossexual impõe sobre as línguas indígenas e africanas o caráter “civilizador” das línguas nacionais europeias. Nesse primeiro momento, observamos a própria noção de língua negada aos povos originários, expressa no domínio sobre populações indígenas e no apagamento sistêmico de seus saberes por vias do linguicídio (Rajagopalan, 2010) institucionalizado na colônia portuguesa sob o signo da cruz (Antunes dos Santos, 2021, p. 4).

A partir das ideias de Cerqueira (2020), pode-se vislumbrar que esse cenário, constituído pelo colonialismo e pelas ideias racistas e classistas, também é marcado pelas práticas de (re)existências de grupos marginalizados, que formulam ideias contra-coloniais. É nesse contexto que Carolina Maria de Jesus escreve sua literatura subversiva, resistente aos padrões estéticos e literários firmados pela tradição literária (Fernandez, 2006). Nesse movimento, a escritora mineira contesta seu lugar no território literário, que tenta apagar as cartografias dos corpos e das línguas dissidentes a partir da ideia de simetria, padronização e estrutura no processo de escrita literária.

A literata negra transforma a língua de sua poética ao utilizar a língua dos seus ancestrais. Por isso, é comum encontrar no diário da favelada a marcação do plural na forma prefixal correspondente ao *os* e *as*, como em seu registro do dia 19 de julho: “(...) E *os* seus gritos não deixou *os* vizinhos dormir” (Jesus, 2021, p. 72). Essa maneira de marcar o plural nas orações sempre foi feita nas línguas que influenciaram diretamente a maneira de falar da minoria racial brasileira, gerando pretuguês, que tem raízes no Bantu, como o Kimbundu, o Kikongo e o Umbundu (Gomes; Okoudowa, 2015).

Essa subversão das normas linguísticas é uma estratégia política da escritora, é a busca pela sua autenticidade no campo literário brasileiro, conforme discorrido no capítulo anterior. Contudo, ela enfrenta críticas expressivas ao realizar essa ruptura nas normas gramaticais brasileiras, pois, consoante assevera Nascimento (2023, p. 9336), “de todas as formas de língua, a escrita é a mais aprisionada no Brasil”. A pesquisadora Regina Dalcastagnè, que,

paradoxalmente, advoga que o estilo de escrita de Carolina de Jesus é uma estratégia pela busca de autenticidade literária, critica a manutenção das inadequações gramaticais nas novas edições de *Quarto de Despejo* e sugere corrigi-las.

Para Dalcastagnè (2021), a “gramática original de Carolina” na nova edição é uma maneira de não “confiar na força e na beleza da prosa” caroliniana, como também deixá-la “nas margens da literatura brasileira, vista como uma curiosidade”. Contudo, o que é instituído pela referida pesquisadora como erros não se sustenta linguisticamente ao considerar as discussões da linguística brasileira há décadas, consoante aponta Nascimento (2021). Carolina, ao escrever *visinhos* (como em: “Eu fui trabalhar e avisei os *visinhos*” (Jesus, 2021, p. 83)), não erra apenas por apresentar grafia distinta da que habitualmente costuma-se ler.

Avaliar a obra de Carolina categorizando a grafia como correta e errada não é uma questão linguística, mas ideológica. É uma estratégia utilizada desde a formação literária brasileira para estabelecer um padrão homogêneo de escrita, respaldada em um padrão socio-racial e cultural, e, dessa maneira, delimitar os sujeitos legitimados para essa tarefa, consoante aponta os próprios estudos de Dalcastagnè (2012). Assim, infere-se que padronizar a língua não significa que todos falarão e escreverão apenas de uma maneira, ao pensar dessa forma, incorremos no erro de disseminar os conservadores nos estudos da língua(gem), bem como exclui determinados grupos minoritários de importantes espaços sociais (Nascimento, 2021).

A escrita dos sujeitos minoritários, mesmo aqueles que carregam os mesmos parâmetros sociais, não é homogênea, afirma Gabriel Nascimento na sua carta direcionada à escritora brasileira Conceição Evaristo (2021). As produções poéticas dos homens e mulheres racializados parecem fugir dos limites tipográficos do texto, pois utilizam-se de “uma tecnologia linguística ancestral desenvolvida pela presença africana no Brasil por séculos” (Nascimento, 2021, p. 9338): o pretuguês.

Como discutido anteriormente, pesquisas apresentam a influência de línguas africanas, especialmente o Banto, no português brasileiro. Essas presenças são vibrantes na poética de resíduos de Carolina. No aspecto lexical, a poetisa utiliza diversos termos, como em: “— E o outro Pelé — respondeu um *moleque*” (Jesus, 2021, p. 69); “Mas as crianças não gostam de *fubá*” (Jesus, 2021, p. 37). Enquanto no sintático ela se expressa bastante com a dupla negação marcada, a exemplo: “Eu penso isto, porque quando *eu não tenho nada* para comer, invejo os animais” (Jesus, 2021, p. 52).

A escritora de *Quarto de Despejo* disserta na impessoalidade daquele que fala, de onde fala e para quem fala. Ela produz uma literatura interpelada constantemente por *devires*. Com isso, a narradora e a escritora da obra são posições móveis, máquinas que cartografam um

coletivo, afinal, como bem declarou Carolina: “(...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo” (Jesus, 2021, p. 28). O pronome pessoal de tratamento *você*, utilizado, consoante a gramática normativa, em situação informal, marca uma discursividade coletiva, a qual é presente em toda escrita caroliniana.

Sendo assim, é impossível pensar na narrativa minoritária sem remeter às produções de efeitos advindas dela, pois é uma literatura de fluxos, intensidades e afeições que transformam o conteúdo e a forma no fazer literário. Por isso, o diário da favelada do Canindé é marcado pelas desigualdades sociais e resistências presentes no cotidiano dos moradores da favela: fome, extrema-pobreza, fuga das misérias, como expresso em seu manuscrito do dia 19 de maio de 1955.

Mal sabe ele que na favela é a minoria quem toma café. Os favelados comem quando arranjam o que comer. Todas as famílias que residem na favela tem filhos. Aqui residia uma espanhola Dona Maria Puerta. Ela comprou um terreno e começou economisar para fazer a casa. Quando terminou a construção da casa os filhos estavam fracos do pulmão. E são oito crianças. (Jesus, 2021, p. 30)

Ao escrever sobre os problemas dos favelados, Carolina mergulha em um processo em que múltiplos elementos (indivíduos, instituições, discursos, afetos) se encontram e se conectam, proporcionando ao leitor novas maneiras de sentir, experimentar e perceber os acontecimentos. Esse movimento é conceituado pelos estudiosos Deleuze e Guattari (2022) como *agenciamento coletivo*, o qual carrega uma força política, social e cultural que desafia as estruturas dominantes.

Escrever é inventar um povo, criar uma língua estrangeira e desterritorializar as normas pré-estabelecidas. Esse processo criativo é, consoante Deleuze e Guattari (2022), falar coletivamente. A partir desse movimento de subversão da língua pátria, constitui-se uma estética agramatical na literatura produzida por Carolina de Jesus. A escritora estrategicamente rompe com as normas tradicionais prescritas na gramática normativa do português, ocasionando, assim, uma fissura na sintaxe e criando novos fluxos de significados. Esse ato proporciona aos manuscritos carolinianos a desterritorialização das estruturas rígidas e convencionais da língua no processo de escrita literária.

Portanto, Carolina de Jesus, ao não seguir as normas tradicionais do português brasileiro, utiliza-se de uma estratégia política e ideológica para marcar sua autenticidade literária, como também proporcionar aos leitores experiências que possibilitem vislumbrar novas maneiras de ser e existir. A desterritorialização da língua na poética caroliniana é reflexo

de sua relação com o passado (ancestralidade africana) e o presente (vizinhos, servidores públicos). A força criadora presente nas palavras do português falado pela escritora afeta o coeficiente linguístico e a estrutura fixa do fazer literário, construindo, assim, uma estética não canônica.

3.7 A MÃO DO JORNALISTA AUDÁLIO DANTAS NO *DIÁRIO DE UMA FAVELADA*

Como apresentado neste capítulo, nos tópicos anteriores, o *diário de uma favelada* é um escrito marcado pela subversão da língua pátria, especificamente sob as marcas das línguas africanas no português brasileiro. Contudo, deve-se se atentar ao processo editorial sofrido pela referida obra antes de sua primeira publicação, em 19 de agosto de 1960, realizado pelo jornalista Audálio Dantas, consoante destacado pela escritora em seu segundo livro, *Casa de Alvenaria*: “Quando não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. E o reporter fez o livro, datilografou, fez as publicidades e apresentou o livro para o editor” (Jesus, 2021, p. 34).

Nesse processo de editoração, modificações foram realizadas pelo supracitado repórter, especialmente três: acréscimos, substituições e supressões (Perpétua, 2000). Esta última questão é perceptível claramente nos sinais de reticências e parênteses em diversas partes da obra literária caroliniana, como em 23 de agosto, “[...] Hoje não tem aula porque é dia de reunião das professoras com os pais. Eu pretendo ir. Saí e levei os três filhos. Hoje eles estão distintos. Não estão brigando. Até eu estou mais calma. Noto transformação em mim” (Jesus, 2020, p. 108). Sob essa perspectiva, aponta Perpétua (2000, p. 161),

Alertado no prefácio, o leitor de *Quarto de Despejo* vai encontrar a mão de Audálio Dantas visivelmente presente nas marcas da editoração do diário, simbolizada nos sinais de reticências e parênteses. Esses sinais, como signos do que ficou para trás na transcrição, convidaram-nos à leitura dos manuscritos.

Ao leitor, na maioria das vezes, a presença constante desses sinais não causa estranheza, mas, talvez, curiosidade para saber quais informações foram suprimidas nos extensos registros da favelada do Canindé. A normalização desses sinais deve-se, possivelmente, por se tratar do gênero textual diário, no qual o aspecto fragmentado é entendido pelos leitores como comum, mas, deve-se atentar-se para o uso desse sinal como recurso “(...) para indicar supressão no texto transcrito, em cada uma dessas partes” (Bechara, 2015, p. 517). Em relação a esse assunto, o jornalista, no presságio do exemplar, declara:

Da reportagem - reprodução de trechos do diário - publicada na Folha da Noite, em 1958, e mais tarde (1959) na revista O Cruzeiro, chegou-se ao livro, em 1960. Fui o responsável pelo que se chama edição de texto. Li todos aqueles vinte cadernos que continham o dia-a-dia de Carolina e de seus companheiros de triste viagem.

A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos (Jesus, p. 7, 2014).

Com essa declaração, o repórter vislumbrou justificar o uso das reticências e parênteses ao longo do livro. Apesar dessa informação, no início da obra, há a invisibilização da interferência de Audálio na construção do exemplar. Ele, no processo editorial, foi responsável por costurar as partes da poética de resíduos e construir o livro conhecido atualmente. Nesse viés, encontram-se passagens incompletas e, por vezes, sem sentido, que são fundamentadas na pouca escolaridade da escritora, como também na revisão rápida e desleixada no processo de editoração.

Entretanto, ao analisar de maneira mais atenta o escrito, infere-se que a mão do editor ultrapassa os quesitos elencados no prefácio da obra: “(...) cortes, selecionados os trechos mais significativos” (Jesus, p. 7, 2021). A partir disso, depreende-se que há, no processo editorial, o acréscimo e a substituição, ambos realizados com o intuito de moldar a imagem da escritora, e não apenas selecionar os possíveis relatos mais importantes do cotidiano precário da poetisa.

Ao montar o texto para publicação, Audálio Dantas promove uma revisão em relação à pontuação, ortografia, vocabulário e termos recorrentes, além de organizá-lo numa arquitetura própria. Nessa etapa, observam-se três tipos de modificação em relação ao manuscrito – acréscimos, substituições e supressões. No estudo da transposição da escrita cursiva para a letra de fôrma, o exame do processo de substituição evidencia a intenção do editor de compor uma imagem da autora diferente da que aparece no manuscrito. Nesse tipo de interferência, nota-se que o editor elimina o que possa haver de suposta erudição ou mesmo de escorrito na linguagem de Carolina quando substitui suas supressões por termos mais populares. Observa-se, assim, um procedimento com base no processo de verosimilhança, ou seja, na adequação de uma imagem de Carolina à sua condição social. Os exemplos demonstram que as substituições ajudam a construir o estereótipo de uma personagem do povo, com pouca escolaridade, e ocorrem em vista de ter o editor suprimido grande parte do que a escritora possui de diferente das pessoas de seu meio, ou seja, o interesse pelos livros em geral e por tudo o que diz respeito à educação formal, pelo que ela considera um mundo de “cultura” (Perpetua, 2000, p. 167).

Ao fazer as referidas alterações nos manuscritos, Audálio Dantas, de determinada maneira, esconde alguns traços formais e temáticos da autora, cumprindo, assim, com sua finalidade: estabelecer uma imagem caricata da mulher negra, favelada e mãe solo na sociedade brasileira. Contudo, apesar dessas significativas mudanças no escrito, ao analisar o referido

livro e os demais publicados posteriormente, identifica-se elementos comuns e marcantes na poética caroliniana. A título de exemplo, a dupla negação existente em *Diário de Bitita* (Jesus, p. 9, 2021, grifo meu): “(...) Cheguei à conclusão que *não necessitamos perguntar nada a ninguém*. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo.”, e em *Quarto de Despejo*, “Mas, é sabido que pessoas que são dadas ao vício da embriaguês *não compram nada*.” (Jesus, p. 23, 2020, grifo meu).

Essa ocorrência de negar duas vezes na mesma frase (utilizando-se, nesse processo, o advérbio e, simultaneamente, o pronome indefinido, como: *não* e *nada*, expressos nas passagens do parágrafo anterior) é comum em trechos dos diários carolinianos. Ao se atentar para essa marca na obra, identifica-se um dos traços singulares na literatura da Carolina, conforme destacado no capítulo passado, ao discorrer sobre a presença das marcas das línguas africanas na poética de resíduos.

Outra característica presente na literatura caroliniana que, ao analisar suas publicações, é perceptível, de acordo ao evidenciado anteriormente: alteração da ordem direta. Ela estabelece, na maioria dos trechos de sua escrita, como norma, no que tange à estrutura sintática, complemento - verbo - sujeito. Essa marca está na poética de Carolina em seu diário que narra suas memórias da infância, por exemplo na passagem “Quando a minha mãe falava eu me aproximava para ouvi-la” (Jesus, 2016, p. 10), como também em seu diário que conta sua vivência em uma das primeiras favelas de São Paulo: “Quando eu passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. Todas brancas, só um preto.” (Jesus, 2020, p. 21).

A literatura da moradora da favela do Canindé carrega ainda a marca de focalização, isto é, enfatiza determinados fragmentos e/ou termos da oração com o intuito de realçar suas ideias do assunto abordado no trecho. Essa característica é existente em todas as suas obras, como em *Casa de Alvenaria* e *Diário de Bitita*. Nesse primeiro, é manifesto em:

23 DE NOVEMBRO DE 1960

Não estou tranquila com a ideia de que dêvo *escrever* o meu Diario da vida atual. *Escrever* contra a burguesia, eles são poderosos, pode destruir-me.

[...]

Quando *escrevi* contra os favelados fui apedrejada. *Escrevendo* contra a burguesia podem enviar-me um tiro. Mas o Audálio diz que eu devo *escrever* Diario, seja feita a vontade do Audálio. (Jesus, 2021, p. 144, grifo meu)

Na citação acima, a literata destaca uma palavra específica, a qual funciona no contexto como palavra-chave: escrever. Ao utilizar repetidamente o termo, Carolina evidencia o seu processo de escrita como reflexivo, crítico e atento aos acontecimentos ao seu redor, mas, também, como mecanismo para expressar o seu receio em denunciar a burguesia da época, considerando o lugar de poder ocupado por ela. Enquanto, em seu diário memorístico, *Diário de Bitita*, a autora enfatiza: água, a título de exemplo, “Não tinha água. Mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água” (Jesus, 2016, p. 9, grifo meu).

As marcas linguísticas das línguas africanas na escrita caroliniana ultrapassam o campo sintático, estendem-se à morfologia (a título de exemplo as palavras *fubá* e *xingar* usadas corriqueiramente nos diários da Carolina) e à fonética e fonologia (perceptível na escrita da poetisa em alguns termos mediante o uso de determinadas vogais, as quais dão sons específicos na pronúncia das palavras, como: *iscola* e *fiscaes*). Afinal, a influência das línguas africanas no idioma brasileiro, consoante Ribeiro (1987), não são tão superficiais como anunciado por algumas pesquisas.

(...) Elemento negro designamos toda a especie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influencia das linguas africanas faladas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiaes como arffirmam alguns estudiosos; ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao systema grammatical do idioma (Ribeiro, 1987, p. 217).

Ao destacar a forte influência das línguas africanas no português brasileiro, Ribeiro (1987) intitula as alterações decorrentes da relação entre as referidas línguas como *elemento negro*. Além disso, o referido autor destaca que, ao contrário do que alguns estudiosos apontam, a influência dos idiomas falados pelos escravizados habitantes no Brasil não se restringe ao vocabulário, mas, também, ao sistema gramatical. Essa afirmação consolida-se a partir dos estudos de Silva (2024) ao apresentar o quadro das marcas do pretuguês na sintaxe do português brasileiro, apresentado na seção anterior deste trabalho. Essas marcas, presentes na escrita de Carolina de Jesus, são:

[...] aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação históricocultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe) (González, 1984, p. 70).

Dessa maneira, vislumbra-se a grande influência das línguas africanas na constituição do idioma que atualmente conhecemos como português. Contudo, algumas marcas, ainda hoje, são instituídas como erros do falante, por exemplo: a marcação do plural apenas no artigo, questão que promove a dicotomia certo e errado na língua pátria. Todavia, essa visão dicotômica não se sustenta linguisticamente, pois

Uma coisa na língua não é errada quando ela é pronunciada ou escrita de maneira diferente daquilo que estamos habituados a ouvir (como chicrete/ chiclete), em que uma é tida como certa e outra é tida como errada. Essas avaliações geralmente não são linguísticas, mas ideológicas. Temos que discutir menos apressadamente as ideologias linguísticas que nos formam. O fato da sociedade brasileira defender um certo padrão sociorracial e cultural de escrita não significa que as pessoas só sabem ler aquele padrão. Essa é uma visão errônea disseminada pelo conservadorismo na escolarização brasileira (...) (Nascimento, 2023, p. 9338).

Essa visão conservadora e errônea de categorizar como certo e errado a escrita também está no campo literário, o qual institui uma maneira correta de escrever, como evidenciado anteriormente neste trabalho. Todavia, Carolina subverte essa “maneira correta” a partir das influências ancestrais, constituindo, assim, uma sintaxe contrária aos padrões normativos vigentes na língua do fazer literário. Nessa perspectiva, o que é concebido como erro na poética de resíduos não se sustenta, tendo em vista que “erros em língua são incompreensões da forma como as pessoas se comunicam” (Nascimento, 2023, p. 9338).

Apesar das mudanças realizadas pelo jornalista Audálio Dantas nas páginas entregues pela poetisa e ele, as marcas linguísticas de Carolina permaneceram presentes na publicação do exemplar. Essa questão é evidenciada pelo linguista baiano Gabriel Nascimento em sua carta destinada a Conceição Evaristo, “a língua dos nossos ancestrais também permanece na escrita negra, como a da senhora e a de tantos escritores e escritoras negras como Carolina Maria de Jesus” (Nascimento, 2023, p. 9336).

CONCLUSÃO EM DEVIR...

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e de muitas vezes de alimento e de agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina, repetia, intentava. Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. As bonecas de pano e de capim que minha mãe criava para as filhas que nasciam com nome história. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia.

Conceição Evaristo⁴

Assim como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus vislumbra a palavra como herança, sobrevivência e forma de existência em um mundo que buscou aniquilá-la. Conceição ao afirmar que sua casa, “vazia de móveis e de alimentos”, era “habitada por palavras”, narra uma experiência que também atravessa a vida de Carolina, marcada pela escassez de elementos básicos para sobrevivência humana digna, mas envolta pela língua(gem) como espaço de elaboração do mundo.

A palavra na vida de Evaristo é transmitida pelas figuras familiares, como a mãe, a tia, o tio, os vizinhos, transformando-se em prosa-poesia. Acrescida a essa transmissão familiar, a palavra que constrói a poética caroliniana é colhida nos cadernos usados encontrados nas lixeiras da cidade de São Paulo, no cotidiano brutal de uma das primeiras favelas do Brasil, a Favela do Canindé - SP, mas, ainda, na escuta atenta dos acontecimentos na vizinhança. Dessa maneira, Carolina constrói uma literatura que emerge da experiência, da memória e da ancestralidade negra, reafirmando que a escrita não se dissocia da vida, uma vez que, consoante a Deleuze (1997, p.1),

Escrever é uma questão de devir, sempre inacabado, sempre a fazer-se, que extravaza toda a matéria vivível ou vivida. É um processo, quer dizer, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrevermos, devimos-mulher, devimos-animal ou vegetal, devimos-molécula até devir-imperceptível.

⁴ Texto disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1QVygGTzax/>. Acesso em 08 jan. 2026.

A partir dessa perspectiva, compreende-se a escrita como uma força que atravessa o vivido e vivível, questão presente na poética caroliniana, tendo em vista que as palavras da autora supracitada não se limitam a narrar uma vida já posta, todavia se constitui como processo de existência, de atravessamento e de transformação. Por isso, ela narra em 19 de julho de 1955 “eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (Jesus, 2020, p.26).

Carolina possuía uma relação visceral com as palavras escritas e/ou orais. Ela utilizou dessa relação para tecer críticas à sociedade brasileira, àqueles que invisibilizava os sujeitos racializados, favelados e as mulheres. Dessa maneira, a palavra, para poetisa do Canindé, é instrumento de poder, por isso declara em 2 de maio de 1958: “eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo” (Jesus, 2020, p. 33). Outrossim,

Sua palavra traz um ponto de inflexão em nossa literatura, na medida em que inaugura um locus de enunciação para a experiência de estar à margem da sociedade: “É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la”. Carolina viveu à margem do sistema econômico formal, à margem da “comunidade imaginada”, pautada pelo progresso e pelo desenvolvimento que a metrópole São Paulo perseguia no meio século passado. Estar à margem não é estar fora. Contudo, ao contrário das análises esperanças que Florestan Fernandes (1964) projetara, a modernização não integrou o negro à “sociedade inclusiva”, de classes, e é inerente ao desenvolvimento capitalista a pleno vapor nos anos 1950 que surgem as primeiras favelas (Miranda, 2016, p. 95 – 96).

Estar à margem da sociedade e, portanto, vivenciar a escassez em múltiplos sentidos possibilitou os *devires* de Carolina de Jesus, construindo, com isso, uma força de resistência ao padrão hegemônico instaurado no processo criativo. Sua escrita rompe com o lugar social destinado à mulher negra, pobre e favelada, recusando o silenciamento e a invisibilidade, e realizando, assim, a contestação do seu lugar no campo literário. Nesse movimento de *devir*, ela desterritorializa a língua pátria ao criar fissuras no campo morfológico, fonético-fonológico e sintático.

Nesse processo de *desterritorialização da língua* a literata negra utiliza de sua ancestralidade, sobretudo na esfera linguística. Assim, tem-se, no *diário de uma favelada*, uma língua que é interpelada pelas línguas africanas presentes no período da escravização no território brasileiro. Essa interpelação das línguas africanas no português brasileiro é conceituada pela pensadora brasileira Lélia Gonzalez (1984) de *pretuguês*.

A escrita de Carolina de Jesus, em *Quarto de despejo*, insere-se no campo do *pretuguês* ao tensionar o padrão do idioma oficial prescrito nas gramáticas normativas através de sua

herança linguística ancestral (Nascimento, 2023). Esse tensionamento é apresentado na presente pesquisa no campo sintático, especificamente em três aspectos, os quais afirmam a presença das línguas africanas na poética de resíduos: a) inversão locativa, em que o elemento locativo (indicador de tempo, lugar e modo, por exemplo) antecede o sujeito e o verbo na oração; b) passivização, fenômeno linguístico em que o sujeito recebe a ação verbal; c) focalização, estratégia linguística utilizada para destacar e/ou enfatizar um elemento na comunicação.

Tais aspectos estão presentes na fala e/ou escrita de todos os brasileiros, sobretudo os racializados, conforme apontado no capítulo III desta dissertação. Elas estão, ainda, nas prescrições da língua portuguesa encontradas nas gramáticas normativas, nesta pesquisa destaca-se dois gramáticos normativos Evanildo Bechara (2015) e Rocha Lima (2018). Contudo, ao analisar a estrutura sintática do português europeu, identifica-se que esses fenômenos linguísticos não existem nela; em contrapartida, eles são presentes nas línguas africanas, especialmente na língua bantu. Ao escrever com esses fenômenos, Carolina reestrutura o português brasileiro.

Ao realizar esse movimento de reestruturação do idioma nacional brasileiro, Carolina reivindica o seu lugar social e literário, uma vez que a língua é um espaço de disputa de poder entre os sujeitos e, portanto, estabelece relações sociais hierárquicas, tendo em vista que

Todo uso da palavra envolve ação humana em relação a alguém, em um contexto interacional específico no qual ocorre a busca pela apropriação, a batalha pelas palavras e seus sentidos, a disputa por identidades sociais. E onde também se configuram as relações dialógicas de reexistências inscritas em um processo que envolve negociação, reinvenção e subversão de relações assimétricas de poder (Souza, 2011, p. 55).

Essa disputa pela palavra reverbera no campo literário, pois ele estabelece, tendo como parâmetro regulador um modelo simétrico de língua, os sujeitos legitimados ou não a ter suas narrativas ouvidas e respeitadas. Sabendo dessa estrutura na literatura brasileira, Carolina busca por sua alteridade escrevendo de maneira subversiva da norma, consoante aponta Dalcastagnè (2012) e Miranda (2016). Para subverter o parâmetro regulador do cânone brasileiro, ela recorre aos retalhos narrativos que surgem em seus encontros diários, construindo, com isso, uma enunciação coletiva.

Ao realizar o movimento de subversão das normas linguísticas estabelecidas no fazer literário, Carolina desterritorializa e reterritorializa o seu idioma pátrio, tendo em vista que

A desterritorialização e a reterritorialização se cruzam no duplo devir. Não se pode mais distinguir o autóctone e o estrangeiro, porque o estrangeiro se torna autóctone no outro que não o é, ao mesmo tempo que o autóctone se torna estrangeiro a si mesmo, a sua própria classe, a sua própria nação, a sua própria língua: nos falamos a mesma língua, e, todavia, eu não entendo você.... Tornar-se estrangeiro a si mesmo, e a sua própria língua e nação (Deleuze; Guattari, 1992, p. 141)

Nesse interlace entre a desterritorialização e reterritorialização, o sujeito torna-se estrangeiro em sua nação, especialmente na língua, mas, também, constrói uma territorialidade no seu país. Esse duplo movimento é perceptível nas páginas do *diário de uma favelada* a partir do momento em que a literata deixa o território construído pela imposição das normas linguísticas e, ao mesmo tempo, cria um território mediante o uso de marcas das línguas dos seus ancestrais no português brasileira.

Ante o exposto, evidencia-se o movimento de desterritorialização da língua realizado por Carolina Maria de Jesus em sua literatura ao recorrer às suas heranças linguísticas ancestrais, com destaque em três fenômenos linguísticos: inversão locativa, passivação e focalização. Escrever a partir desses fenômenos fornece à escritora a alteridade no campo literário brasileiro, o qual é marcado pela simetria das formas. Esse movimento, além de fornecer alteridade a poética caroliniana, realiza uma reterritorialização da língua, conforme discorrido anteriormente. Tais questões atravessam a escrita da moradora do Canindé, tornando-a subversiva aos padrões impostos no fazer literário.

REFERÊNCIAS

- AUERBACH, E. **Mimesis**: a representação da realidade na Literatura Ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BAGNO, M. Comentário no Facebook do escritor. Disponível em: <iframe src="https://www.facebook.com/plugins/post.php?href=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Faraujobagno%2Fposts%2Fpfbid0bQNodG1VrwMwz6qGmMe256JFycmpTHRyiKzFbiLkkUGDdgJPUMJcJMNT37Ddb1jWl&show_text=true&width=500" width="500" height="285" style="border:none;overflow:hidden" scrolling="no" frameborder="0" allowfullscreen="true" allow="autoplay; clipboard-write; encrypted-media; picture-in-picture; web-share"></iframe>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BAGNO, M.; CARVALHO, O. L. de S. O potencial de Português Brasileiro como língua internacional. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão-SE, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/3850>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. Trad. Aurora Bernadini et al. São Paulo: HUCITEC, 2010b.
- BAXTER, A. N.; LUCCHESI, D. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, n. 29, p. 223 - 244, mar. 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1125/112>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. **Problemas de Lingüística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989. p. 81-92.
- BISPO, A. dos S. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.
- BOURNEUF, R.; OUELLET, R. **O universo do romance**. Trad. José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.
- BONVINI, E. Línguas africanas e o português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M. (orgs.) **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Ouro sobre azul, 1995, p. 169-191.

CARDOSO JR., H. R. CONCEITOS ONTO-POLÍTICOS NO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE: “minoría” como “devir-minoritário”. **Política & Trabalho**, [S. l.], v. 15, p. 21–28, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6428>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CASTRO, Y. P. de. Marcas de africania no português de Brasil: o legado negroafricano nas américas. **Interdisciplinar**, Sergipe, Ano XI, v.24, p. 11 - 24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/download/5398/4423/15162>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CASTRO, Y. P. de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. IN: Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura da cidade do Salvador (Org.). **Pasta de textos da professora e do professor**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

CERQUEIRA, F. de O. O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial. **Traços de Linguagem - Revista de Estudos Linguísticos**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/4644>. Acesso em: 7 out. 2025.

CUNHA, A. S; PETTER, M. Línguas Africanas no Brasil. In: PETTER, M (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 221 - 250.

DALCASTAGNÉ, R. **Carolina Maria de Jesus**: uma voz insubmissa na literatura brasileira. Brasília: FUNAG; Instituto Guimarães Rosa, 2023.

DALCASTAGNÉ, R. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestável. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2012.

DALCASTAGNÉ, R. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 20, p. 33–77, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8925>. Acesso em: 5 dez. 2024.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Trad. de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. 1a Ed. Rio de Janeiro: Autêntica, 2022.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia – Vol. 1. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995 (a).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia** – Vol. 2. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995 (b).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Que é Filosofia?** Trad. de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDEZ, R. A. Cartografando uma literatura menor: a poética dos resíduos de Carolina Maria de Jesus. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, n. 1, p. 201 - 223, 2006. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3988>. Acesso em: 05 ago. 2023.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GOMES, C. C.; OKOUDOWA, B. Morfologia. In: PETTER, M. M. T. (org.). **Introdução à linguística africana**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 127-158.

GOMES, A.; BRANCO, S. de O. A “poética de resíduos” de Carolina Maria De Jesus em The Unedited Diaries. **Revista Letras Raras**. Campina Grande, v. 12, n. 1, p. 81-94, abr, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/RLR/article/view/426>. Acesso em: 15 jan. 2026.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/GONZAL1.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2024.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios e intervenções**. Org: Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 2021.

JESUS, C. M. de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi/SP, 2016.

JESUS, C. M, de. **Casa de Alvenaria**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, vol. 1, Osasco.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Revista Invenção qualitativa em educação**, Atas CIAQ, p. 243-247, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/386285875/Kripka-Scheller-e-Bonotto-2015-Pesquisa-Documental>. Acesso em: 20 dez. 2025.

LEITE, F. Valores civilizatórios em sociedade negra-africanas. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, São Paulo, 18 - 19 (1): 103 - 118, 1995/1996. Disponível em: https://revistas.usp.br/africa/pt_BR/article/view/74962. Acesso em: 10 jan. 2026.

MELO, C. V. **O lugar do romance na literatura brasileira contemporânea**. Orientadora: Gínia Maria de Oliveira Gomes. 2010. 278 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MIRANDA, F. R. Carolina Maria de Jesus: inscrição literária e rasura do cânone. **Revista Pensando Áfricas e suas Diásporas**, Ouro Preto – MG, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/pensandoafricanas/article/viewFile/1360/1098>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MUNANGA, K. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, G. dos S. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NASCIMENTO, G. dos S. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. **Gragoatá**, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gragoata/a/9r7HPdRfN4MDt6SVn6h4tCC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NASCIMENTO, G dos S. Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala: marcar o não marcado e trazer o corpo de volta na linguagem. **Trabalhos de Linguística Aplicada**: Campinas, n(60.1): 58-68, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/r7rQrXcSvGQFTx3WNft4Rff/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2025.

PEREIRA, C. M. Bakhtin e o romance: por uma definição (mais complexa) de romance em sala de aula. **Revista Língua e Literatura**, v. 23, p. 67 - 86, 2021. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/3839/3148>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PEREIRA, E. de A. E. São Paulo: Patuá, 2017.

PETTER, M. Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. **PAPIA Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico**, v. 17. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/38406871/Uma_hip%C3%B3tese_explicativa_do_contato_entre_o_portugu%C3%AAs_e_as_l%C3%ADnguas_africanas. Acesso em: 18 set. 2025.

PERPÉTUA, E. D. **Traços de Carolina Maria de Jesus: gênese, tradução e recepção de Quarto de Despejo**. 2000. 1 - 369. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Elzira.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

RIBEIRO, J. **Diccionario Grammatical**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.

SACRAMENTO, S. Mulher e Literatura: Do cânone ou não cânone. **Revista da ANPOLL**. v. 1, No.33, 2012. Disponível em:

<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/639>. Acesso em: 01 mar. 2025.

SANTOS, J. L. C. A. O pretuguês e a internacionalização da língua e da cultura brasileira - afinal, que língua queremos internacionalizar? **Cadernos de Linguísticas**, v. 2, n. 2, p. 1 - 22, 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/371>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SANTOS, S. O. da. **Da crioulização ao pretuguês: (re)pensando as africanidades no português brasileiro**. 2024. 1 - 140. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilheus, 2024. Disponível em: <https://www.biblioteca.uesc.br/pergamumweb/vinculos/202210089D.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa: Revista de Linguagem**. v. 60, p. 11 - 28, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alfa/a/VBdjMZQLxnXn4kY99zXgNzn/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SODRÉ, M. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOUTO, C. O projeto literário de Carolina Maria de Jesus: uma literatura em devir. Conversações Filosóficas. Youtube, 02 de junho de 2020. 1 vídeo. 02:03:40. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/uuycdVtQIDY?si=XxxfN8J3J-Mnzo7R>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TELES. G. M. **Hora aberta**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2003.

VIANA, W. A variante menor em Deleuze: uma minoração da linguagem. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 457-482, dez. 2022. Disponível em: <https://www.tempospsicanalitico.com.br/tempospsicanalitico/article/view/746>. Acesso em: 07 de dez. 2024.

WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Trad. André Telles. Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação, 2004.